



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Faculdade de Ciências Jurídicas - FAJS

GUSTAVO ALENCAR LEAL

**O BLOCO DE MERKEL: A UNIÃO EUROPEIA COMO UM PROJETO DE
HEGEMONIA ALEMÃ E A CRISE GREGA**

**BRASÍLIA
2016**

GUSTAVO ALENCAR LEAL

**O BLOCO DE MERKEL: A UNIÃO EUROPEIA COMO UM PROJETO DE
HEGEMONIA ALEMÃ E A CRISE GREGA**

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de bacharelado em
Relações Internacionais do Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB)

Orientador: Prof. Frederico Seixas Dias

**BRASÍLIA
2016**

GUSTAVO ALENCAR LEAL

**O BLOCO DE MERKEL: A UNIÃO EUROPEIA COMO UM PROJETO DE
HEGEMONIA ALEMÃ E A CRISE GREGA**

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de bacharelado em
Relações Internacionais do Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB)

Brasília, ____ de _____ de 2016

Banca examinadora:

Professor Frederico Seixas Dias

Orientador

Professor examinador

Professor examinador

A minha família, que, apesar da distância, forma a base de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Finda esta monografia, gostaria de agradecer, de forma sincera, às pessoas essenciais para a condução deste estudo.

Primeiramente, devo destacar o apoio que meus pais proporcionaram-me durante toda a minha vida. Reconheço que, sem eles, nada seria possível. Devo externar, portanto, minha incomensurável gratidão. Ressalto, ainda, a companhia de minha irmã, pessoa que tornou meu processo de adaptação a Brasília mais palatável. Apesar da distância, ela consegue ser a pessoa mais presente no meu dia-a-dia. Amo minha família incondicionalmente;

Agradeço a todos os professores vocacionados que conheci no decorrer de meus vários anos como estudante. Nesta parte, devo enfatizar o auxílio de meu orientador, Prof. Frederico Dias, que, ao acreditar em meu potencial, fortaleceu meus esforços. Reconheço que sua ajuda foi fundamental para a estruturação de minha pesquisa;

Devo frisar também a importância dos amigos que conquistei mundo afora, principalmente aqueles de longa data, os quais deixei em Teresina, minha cidade natal. Os momentos compartilhados com eles, nas férias e durante as honrosas visitas, incentivam-me a atingir o objetivo último. Gostaria que constasse aqui meu muito-obrigado a todos eles;

Por fim, agradeço a todos os amigos e colegas que Brasília me concedeu. Os risos e as conversas que eles me proporcionam tornam meu cotidiano mais prazeroso. Espero que o fim da graduação não implique o término de relações que eu tanto prezo.

RESUMO

Este estudo visa analisar o suposto papel hegemônico da Alemanha na UE, exame que ganhou notoriedade devido à influência de Angela Merkel sobre a condução da crise grega. Antes de tudo, haja vista as inúmeras acusações em relação a uma predominância germânica no bloco, o passado alemão é avaliado para que sejam identificadas continuidades, rupturas e tendências. Em seguida, elabora-se uma busca pelos privilégios da Alemanha dentro do arcabouço institucional da União Europeia. Ademais, a existência de diversas variáveis que condicionam o poder alemão, não apenas na União Europeia, mas em todo o sistema internacional, além de uma descrição apurada dos governos pós-reunificação, são avaliadas. Finalmente, a verificação de uma hegemonia da Alemanha no âmbito europeu demanda que informações acerca da economia e dos gastos militares do país, assim como questões relativas ao consenso de Merkel, sejam trazidas à tona. Desse modo, os conceitos de ‘domínio’ e de ‘hegemonia’ explorados pelo teórico crítico Robert W. Cox a partir da perspectiva Gramsci serão testados tanto por outras teorias quanto por dados.

Palavras-chave: Alemanha. Hegemonia. Merkel. União Europeia. Crise grega.

ABSTRACT

This study aims to analyze Germany's alleged hegemonic role in the EU, an examination that gained notoriety due to Angela Merkel's influence over the conduct of the Greek crisis. First of all, considering the innumerable accusations concerning a Germanic predominance in the bloc, Germany's past is evaluated so continuities, ruptures and tendencies are identified. Next, a search for Germany's privileges within the EU's institutional framework is carried out. Furthermore, many variables that condition German power not only in the European Union but also in the whole international system, in addition to a refined description of the post-reunification governments, are evaluated. Finally, the verification of a German hegemony in the European ambit demands that information on the country's economy and military expenditure, as well as matters relating to Merkel's consensus, is brought to light. As such, the concepts of 'dominance' and 'hegemony' explored by the critical theorist Robert W. Cox from Gramsci's perspective will be put to the test both by other theories and data.

Keywords: Germany. Hegemony. Merkel. European Union. Greek crisis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 DO SACRO IMPÉRIO ROMANO-GERMÂNICO À REUNIFICAÇÃO: INVESTIDAS HEGEMÔNICAS E INTEGRAÇÃO CONTINENTAL.....	12
1.1 O SACRO IMPÉRIO ROMANO-GERMÂNICO: O PRIMEIRO <i>REICH</i> E A UNIFICAÇÃO ALEMÃ	13
1.2 O SEGUNDO <i>REICH</i> E A <i>REALPOLITIK</i>	17
1.3 DA REPÚBLICA DE WEIMAR AO TERCEIRO <i>REICH</i>	24
1.4 HEGEMONIA E TEORIAS	26
1.5 DIVISÃO E REUNIFICAÇÃO.....	31
2 ENTRE O TRATADO DE MAASTRICHT E SCHRÖDER: UMA ANÁLISE DE HEGEMONIA INSTITUCIONAL.....	36
2.1 KOHL, O TRATADO DE MAASTRICHT E O PARLAMENTO EUROPEU	37
2.2 KOHL E O BANCO CENTRAL EUROPEU	39
2.3 A COMISSÃO, O CONSELHO E A ERA SCHRÖDER	42
3 ENTRE MERKEL E A UE: A CRISE GREGA E A HEGEMONIA ALEMÃ	51
3.1 A TRAJETÓRIA DE MERKEL: UMA <i>OSTDEUTSCHE</i> NA CHANCELARIA	51
3.2 12 ANOS DE MERKEL E DE CDU: UM BALANÇO.....	53
3.2.1 Primeiro mandato (2005-2009)	55
3.2.2 Do segundo mandato ao terceiro	57
3.3 A CRISE GREGA E A HEGEMONIA ALEMÃ.....	59
CONCLUSÃO.....	77
REFERÊNCIAS.....	81
APÊNDICE A	92
ANEXO A.....	93
ANEXO B	94

INTRODUÇÃO

A crise financeira global deflagrada em 2008 afetou de forma incontestável a União Europeia. Entretanto, diante desse cenário, a maior economia do bloco econômico manteve-se erguida e deparou-se com uma estrutura que lhe permitia reter países fortemente atingidos sob seu jugo. A erupção de um sentimento contrário às ordens emanadas de Berlim implica, não obstante, um questionamento acerca do futuro da União Europeia e é endossada por reparações de guerra que Atenas exige dos alemães. Além disso, torna-se imprescindível compreender como um Estado é capaz de promover seus interesses e coordenar outros membros em um bloco econômico. Desse modo, analisa-se a eclosão de movimentos de resistência em uma conjuntura que evidencia o poderio alemão e uma suposta hegemonia. Não obstante, é necessário verificar os efeitos globais decorrentes do quadro econômico instável da UE, sobretudo da crise grega.

Um estudo sobre o crescimento do papel da Alemanha no contexto da União Europeia produz, primeiramente, um impacto nos países-membros da Eurozona. Todavia, a considerar que o Estado alemão necessita de outros países europeus para possuir uma inserção mundial significativa, o tema em pauta torna-se capaz de atingir, direta ou indiretamente, diversos povos. Uma reformatação do equilíbrio de poder na União Europeia implica, de forma inequívoca, mudanças em todo o sistema internacional, haja vista o PIB do bloco, que corresponde ao maior do mundo, a rivalizar com os Estados Unidos e com a China, e seu bom desempenho na esfera de exportação. Ademais, o fortalecimento da Alemanha, gerado, em grande parte, pela recessão mundial, ocupa um papel de destaque no campo de Relações Internacionais em consequência da imposição de políticas que reforçam o nível de penúria principalmente na Grécia. Por conseguinte, fortalece-se o discurso sobre a erosão da soberania dos Estados mais atingidos pela crise. Não obstante, a ausência de um consenso no meio acadêmico no referente à presença de uma hegemonia alemã constitui uma motivação para dialogar com especialistas nesta temática.

A discussão sobre o poder de Berlim no quadro europeu encontra-se repleta de contradições. Para alguns autores, como Schweiger (2015), o papel econômico da Alemanha implicaria um viés hegemônico inegável, proveniente de mercados conquistados na UE, enquanto outros acreditam ainda não haver uma hegemonia na conjuntura presente. Bulmer e Paterson (2013) expõem que o status de *hegemon* da Alemanha seria palpável apenas em uma conjuntura marcada pelo fim da Eurozona. Não obstante, os problemas sociais enfrentados

por diversos membros da UE também acarretam a necessidade de uma discussão sobre o aumento do poderio alemão.

A implementação de medidas de austeridade no bloco ocasionou um sentimento de descontentamento em relação à Alemanha e, de forma mais ampla, à UE não apenas na Europa Meridional e na Irlanda, mas também na França e no Reino Unido. A emersão de protestos ao longo de todo o bloco e os empreendimentos bem-sucedidos de partidos de ultradireita e de extrema-esquerda, especialmente na Grécia, onde o Syriza venceu as eleições, demonstram que o Tratado de Maastricht não obteve o êxito a que aspirava, embora a União Europeia tenha galgado uma etapa de integração que nenhum outro bloco econômico logrou alcançar. Junto a isso, a função predominante de Berlim no quadro político-econômico da UE engendra uma preocupação acerca de uma possível hegemonia alemã algumas décadas após o desfecho da Segunda Guerra Mundial. Neste estudo, a análise sobre um suposto status hegemônico alemão será efetuada por meio de sua distinção da ideia de domínio utilizada por Cox (2007) sob um prisma gramsciano. Tal avaliação será testada por outras teorias e por conceitos distintos, como a geoeconomia. Para isso, no entanto, alguns métodos devem ser utilizados.

Segundo Yin (2005), o estudo de caso corresponderia a uma técnica de pesquisa adequada não apenas ao âmbito exploratório, mas também a um artifício aplicado em contextos explanatórios e descritivos. Além disso, para Yin (2005, p. 23), a escolha das estratégias consistiria “(a) no tipo de questão de pesquisa proposta, (b) na extensão de controle que o pesquisador tem sobre os eventos comportamentais atuais e (c) no grau de enfoque em acontecimentos contemporâneos [...]”. Dada a ausência de controle do pesquisador sobre uma indagação acerca da União Europeia como um projeto de hegemonia alemã, fato que abrange acontecimentos contemporâneos, e os elementos descritivos e explanatórios que tal averiguação envolve, a pesquisa em questão harmonizar-se-ia com o estudo de caso. No entanto, o método histórico também se faz imprescindível para que se verifique de forma mais clara o papel da Alemanha no bloco europeu.

Para Yin (2005), o método do estudo de caso e o histórico caracterizam-se pelo caráter indissolúvel do contexto e do fenômeno. A possibilidade do surgimento de uma hegemonia alemã não pode ser explicada sem a menção da conjuntura da União Europeia, que envolve outros Estados e instituições. Não obstante, o autor aponta que a generalização do estudo de caso advém, de maneira mais relevante, de uma exploração analítica. O problema de pesquisa deste estudo contém o termo ‘hegemonia’ e, devido a isso, uma apreciação sobre

o vocábulo exige a utilização de distintas teorias de Relações Internacionais, que lhe concedem diferentes significados. Além disso, uma vez que, segundo Yin (2005), a validade de uma generalização analítica emana de poucos casos, a este estudo, que aborda a hegemonia, uma circunstância rara no sistema internacional, convém recorrer ao estudo de caso. Ademais, consoante Smith (1999, p. 7) a história jamais estaria removida de forma completa da teoria e da pesquisa, e *“when theory is constructed from the bottom up, history provides the building blocks. When theory is built from the top down, history serves to test or falsify theoretical concepts”*.

Em suma, este estudo prioriza estratégias qualitativas e, dessa maneira, abrange diversas ferramentas, como entrevistas com chefes de governo e com diferentes ministros europeus, artigos de revistas e de jornais, além de documentos divulgados pela União Europeia. Ademais, é realizada uma análise sobre diferentes governos europeus, mormente alemães e gregos. Contudo, para que se complemente o escopo qualitativo, uma abordagem quantitativa também é utilizada. Esta adquire indispensabilidade em virtude das análises referentes à popularidade das medidas de Merkel em relação à crise grega dentro da aliança CDU/CSU e na população alemã. Tal intento incrementa a investigação acerca da existência de uma hegemonia ou de um domínio alemão na UE sob a ótica gramsciana de Cox (2007). Por fim, com o intuito de realizar uma análise ordenada e eficiente, este trabalho encontra-se segmentado.

O presente estudo possui três capítulos. No primeiro, abordam-se as buscas da Alemanha por hegemonia, bem como as diversas definições que diferentes autores das mais variadas correntes de Relações Internacionais atribuem a este termo. Na primeira parte, efetua-se também uma análise acerca da política externa alemã no período pós-Segunda Grande Guerra, quando uma perspectiva integracionista é levada a cabo. No capítulo seguinte, é avaliado, então, o nível de influência do maior país da União Europeia sobre as instituições do bloco e as diferenças entre os governos Kohl e Schröder. Finalmente, na última seção deste estudo, averigua-se a postura de Merkel durante seus 12 anos como chefe de governo da Alemanha, especialmente na condução da crise grega. Tal esforço possibilita a validação ou a contestação do status hegemônico da Alemanha na UE por meio de um aparato teórico, especialmente da perspectiva coxiana.

1 DO SACRO IMPÉRIO ROMANO-GERMÂNICO À REUNIFICAÇÃO: INVESTIDAS HEGEMÔNICAS E INTEGRAÇÃO CONTINENTAL

As políticas de austeridade formuladas pela Alemanha e sua pujança econômica, a contrastar com países da União Europeia profundamente afetados pela crise, geram um debate sobre a condução da política externa do país. Se, como propõe Beck (2013), após 1945, a Alemanha estaria confinada em uma camisa de força moral e fisicamente destruída, depois de 70 anos, consegue estabelecer as diretrizes da União Europeia. Para Habermas, em uma alusão às negociações conduzidas com o intuito de estabelecer novos fundos de resgate à Grécia em julho de 2015, a Alemanha teria “*unashamedly revealed itself as Europe’s chief disciplinarian and for the first time openly made a claim for German hegemony in Europe*” (OLTERMANN, 2015). Assim, o passado alemão, que permanece vívido na memória dos europeus, é evocado novamente em todo o continente, e o sucesso do projeto cujo embrião remete à Comunidade Europeia do Carvão e do Aço é colocado em xeque.

Neste capítulo, será realizada uma observação da história alemã para que sejam detectados padrões e quebras na trajetória germânica. No primeiro subtópico, elabora-se uma análise que se estende da formação do Primeiro *Reich*¹, isto é, do Sacro Império-Romano Germânico, até a unificação alemã, em 1871. A subdivisão seguinte apresenta a composição do Segundo *Reich* e identifica a *Realpolitik*² no cenário alemão. Posteriormente, na terceira seção, avalia-se a República de Weimar e o Terceiro *Reich*, ao passo que, no quarto item, avaliam-se conceitos de ‘hegemonia’ provenientes de diferentes teorias, com o intuito de contextualizar as tentativas hegemônicas alemãs ao longo da história. Por fim, na última parte deste capítulo, a divisão e a reunificação da Alemanha são trazidas à baila a fim de que um cenário mais recente sirva como base a um exame acurado dos governos Merkel. Será realizado, além disso, um estudo acerca dos chanceleres pré-reunificação, uma vez que tal intento compõe um pré-requisito para uma análise precisa não apenas da era Merkel mas também dos períodos chefiados por Kohl e por Schröder.

¹ *Empire* (Tradução de Langenscheidt)

² *Practical politics* (Tradução de Langenscheidt)

1.1 O Sacro Império Romano-Germânico: o Primeiro *Reich* e a unificação alemã

Uma investigação sobre um suposto papel hegemônico da Alemanha no contexto da União Europeia exige, primeiramente, uma observação da história do país. Sua unificação tardia, em 1871, e seus papéis determinantes nas duas Guerras Mundiais conferem-lhe um aspecto peculiar, capaz de ser explorado de forma mais contundente mediante um exame dos *Reiche*³. Dessa forma, retomar as conjunturas do Sacro Império Romano-Germânico, da Alemanha recém-unificada e da ascensão de Hitler torna-se um papel imprescindível para que se compreenda com clareza a função da maior economia da UE.

A formação do *Heiliges Römisches Reich*⁴ remonta à coroação de Carlos Magno. O primogênito de Pepino, o Breve, após a morte do pai, em 768, tornou-se, ao lado de Carlomano, rei dos francos. Em 771, o falecimento do último, proporcionou a *Charlemagne* o aumento de sua influência, dada a transferência das possessões do irmão a sua coroa (GABRIELE, 2011). Contudo, a projeção mais significativa daquele considerado, como aponta McKitterick (2008), o maior governante da Europa antes de Napoleão, ocorreria por meio do apoio papal. Em 800 d.C., quando uma revolta contra Leão III irrompeu, o carolíngio logrou sufocá-la e, em consequência, foi declarado pelo pontífice imperador romano, o que significou o ressurgimento das tradições do Império Romano do Ocidente (HISTORY, 2014).

Carlos Magno difundiu o cristianismo na Europa, além de ter modernizado o continente por meio do estímulo à ciência. Não obstante, mediante a absorção dos valores da Antiguidade, instalou-se, sob sua regência, o ‘renascimento carolíngio’ (VON HELLFELD, 2009a). Nesse contexto, conforme pontua McKitterick (2008, p. 1), *Charlemagne* “[...] provided thereby both the essential ideological potential for subsequent imperial ambitions between the ‘germanic’ and Roman political worlds”. Como afirma a autora, Carlos Magno conquistou grande parte do que hoje corresponde à Europa Ocidental, dado que ampliou um território que abrangia uma região menor do que a França. Sua morte, em 814, contudo, implicou a desintegração do Império Carolíngio (HISTORY, 2014). Afinal, como indica Gabriele (2011, p. 15), “*Charles’s immediate successors struggled over his legacy almost from the day after his death in January 814*”. Em 843, por conseguinte, ocorre a dissolução do Império Franco, e “*Germany emerges as a separate realm*”. Assim, em 962, quando o rei

³ *Empires* (Tradução de Langenscheidt)

⁴ *Holy Roman Empire* (Tradução de Langenscheidt)

alemão Otto I é declarado *Augustus*, funda-se o Sacro Império Romano-Germânico (GERMANY, 2016). A grande expansão do *Heiliges Römisches Reich*, contudo, aconteceria apenas sob a batuta dos Habsburgos, que comandariam a região de 1273 até 1806 (1918, [201?]). Ademais, como afirma Clark (2006), a rivalidade entre a família real austríaca e os Hohenzollern formaria a constante do Primeiro *Reich*.

O Sacro Império Romano-Germânico não constituía um império no sentido moderno, ou seja, não correspondia a um sistema de lei imposto por um território a outros. O Primeiro *Reich* abrangia centenas de entidades territoriais soberanas de diversos idiomas presididas pelo imperador do Sacro Império Romano-Germânico e possuía traços do mundo medieval da monarquia cristã universal. Entre os Estados presentes no conjunto do império que sucumbiu em 1806, encontrava-se a região de Brandemburgo, liderada, desde 1417, pela família imperial Hohenzollern e embrião da Prússia, que surgiria séculos depois (CLARK, 2006).

Em 1640, Frederico Guilherme concedeu a Brandemburgo um exército vigoroso e importantes territórios. Nesse cenário, o apoio da França, que buscava um Estado cliente a fim de adquirir força contra a Áustria, possuiu um desempenho primordial para a posição forte de Brandemburgo no Tratado de Vestfália, em 1648. Assim, seu território tornou-se maior do que a Saxônia e, dentre os territórios alemães, menor apenas do que o principado controlado pela monarquia Habsburgo. A partir de 1660, Frederico Guilherme, ao ascender do posto de potentado, assumiu a posição de governante soberano do Ducado da Prússia. No entanto, um marco é formado em 1701, quando o eleitor Frederico III de Brandemburgo recebe o título de ‘Rei da Prússia’, quer dizer, o Reino da Prússia, que possuiria uma função primordial no processo de unificação alemã, surge e desvencilha-se do Sacro Império Romano-Germânico (CLARK, 2006).

Frederico III recebeu a alcunha de ‘Frederico I’ após a formação do Reino da Prússia. Quando seu filho, Frederico Guilherme I, morreu, em 1740, possuía mais do dobro de homens no Exército em relação a seu reinado (CLARK, 2006). No entanto, se Frederico Guilherme I construiu a base do poderio prussiano, Droz (2005) pontua que seu sucessor haveria transformado a Prússia na potência hegemônica alemã. De acordo com o autor, Frederico, o Grande, teria sido o *Realpolitiker*⁵ mais ilustre e haveria erguido o sustentáculo sobre que a unidade alemã foi efetivada no século XIX. Todavia, antes do triunfo de 1871, a

⁵ *Political pragmatist* (Tradução de Langenscheidt)

tentativa frustrada de 1848 demonstrava um anseio pela unificação do país e uma busca prussiana por hegemonia.

Após o Golpe de 18 Brumário, em 1799, Napoleão exibiu aspirações expansionistas que envolviam territórios da futura Alemanha. Ao diluir o Sacro Império Romano-Germânico, o imperador da França fundou a Confederação do Reno, em 1806, e estimulou um forte nacionalismo nos territórios germânicos, o que se verifica na Prússia de forma mais evidente. Nessa conjuntura, esta forma o *Volkstum*⁶ e lidera a Rússia, a Áustria e a Suécia na vitória diante dos franceses na Batalha das Nações, em 1813. Entretanto, após a queda de Napoleão (1814), o chanceler austríaco, Metternich, opôs-se a uma unificação alemã comandada pela Prússia, uma vez que tal cenário representaria a supremacia prussiana. Outro óbice à formação de uma unidade alemã consistia na ausência de uma classe média com a capacidade de instituir uma reforma estatal de cunho liberal e nacional (DROZ, 2006). Assim, como afirma Kent (1978), estabeleceu-se, no Congresso de Viena, a Confederação Germânica, que reunia, além de outros 33 principados e de quatro cidades livres, o Império Austríaco. Este se sobressaía, ao passo que o Reino da Prússia equivalia à segunda potência. O equilíbrio de poder dos Estados germânicos sofreria, todavia, uma modificação em 1834.

Segundo Ploeckl (2010), o *Zollverein*⁷, que entraria oficialmente em vigor em 1834, seria observado pela corrente dominante como um esforço da Prússia de consolidar sua hegemonia na Confederação Germânica e, conseqüentemente, de reduzir a influência austríaca. Desse modo, em referência à união aduaneira, que ainda correspondia a um sistema de tarifa de fronteira em 1818, Corn (2011, p.3) afirma, *litteris*:

From 1818 to 1864, it is not through military force, but through an ever-widening and ever-deepening customs union (Zollverein) that Prussia managed to incrementally dislodge Austria from the leadership of the German Confederation. It is only after Austria's refusal to integrate the Zollverein on Prussian terms that Prussia itself abandoned civilian means for the 'blood and iron' approach.

O embate verificado entre os principais Estados germânicos revelava a dificuldade de consolidação do objetivo prussiano. Destarte, Kent (1978) assinala que o insucesso da tentativa de unificação de 1848 seria a consequência da rivalidade entre a Áustria e a Prússia. Ambas rechaçavam a concessão de armas ao arquiduque João, o executivo eleito pela

⁶ *Popular customs and traditions* (Tradução de Langenscheidt)

⁷ *Customs union of German states established in 1833* (Tradução de Langenscheidt)

Assembleia de Frankfurt, a qual se responsabilizava pelo projeto constitucional. Como resultado, aquela, de cunho liberal, não possuía um aparato coercitivo capaz de defender leis e decretos. Sua lista de incumbências, entretanto, que abarcava a preparação de eleições para um parlamento nacional capaz de elaborar uma constituição e a formação de um governo para a Alemanha unificada, foi concluída. Por outro lado, embora se houvesse determinado a formação de um Estado federal de monarquia constitucional, um parlamento bicameral e um supremo tribunal federal, Guilherme IV rejeitava a coroa imperial. Tal postura possuía o apoio de Bismarck, que havia conquistado uma cadeira na câmara baixa prussiana em 1849 e que interpretava a oferta da Assembleia de Frankfurt ao rei da Prússia como uma tentativa de subordinar a monarquia à soberania popular (KENT, 1978).

A resistência de Bismarck, um aristocrata, aos princípios liberais e democráticos encontra-se visível em seus discursos. Essa postura permaneceria após a formação do Segundo *Reich*, embora a tendência expansionista fosse contida. Como afirma, Kundnani (2015a), após sua ascensão, ele se encontrava pressionado por seus grandes apoiadores, os *Junker*, grupo a que pertencia. Os grandes senhores de terra possuíam um sentimento antiliberal e, portanto, exigiam medidas protecionistas contra os americanos e contra os russos. Contudo, em uma menção a uma fala do futuro ‘chanceler de ferro’ ainda na fase parlamentar, afirma-se, *litteris*:

*“Ich sehe die preußische Ehre darin, daß die Preußen vor allem sich von jeder schmachvollen Verbindung mit der Demokratie entfernt halten”, bekennt er in Erfurt. Nicht die deutsche Freiheit, sondern die Erhaltung Preußens steht im Zentrum seines politischen Denkens. Ja, er sieht schon auf Eroberung. Das Hauptziel der Gewaltigen dieser Erde sei, ihr Herrschaftsgebiet zu erweitern, verblüfft er seine pommerschen Freunde 1842. Auch für Preußen werde die Stunde der Vergrößerung kommen.*⁸
(AUCH, 1950)

Como indica Kundnani (2015a, p. 10/11), identificavam-se à época, nos territórios germânicos, duas formas de nacionalismo. Uma encontrava-se atrelada ao Iluminismo e à Revolução Francesa, enquanto a outra correspondia a uma corrente nacionalista romântica.

⁸ “Eu vejo a honra prussiana no fato de que os prussianos, antes de tudo, mantêm-se distanciados de toda conexão humilhante com a democracia”, reconhece ele em Erfurt. Não a liberdade alemã, e sim a preservação da Prússia encontra-se no centro de seu pensamento político. Sim, ele já valoriza a conquista. O objetivo principal dos governantes poderosos desta Terra é aumentar seu território, pasma ele seus amigos pomeranos em 1842. Também para a Prússia chegará a hora do engrandecimento. (Tradução nossa)

Dessa forma, enquanto a primeira visava a uma Alemanha democrática, similar à República Francesa, a última “*sought to create a sense of German identity defined against the principles of the French revolution and more broadly against the Enlightenment*”. Como relata Rapport (2009), Otto von Bismarck, adepto do nacionalismo romântico, encontrava-se na contracorrente da Europa, que experimentou, entre 1830 e 1848, a Primavera dos Povos. A sequência de revoluções liberais desencadeada no continente pôs em xeque a ordem conservadora de teor absolutista emanada, em 1815, do Congresso de Viena e da Santa Aliança. Assim, consoante Rapport (2009, p. x), “*in the cases of the Germans and the Italians, it was an opportunity for national unification under a liberal or even democratic order*”.

Bismarck defendia um aumento de influência da Prússia mediante acordos e a ampliação do *Zollverein*. Além disso, enquanto se discutia a inclusão ou o afastamento da Áustria do novo *Reich*, o futuro chanceler da Alemanha ilustrava que a unificação seria conquistada com ou sem o oponente da Prússia, a qual possuía a aprovação da população protestante do Norte. Os católicos ao sul do Reno, todavia, possuíam uma atitude pró-inclusão, o que configurava o dilema da formação de uma Alemanha a segregar (*Kleindeutschland*⁹) ou a incluir a Áustria (*Großdeutschland*¹⁰) (KENT, 1978). A ‘pequena solução’, como é denominada a primeira alternativa, contradizia o intento de unir todos os povos de língua alemã e foi prontamente recusada pelo imperador austríaco, que temia perder sua esfera de influência na Alemanha. Outrossim, os defensores da ‘grande solução’ aspiravam a uma liderança austríaca em um retorno do Sacro Império Romano-Germânico, fato que desconsiderava os povos não alemães e o conseqüente desmembramento da Áustria. Devido a isso, José I, imperador austríaco à época, também se opôs veementemente à segunda possibilidade (VON HELLFELD, 2009b). Portanto, a unificação alemã seria alcançada apenas em 1871 e não abrangeria o segundo maior território germânico.

1.2 O Segundo *Reich* e a *Realpolitik*¹¹

O Segundo *Reich* surge como resultado das medidas estratégicas implementadas por Otto von Bismarck, nomeado primeiro-ministro por Guilherme I em 1862. Sua política

⁹ *Little Germany* (Tradução de Langenscheidt)

¹⁰ *Greater Germany* (Tradução de Langenscheidt)

¹¹ *Practical Politics* (Tradução de Langenscheidt)

expansionista pode ser constatada pelas três guerras que comandou, contra a Dinamarca, contra a Áustria e contra a França. Se, na Guerra Dinamarquesa, a Áustria e a Prússia aliaram-se para retomar Schleswig-Holstein, no segundo conflito, Bismarck infligiu uma dura e fulminante derrota aos austríacos. Esse fato desencadeou a dissolução da Confederação Germânica e o surgimento da Federação Germânica do Norte, a qual expurgava a Áustria. A Prússia adquiria um significativo crescimento territorial e tornava-se o Estado alemão mais forte, porém a consagração dos objetivos do ‘chanceler de ferro’ seria atingida na Guerra Franco-Prussiana. Dessa forma, Kent (1978, p. 63) conclui, *in verbis*:

A oscilação maciça em favor de Bismarck refletiu-se por toda a Alemanha. A vitória prussiana de 1866 pareceu convencer a muitos das vantagens da *Realpolitik* da década de 1860 sobre o idealismo da década de 1840.

Frederico, o Grande, havia conquistado a Silésia e conduzido as tropas prussianas com louvor durante a Guerra dos Setes Anos. O precedente da *Realpolitik* instituído por ele inspirou Bismarck, cuja medida de revigorar o orçamento militar logrou uma vitória diante de Napoleão III na Guerra Franco-Prussiana. Tal incursão implicou a formação do novo *Reich*, que abarcaria os Estados alemães do Sul e a Alsácia-Lorena, cuja anexação constituiria uma das razões da Primeira Guerra Mundial. As aspirações expansionistas bem-sucedidas de Bismarck, sustentadas por um forte viés militar e pela dominação político-econômica prussiana por meio da renovação da união aduaneira dos Estados germânicos, em 1864, marcavam um contraponto à fracassada tentativa liberal de 1848. Importantes para o futuro *Reichskanzler*¹², os *Junker*¹³, e, como resultado, um viés conservador seriam os pontos imprescindíveis para a unificação alemã. Seu êxito em 1871 reformatou o equilíbrio de poder europeu, visto que se formava uma grande potência no centro do continente (KENT, 1978).

Segundo Kundnani (2015a), a *Mittellage*¹⁴, a grande dimensão e o posto central da Alemanha na Europa, além do enfraquecimento francês, tê-la-iam colocado em uma posição de semi-hegemonia até 1945, uma vez que seria muito grande para o equilíbrio de poder continental e pequena demais para uma posição hegemônica. Entretanto, embora Bismarck tenha imprimido um ritmo expansionista até 1871, sua estratégia após a unificação ilustra a transformação da Alemanha em uma potência status quo. Haja vista seu receio em relação ao

¹² *Chancellor of the Reich* (Tradução de Langenscheidt)

¹³ *Young nobleman* (Tradução de Langenscheidt)

¹⁴ *Central position* (Tradução de Langenscheidt)

*cauchemar des coalitions*¹⁵, isto é, às coalizões que poderiam ser formadas para que fosse possível contrabalançar o poderio alemão, o chanceler de ferro visou apaziguar os receios na Europa acerca do país recém-unificado. Para isso, em uma atitude pragmática, Bismarck aplica uma sobreposição de alianças capaz de garantir segurança à Alemanha. Após o esfacelamento do *Dreikaiserbund*¹⁶, sistema de parceria alemão com o Império Austro-Húngaro e com a Rússia, o primeiro-ministro de Guilherme I assinou um tratado com a Áustria e com a Itália (Tríplice Aliança), além do Tratado de Resseguro, com a Rússia. Essas mudanças táticas demonstravam o âmago de *Realpolitiker* que compunha o ‘chanceler de ferro’ (KUNDNANI, 2015a).

O termo ‘*Realpolitik*’ é cunhado em 1853, na obra emblemática de Ludwig August von Rochau, *Grundsätze der Realpolitik*. Posto que houvesse apoiado os levantes de 1848, que tencionavam implantar um governo constitucional e representativo, Rochau concluiu que desprezar a ‘lei da força’ com base na *Idealpolitik*¹⁷ não correspondia a uma estratégia exitosa. A base da política seria, então, a mescla entre *Macht*¹⁸ e *Herrschaft*¹⁹, o que demonstrava a fragilidade dos liberais ao tentar aliar seus ideais ao entendimento da relação entre meios e fins. Malgrado a oposição do criador do vernáculo ‘*Realpolitik*’ a Bismarck, associou-se sua invenção ao chanceler de ferro, que conseguia gerenciar diversas forças sociais do Estado e ajustar a diplomacia à ameaça de força. Além disso, embora Rochau defendesse o liberalismo, a menção da *Realpolitik* na língua inglesa emerge primeiramente em 1872, por meio de Constantin Franz, cuja alegação assinalava o papel do método de combater os princípios cristãos, essenciais à essência liberal. A segunda alusão vigorosa ao termo no mundo anglófono ocorre apenas em 1890, quando a política agressiva de Guilherme II repercute na esfera internacional (BEW, 2014).

Para Rochau, a *Realpolitik* indicaria a lei de poder como força governante do mundo dos Estados (HOLBORN, 1960). Seu lado pragmático pode ser verificado nas políticas de Bismarck não apenas em seu sistema de alianças mas também com sua mera função de ‘corretor honesto’ no Congresso de Berlim, em 1878. Na ocasião, dentre as grandes potências, somente a Alemanha não fez nenhuma exigência territorial em relação à Turquia. Seu discurso de 6 de fevereiro de 1888, que visava transmitir uma imagem pacífica da

¹⁵ *Nightmare of coalitions* (Tradução de Collins)

¹⁶ *Three Emperors’ League* (Tradução de Langenscheidt)

¹⁷ *Idealistic politics* (Tradução de Langenscheidt)

¹⁸ *Power* (Tradução de Langenscheidt)

¹⁹ *Dominion* (Tradução de Langenscheidt)

Alemanha contrastava com seu objetivo de agregar 700 mil homens às Forças Armadas e com o cenário de 1885. Três anos antes de seu pronunciamento mais notável, o chanceler alemão desafiava a supremacia inglesa, porém, em 1888, almejava defender suas fronteiras e dependia da Inglaterra para a manutenção de seu sistema de alianças (FULLER, 1991).

Identifica-se o gerenciamento das forças sociais promovido por Bismarck em concessões no tocante à *Europapolitik*²⁰. Embora o ‘*Eiserner Kanzler*’²¹ planejasse o futuro alemão dentro do continente europeu, a pressão interna proveniente de corporações e de nacionalistas por uma expansão além-mar obteve resultados. Em virtude da depressão alemã no começo dos anos 1880, Bismarck adquiriu Angra Pequena, territórios no Togo e em Camarões, além da Nova Guiné (KUNDNANI, 2015a). No concernente à interpretação do cenário político realizado pelo *Junker*, Holborn (1960) assevera que seu pensamento contrário às guerras preventivas trabalhava em discordância com sua atitude pró-conflito quando seus objetivos políticos encontravam-se em jogo. Outrossim, no atinente à postura de Bismarck, pontua Heilbrunn (2011, p. 87):

He was a realist par excellence. Before him, politicians, more often than not, at least made a show of following high-minded principles and predicated their partnerships on the basis of religious or political affinities. Not Bismarck.

A rígida postura de Merkel diante da crise grega atrai diversas analogias de sua imagem a Bismarck. Como é possível verificar no ‘ANEXO A’, a caricatura da presidente da CDU com o capacete militar prussiano no jornal *Bild*, que exorta Merkel a cortar a concessão de empréstimos aos gregos, constitui a comparação com o nível mais alarmante de audiência (HUBER, 2015). No entanto, em sua reportagem ‘*Heute brauchen wir die Eiserne Kanzlerin*’²², o jornal exhibe diretrizes que deveriam ser seguidas por Merkel, e não medidas por ela implementadas. Embora o jornal exigisse uma *Grexit* imediata, a chanceler, apesar de sua inflexibilidade defronte aos helenos, insistiu na permanência da Grécia na UE. Conforme Beck (2013), a referir-se às visitas de Tsípras a Paris e a Berlim em maio de 2012, Angela Merkel teria encarnado o ‘*Iron Chancellor*’ com o intuito de mostrar aos alemães que não toleraria a falta de disciplina dos países da Europa Meridional.

²⁰ *Policy towards Europe* (Tradução de Langenscheidt)

²¹ ‘*Iron Chancellor*’ (Tradução de Langenscheidt)

²² ‘Hoje nós precisamos da chanceler de ferro’ (Tradução minha)

Para Heilbrunn (2011), Bismarck possuía um *speak-softly-and-carry-a-big-stick approach* ao lidar com a política externa, porém apresentava um comportamento incisivo em relação a seus inimigos na esfera doméstica. Pupila de Helmut Kohl, chanceler de 1982 a 1998, Merkel não hesitou em denunciar seu mentor, que se havia envolvido em um financiamento de campanha em 1999, para se tornar a presidente da União Democrata-Cristã. Sua consagração ocorreria no ano seguinte, quando sucedeu Schäuble, também envolvido no escândalo denunciado pela ‘alemã tranquila’ (PACKER, 2015). Embora alguns paralelos entre Merkel e Bismarck revelem um aspecto sensacionalista, outros pontos em comum entre os governos de ambos devem ser analisados.

Como alega Kundnani (2015a), na *Gründerzeit*²³, a Alemanha, assim como no século XXI, possuía características de uma potência status quo, isto é, havia abandonado o comportamento revisionista característico da Prússia. Contudo, enquanto o chanceler de ferro opunha-se aos preceitos liberais e era indiferente aos dogmas cristãos (HOLBORN, 1960), Merkel dirige a União Democrata-Cristã. Como afirma Holborn (1960, p. 87), Bismarck demonstrava sua crença em Deus, mas, em decorrência de seu caráter conservador, externou que “[...] *the usefulness of prayer lay in submission to a strong power*”. A contradição entre Bismarck e Merkel, no entanto, estende-se ao aspecto militar.

Bismarck considerava o Exército a força motriz do Estado alemão, fato confirmado pelas medidas expansionistas aplicadas pelo chanceler de ferro até a unificação alemã, em 1871. Por outro lado, a *Bundeskanzlerin*²⁴ coordena, conforme destaca Daehnthardt (2013), um Estado guiado pela *Kultur der Zurückhaltung*²⁵. Em outras palavras, Angela Merkel exibiria, consoante a autora, “uma preferência contínua por meios não militares e uma relutância no uso da força militar em intervenções internacionais”. Entretanto, Kundnani (2015a, p. 5), no concernente às semelhanças entre o *Kaiserreich*²⁶ e a Alemanha contemporânea, pontua, *in verbis*:

Some have suggested that Germany has returned to its Mittellage, or central location, between West and East, though in a globalised world the East now includes not only Russia but also Asia and, above all, China. Others have accused Germany of pursuing a Schaukelpolitik – a Bismarckian

²³ *The latter part of the nineteenth century in German history, from 1871 on, characterized by rapid industrial expansion and a grandiose and eclectic architectural style* (Tradução de Langenscheidt)

²⁴ *Federal Chancellor (female)* (Tradução de Langenscheidt)

²⁵ *Culture of restraint* (Tradução de Langenscheidt)

²⁶ *Empire* (Tradução de Langenscheidt)

policy of shifting alliances. Others still have seen in its pursuits of markets beyond Europe for its exports a neo-mercantilist foreign policy. Each of these terms suggests in a different way that, in foreign policy at least, Germany is regressing and unlearning the lessons it has learned since 1945.

Contudo, a constatação de semelhanças entre a postura do Estado alemão do século XXI no referente aos *Eurobonds* e àquele formado em 1871 é efetuada por alguns analistas. Em uma clara alusão à estratégia germânica de isolar a França logo após a Guerra Franco-Prussiana, mediante um sistema de alianças, alega Melchiorre (2012), *litteris*:

Bismarck devised an elaborate system of overlapping treaties and pacts to support Germany's rise to power while he isolated Germany's principal rival: France. Similarly, Merkel is committed to preserving Germany power through support of greater European integration, yet she is equally committed to avoiding measures that would place a permanent burden upon Germany's economy through common European debt.

As relações feitas entre a *Realpolitik* e vários estadistas alemães, de Bismarck a Merkel, assinalam uma associação automática do conceito criado por Rochau aos alemães. Segundo Bew (2014, p. 6), “*for those watching the rise of the German nation from the outside, therefore, Realpolitik soon became a byword for German dastardliness*”. Todavia, segundo Emery (1915), conquanto Bismarck tivesse-se tornado o realista mais notável, o realismo político haveria aflorado de forma tardia na Alemanha em comparação com as outras grandes nações. Emery (1915, p. 463), a traduzir o termo ‘*Realpolitik*’, afirma:

In general, it may be said that political idealism lays stress upon the end to be achieved and that this end is frequently a somewhat blurred, even if lofty beacon. Political realism on the other hand lays stress upon the concrete determination of specific aims, and, what is equally important, reckons with the means necessary for accomplishing such ends.

Todavia, apesar de a *Realpolitik* descrever as políticas de distintos Estados, a demissão de Bismarck, em 1890, significou a instauração de uma nova *Weltpolitik*²⁷ em 1896 (KUNDNANI, 2015a). Nesse contexto, o termo fabricado por Rochau experimentou uma crescente popularidade nos meios de comunicação, dado que Guilherme II instaurou uma dinâmica agressiva na esfera internacional (BEW, 2014). A reviravolta na política externa da Alemanha tornou-se patente em face da aspiração de Wilhelm II de transformar o país,

²⁷ *World policy* (Tradução de Langenscheidt)

condizente com as condições de uma *Landmacht*²⁸, em uma potência naval capaz de rivalizar com a Inglaterra. Logo, a multipolaridade que caracterizava o sistema internacional em 1871 perdeu espaço para um ambiente bipolar formado por dois blocos de aliança (KUNDNANI, 2015a). Dessa maneira, Williams (1897, p. 48), que enxergava o declínio britânico perante o crescimento industrial alemão assentado em dados estatísticos, sugere que “[...] *and though shipbuilding was long regarded as one of the industries (almost, alas! the only one) in which the German had no chance, he has none the less girded himself for a trial of strength in it*”.

A perturbação engendrada no equilíbrio de poder pelos alemães induziu a formação da Tríplice Entente, em 1907. Embora o estopim da Primeira Guerra Mundial corresponda à tensão entre o Império Austro-Húngaro e a Rússia nos Bálcãs, as ambições da Alemanha constituíram um elemento fulcral do conflito. Contudo, as aspirações alemãs de supremacia formam um tópico controverso, uma vez que, para Bernhard von Bülow, chanceler de 1900 a 1909, um país unificado tardiamente também possuía, assim como outras potências europeias, o direito de adquirir colônias na Ásia e na África (KUNDNANI, 2015a). Dessa forma, Emery (1915, p. 453), em referência ao slogan alemão ‘*Weltmacht oder Niedergang*’²⁹, afirma, *litteris*:

It is of course true that this has been a German slogan and, taken literally, the phrase sounds serious enough to the rest of the world, but anyone who really understands German history and German opinion in the last generation knows that the phrase ‘Weltmacht’ does not all connote world dominion in the sense of the establishment of a Roman empire or even anything resembling the British Empire.

Como afirma Cox (2007), a *Pax Britannica* caracterizava-se pela centralização da economia da Inglaterra no sistema internacional. Segundo o autor, o período era marcado também pelo poder de coerção que assegurava a ordem coerente à supremacia britânica, ou seja, a vantagem comparativa, o livre comércio e o padrão-ouro. Contudo, o ponto mais importante da análise do teórico crítico corresponde à capacidade da Grã-Bretanha de definir o equilíbrio de poder europeu de 1845 a 1875. Por outro lado, como afirma Cox (2007, p. 117), entre 1875 e 1945, um período não hegemônico, “outros países desafiaram a supremacia britânica. O equilíbrio de poder na Europa desestabilizou-se, levando a duas guerras mundiais”. Todavia, segundo Emery (1915), a Alemanha, um desses países, não aspiraria

²⁸ *Country with powerful land forces* (Tradução de Langenscheidt)

²⁹ ‘*World power or decline*’ (Tradução de Langenscheidt)

instaurar uma *Pax Germanica* no início do século XX, e sim apenas conquistar seu espaço no xadrez político das grandes potências europeias.

1.3 Da República de Weimar ao Terceiro Reich

A derrocada da Tríplice Aliança na Grande Guerra que se estendeu de 1914 a 1918 impingiu diversas condições humilhantes à Alemanha. A perda significativa de território e de 7 milhões de habitantes, a contar com a população da Alsácia-Lorena e do Schleswig do Norte, além de uma redução substancial do Exército e da remoção de sua Força Aérea, formou apenas parte do conjunto de sanções aplicadas em 1919 ao Estado formado em 1871 (NYE, 1997). Todavia, o cenário resultante da Primeira Guerra Mundial não se revelou tão umbroso à Alemanha, que, em termos relativos, emergia mais poderosa diante de impérios que haviam desmoronado, como a França, esgotada após o embate finalizado em 1918. Destarte, enquanto o revisionismo francês pressupunha uma ameaça ao equilíbrio de poder da Europa no cenário pré-Grande Guerra, o revisionismo alemão transformou-se na fonte de instabilidade do continente após o cataclisma europeu (KUNDNANI, 2015a).

A cláusula de culpa pela guerra e a vultosa soma das reparações exigidas pelos vencedores constituíram empecilhos à consolidação da democracia alavancada pela República de Weimar, que se estende da queda do *Kaiser*³⁰, em 1918, até 1933. Apesar da rigidez do Tratado de Versalhes, este ainda conferia uma margem de manobra à Alemanha, ponto explorado pelo nacionalismo que florescia no país (NYE, 1997). Por conseguinte, a política externa da Alemanha concentrou-se, entre outros pontos, na tentativa de atenuar as reparações de guerra a que o país se submetia e na retirada das tropas estrangeiras. Gustav Stresemann, ministro das Relações Exteriores de 1924 a 1929, defendia uma política externa atrelada aos meios econômicos, estratégia que obteve êxito em relação aos termos dos Tratados de Locarno e às concessões nas reparações de guerra (KUNDNANI, 2015a).

Os Tratados de Locarno permitiram a participação da Alemanha na Liga das Nações. Entretanto, esta sofreria, após alguns anos, uma decadência em consequência de uma gama de fatores, como o fiasco da segurança coletiva, as desavenças entre as democracias ocidentais, o isolacionismo americano e a Grande Depressão. A crise econômica de 1929 pavimentou o caminho à ascensão nazista mediante as crescentes taxas de desemprego e

³⁰ *Emperor* (Tradução de Langenscheidt)

comprovou que o ‘problema alemão’ ainda não havia sido solucionado. A chegada de Hitler ao posto de chanceler, em 1933, refletiu a fragilidade da democracia da República de Weimar diante do viés repressor do Tratado de Versalhes (NYE, 1997).

O Terceiro *Reich* (1933-1945) inseria novamente a retórica do império, que havia marcado a década de 1880, e os nazistas potencializaram a ideia de uma dominância continental. Não obstante, Hitler, assim como Bismarck, possuía a percepção de que a Europa era ‘nossa África’ (KUNDNANI, 2015a). Destarte, analogias entre Bismarck e Hitler tornaram-se inevitáveis, malgrado as discrepâncias entre os planos dos dois políticos alemães. Embora o último imperador alemão houvesse sido destituído em 1918, os nazistas visualizaram os preceitos da Prússia de forma estratégica e associaram o espectro militar desta a seus interesses. Não apenas a imagem de Bismarck, mas também a de sua inspiração, Frederico, o Grande, foram utilizadas de maneira categórica pelo Partido Nacional-Socialista. O Terceiro *Reich* e a velha aristocracia possuíam um recíproco sentimento de menosprezo, porém Hitler utilizava a imagem desta na máquina propagandística nacional-socialista para atingir seus objetivos (HEILBRUNN, 2011). O líder nazista aspirava criar um império continental, mas suas estratégias possuíam uma faceta mais radical do que as implementadas no século anterior. Dessa forma, elucida Kundnani (2015a, p. 19), *litteris*:

In what became the largest, most brutal, and most ambitious reshaping of Europe in history, the Nazis reactivated, radicalised and realised the idea of a continental empire that went back to the ‘empire talk’ of the 1880s.

Além dos princípios mais radicais identificados em Hitler, convém ressaltar outras diferenças entre o nazista e o prussiano. Assim, Heilbrunn (2011, p. 90-91), que visualiza um intento hegemônico nas medidas de Hitler, assevera que este apresenta mais pontos em comum com Napoleão Bonaparte do que com Bismarck:

The genocidal racism that Hitler espoused was of a different order than Bismarck’s anti-Semitism. Hitler was probably closer to the kind of Napoleonic revolutionary spirit that Bismarck was trying to contain and smother – the impulse to gamble and overthrow the European order. Instead, the Iron Chancellor wished to integrate Prussia into Europe, not unify central Europe – let alone the whole continent – under German hegemony.

As ideias de Heilbrunn (2011), mostram a necessidade de uma discussão sobre a tentativa hegemônica empreendida por Hitler. Mearsheimer (1995) assegura que o sistema

internacional seria marcado pela anarquia, seu princípio ordenador, uma vez que os Estados equivaleriam a unidades políticas independentes sem nenhuma autoridade capaz de regular suas relações. Estes possuiriam, de acordo com o autor, uma preocupação pungente em relação ao equilíbrio de poder, o que elevaria a importância dos ganhos relativos e do receio da trapaça, dois pontos inibidores de cooperação. Tal análise demanda, portanto, um diálogo entre institucionalistas e neorrealistas.

1.4 Hegemonia e teorias

‘Hegemonia’ é “[...] um decalque latino da palavra grega *egemonia*, que significa ‘direção suprema’, usada para indicar o poder absoluto conferido aos chefes dos exércitos, chamados precisamente *egemónes*, isto é, condutores, guias [...]”, conforme afirma Bobbio (1983, p. 579). Entretanto, o vernáculo denota várias circunstâncias. Convém ressaltar, portanto, que seu significado mais simplista destoa das acepções mais complexas, criadas por diferentes Ciências Sociais, como o campo de Relações Internacionais. Consequentemente, uma análise sobre a possível hegemonia alemã no arcabouço da UE deve seguir uma tendência mais científica, ou seja, requer um substrato teórico.

Mearsheimer (1995), em uma crítica clara aos institucionalistas, expõe que as instituições possuiriam uma influência mínima no comportamento dos Estados, principais atores do sistema internacional. Segundo Mearsheimer (1995, p. 12), em menção às aspirações dos Estados, “*the aim is to acquire more military power at the expense of potential rivals. The ideal outcome would be to end up as the hegemon in the system*”. O autor conclui que, apesar das restrições do sistema, os Estados ainda gozariam de um alto grau de liberdade para agir, fato que pode ser ratificado em alguns episódios históricos.

O desrespeito aos Tratados de Locarno, operado pela disposição de tropas alemãs na Renânia, em 1936, abalou a segurança coletiva da Liga das Nações e resgatou a lógica do equilíbrio de poder no contexto europeu (NYE, 1997). Ademais, a desconsideração do Tratado de Versalhes por parte do *Führer* permitia-lhe extrapolar o tamanho do Exército alemão estipulado pelos vencedores da Primeira Guerra Mundial (KUNDNANI, 2015a). Em outras palavras, Adolf Hitler transmitia, evidentemente, seu desejo de tornar a Alemanha o *hegemon* da Europa mediante o revisionismo militar. Porém, Mearsheimer (1995) expõe as ideias de teor mais forte do realismo, enquanto outros autores exibem perspectivas distintas.

Para Waltz (1979), a anarquia, ordenamento regulador do sistema internacional, não estimularia o comportamento agressivo dos Estados. Estes agiriam, de acordo com o autor, de maneira defensiva, uma vez que não desejariam causar uma perturbação no sistema, e sim mantê-lo estável. Ao contrário do realista defensivo, Mearsheimer (2001) não crê em potências status quo, com exceção do *hegemon*, e sustenta que, apesar da mudança na distribuição de poder resultante da unificação alemã, o sistema europeu não teria sido invertido. Consequentemente, para o autor, a atitude menos assertiva de Bismarck após 1871 não corresponderia a uma política externa descarregada de intenções revisionistas, mas ao resultado das restrições estruturais da época. Além disso, segundo o realista ofensivo, quando o poder relativo teria permitido ações mais agressivas, Guilherme II e Hitler assim o fizeram. Por tal linha de raciocínio, a Alemanha do século XXI não haveria instaurado um conflito de grandes proporções devido às constrictões por ela experimentadas. Todavia, a despeito dos contextos diferentes, protestos nos países do Sul da Europa – e na Grécia de forma mais acentuada – são recheados por caricaturas que comparam o ditador alemão a Angela Merkel.

Segundo Kundnani (2015a), os nazistas externavam o desejo de elaborar uma *Europäische Gemeinschaft*³¹, dado que, tais qual Bismarck, enxergavam metas dentro do continente europeu. Logo, visto que Merkel é considerada, de acordo com Beck (2013), a rainha sem coroa da Europa por causa de sua liderança na UE, denúncias acerca de uma aura hitlerista vêm à tona. Essa comparação fundamenta-se, como pontua Anton (2011, p. 13), na ocupação da Grécia feita pelos nacional-socialistas, os quais, além de ocasionar a morte de 7,2% da população helênica, “[...] borrowed by force £10,582,120 (US\$23.5 billion) from the Central Bank of Greece”. A exigência de uma reparação de guerra dos alemães tornou-se mais enfática durante o período de agravamento da crise econômica europeia. Por conseguinte, a retratar as medidas de austeridade promovidas pelo governo alemão, expressou o vice-ministro da Cultura da Grécia, Nikos Xydakis:

“It is as though my country were experiencing the consequences of war”, he says. European saving policies have ruined Greece, he says: “We have lost a quarter of our gross domestic product and a quarter of our population is unemployed.” Futhermore, he said, Greece didn’t ask for emergency loans, they were forced upon the country together with the cost-cutting program. “Now we are playing with the blood of our people.” (THE, 2015)

³¹ *European Community* (Tradução de Langenscheidt)

A disciplina fiscal exigida por Merkel enfureceu a população grega, acontecimento confirmado por montagens que a exibem com um uniforme nazista. Em uma delas, como se constata no ‘ANEXO B’, a suástica encontra-se adornada pelas estrelas presentes na bandeira da UE, o que faz alusão à suposta postura nazista da chanceler no bloco (FURIOUS, 2011). No entanto, é necessário elucidar que essas denúncias dirigidas à *Bundeskanzlerin* desconsideram um amálgama de fatores estruturais do sistema internacional. Mearsheimer (2010) informa que a presença dos Estados Unidos no continente por meio da OTAN retiraria a possibilidade alemã de prover sua própria segurança e fomentaria a necessidade europeia de manter o papel regulador mundial dos americanos. O neorrealista afirma que o guarda-chuva de segurança dos Estados Unidos seria imprescindível para a ausência de um *hegemon* no continente europeu. Em outros termos, as alterações realizadas pelos estadunidenses por meio da Organização do Tratado do Atlântico Norte na Europa contrastam com o distanciamento dos Estados Unidos do continente no cenário pré-Segunda Guerra Mundial. Sem embargo, elucubrações sobre um suposto status hegemônico alemão sob o comando de Merkel variam de acordo com o significado atribuído ao termo ‘hegemonia’.

Para Keohane (1984), as premissas realistas seriam passíveis de críticas por não considerarem o papel interveniente das instituições internacionais. Conforme o institucionalista liberal, como o denomina Mearsheimer (1995), o realismo não avaliaria que os objetivos dos Estados dependem, além dos interesses nacionais e da distribuição de poder mundial, de uma série de condições, como a quantidade, a qualidade e a distribuição da informação. Nesse contexto, Keohane (1984) realiza uma referência patente às instituições internacionais, que afetariam o comportamento dos Estados em um ambiente anárquico, isto é, que desempenhariam um papel primordial no sistema internacional. Para o neoinstitucionalista, como o próprio autor se intitula, a cooperação seria capaz de desenvolver-se a partir de interesses complementares, e as instituições, grosso modo, afetariam os padrões de cooperação. Em linhas gerais, o teórico pontua que os regimes internacionais, arranjos que contêm regras, normas, princípios e *decisionmaking procedures*, apaziguariam o receio em relação aos ganhos relativos e à trapaça. Outrossim, no concernente à hegemonia, Keohane (1984) e Gilpin (1981) apresentam uma concepção distinta daquela apresentada por Mearsheimer (1995), dado que avaliam a importância das instituições para a formação de uma hegemonia.

Segundo Gilpin (1981), paladino da teoria da estabilidade hegemônica, o Estado ou o grupo de Estados hegemônicos em ascensão teriam seu poder ratificado pela guerra e definiriam não apenas o acordo pós-guerra, mas também o caráter do novo arranjo internacional. O realista reitera que a manutenção da ordem exigiria uma hegemonia contínua e, categoricamente, alega que o controle do sistema internacional demandaria gastos com forças militares, com o financiamento de aliados, com ajuda externa e com custos associados à manutenção da economia internacional. Keohane (1984), conquanto aponte a possibilidade de regimes internacionais pós-hegemônicos, reconhece que a cooperação tornar-se-ia mais provável em um contexto marcado pela liderança de um Estado. Em contrapartida, Ikenberry (2001) sugere que a ordem hegemônica seria apenas uma das ordens políticas entre Estados.

De acordo com Ikenberry (2001), os neorealistas seriam incapazes de compreender por que Estados poderosos aceitam vincular-se a instituições internacionais, visto que não dariam importância a estas de maneira adequada. “*Why would a newly unified Germany, emerging as the most powerful economy in Europe in the 1990s, agree to insert itself within a binding European monetary order?*”, indaga Ikenberry (2001, xiii). A fim de responder a essa questão, o autor visualiza três tipos ideais, que se misturariam: o equilíbrio de poder, a hegemonia e o constitucionalismo. A primeira seria marcada pelo equilíbrio de ações entre os Estados, que visariam garantir sua segurança em um sistema anárquico; a segunda, apesar de também estar baseada na distribuição de poder, caracterizar-se-ia por outro princípio organizador, a hierarquia, definida pelo exercício coercitivo de poder do Estado-Líder, o qual não experimentaria nenhuma restrição. Porém, o autor assegura que um contexto hierárquico também poderia emergir a partir do Estado de direito e de processos institucionais formais.

Conforme Ikenberry (2001), Estados poderosos estariam dispostos a limitar seu poder institucionalmente a fim de o legitimar e de o tornar mais duradouro e mais aceitável aos países secundários, quer dizer, para se transformarem em uma autoridade legítima. Desse modo, o institucionalista refere-se à ordem constitucional, que, embora possua uma condição estrutural subjacente anárquica, teria o *rule of law* como princípio ordenador. Ikenberry (2001) reforça seu argumento ao explicitar quatro estratégias utilizadas para reconstruir uma ordem pós-guerra. Dentre elas, a integração supranacional, estabelecida por um cenário em que as obrigações legais e institucionalizadas entre Estados dentro da união seriam indistinguíveis de instituições políticas e legais internas, aproximar-se-ia à situação da Alemanha no bloco europeu. Ikenberry (2001, p.42) sustenta que “*rather than balancing*

against Germany or destroying its industrial base, France and Western Europe moved to bind Germany to the wider regional order". Por outro lado, alguns autores expõem a inadequação do vocábulo 'hegemonia' ao sistema internacional.

Para Cox (2007), o termo 'domínio' encaixar-se-ia de forma mais adequada em uma visão internacional, uma vez que o termo 'hegemonia' ora se restringiria a uma análise das relações interestatais, ora seria utilizado como um eufemismo de imperialismo. O autor assevera que tais acepções divergiriam da corrente gramsciana, a qual apontava para o desenvolvimento da sociedade civil da Europa Ocidental e, conseqüentemente, para seu papel vital desempenhado nas instituições em prol da manutenção do cenário hegemônico ou do surgimento de uma contra-hegemonia. A projetar as ideias de Gramsci para a esfera internacional, Cox (2007, p. 118) sustenta que "uma hegemonia mundial é, em seus primórdios, uma expansão para o exterior da hegemonia interna (nacional) estabelecida por uma classe dominante". Ele expõe, em contraposição a Ikenberry (2001), que as organizações internacionais corresponderiam a um mecanismo de hegemonia, porquanto efetivariam regras capazes de amplificar as forças econômicas e sociais dominantes. Contudo, convém delimitar o alcance do significado de 'domínio' e o de 'hegemonia', visto que Cox (2007) constrói suas argumentos baseado nas ideias de Gramsci. Assim, ilustra Bobbio (1983, p. 580), *litteris*:

Segundo Gramsci, numa sociedade de classes, a supremacia de uma delas se exerce sempre através das modalidades complementares e, de fato, integradas, se bem que analiticamente dissociáveis, do domínio e da Hegemonia. Se o domínio se impõe aos grupos antagônicos pelos mecanismos de coerção da sociedade política, a Hegemonia se exerce sobre grupos sociais aliados ou neutrais, usando dos 'mecanismos hegemônicos' da sociedade civil.

A complementar a definição exposta por Bobbio (1983), Cox (2007) relata a associação do poder a um centauro, criada por Maquiavel e posteriormente utilizada por Gramsci. Para este, a criatura da mitologia grega representaria a indissociabilidade entre o consentimento e a coerção, contudo, enquanto aquele permanecesse em evidência, a hegemonia sobrepôr-se-ia. Por outro lado, a coerção estaria em constante estado latente e seria empregada apenas sob circunstâncias extraordinárias. A concluir essa ideia, Cox (2007, p. 105), expõe que "a hegemonia é suficiente para garantir o comportamento submisso das pessoas durante a maior parte do tempo". O teórico crítico exhibe, ainda, a origem dos princípios hegemônicos no âmbito internacional. Cox (2007) defende que as instituições e as regras internacionais surgiriam do Estado estabelecedor da hegemonia. Outrossim, o autor

afirma que a transformação da ordem mundial deveria centrar-se nas sociedades nacionais, haja vista os traços hegemônicos das instituições internacionais. A única forma possível de eliminar a suposta hegemonia alemã seria, então, sob esse espectro, a ascensão de partidos de oposição à UE no âmbito interno dos países do bloco, ou seja, a criação de processos contra-hegemônicos.

Consoante Cox (2007, p. 118), “o conceito hegemônico de ordem mundial não se baseia apenas na regulação do conflito dos interessados, mas também numa sociedade civil concebida globalmente [...]”. Em tal afirmação, o autor refere-se à formação de relações entre as classes sociais dos países que participam de um processo de interação. Depreende-se, por conseguinte, que a formação da UE, uma união econômica e monetária, tornaria possível que a Alemanha estendesse valores econômicos e sociais de sua hegemonia nacional aos membros do bloco mediante os aspectos institucional e cultural. Todavia, a metamorfose ocorrida no continente europeu desde a queda de Hitler deve ser analisada para que se obtenha um melhor entendimento sobre a participação da Alemanha em instituições multilaterais.

1.5 Divisão e reunificação

O malogro do Eixo, capitaneado por Adolf Hitler, compôs o cenário pós-Segunda Guerra Mundial, caracterizado pela modelação de um mundo bipolar em que a Alemanha constituía um palco capaz de refletir a nova estrutura do sistema internacional. A Conferência de Potsdam (1945) ocorreu posteriormente à rendição alemã e reuniu representantes dos Aliados, Truman, Stalin e Churchill. A decisão de fragmentar o maior país da Europa em três zonas provisórias de ocupação e uma futura concessão territorial à França subverteram a ordem europeia, que atravessou uma fase aguda entre 1948 e 1953, período mais intenso da Guerra Fria. O Plano Marshall, um dos pontos-chave da Doutrina Truman, concentrou seu empenho de revitalizar as economias capitalistas europeias na Alemanha Ocidental. Portanto, a União Soviética, que interpretava a ação dos Estados Unidos como uma ameaça a sua influência sobre o trecho oriental, realizou o bloqueio de Berlim. A solução da contenda, operada mediante uma ponte aérea executada pelos ocidentais, significou o surgimento da República Federal da Alemanha e a fundação da República Democrática Alemã. Além disso, Berlim Oeste adquiria autonomia, apesar de compor a RFA, que estabeleceu sua capital em

Bonn, enquanto as ordens da *Deutsche Demokratische Republik*³² eram emanadas de Berlim Leste (MAGNOLI, 2001).

A criação da *Bundesrepublik Deutschland*³³ formou uma ruptura dentro do quadro da Alemanha que havia sido criado em 1871. Ao passo que o país recém-unificado constituía um vigoroso Estado no centro da Europa, a RFA encontrava-se na margem oriental da Europa Ocidental, ou seja, substituía-se a lógica da *Mittellage* pelo fundamento da *Grenzlage*³⁴. O primeiro chanceler da República Federal Alemã, Konrad Adenauer, que ocupou o cargo entre 1949 e 1964, pleiteava uma aliança de democracias contra a União Soviética. Sua agenda política, assentada na reabilitação e na segurança da RFA, promovia uma base à integração internacional (KUNDNANI, 2015a). Dessa forma, o democrata-cristão favoreceu a inclusão, em 1955, da *BRD*³⁵ na Organização do Tratado do Atlântico Norte, instituída em 1949, além de aderir ao Conselho da Europa (1951). Contudo, Adenauer obteve renome mundial devido a seu engajamento na defesa da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, divulgada pelo Plano Schuman, em 1950 (COMISSÃO EUROPEIA, 2015).

Segundo Hobsbawm (1994, p. 238), “o melhor que os franceses podiam fazer era entrelaçar os negócios alemães ocidentais e franceses de tal modo que o conflito entre os dois velhos adversários fosse impossível”. O Tratado de Paris de 1951, que emoldurou a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, embrião da UE, refletiu os traumas que a Segunda Guerra Mundial gerou nos países europeus. A ausência de um mecanismo de cooperação constituía um fator determinante para a interrupção da paz e formava um empecilho à reconstrução do continente, que se encontrava devastado. A CECA, o germe da União Europeia, nasceu também com o intuito de reforçar os laços entre a Alemanha e a França, fragilizados durante o conflito que se estendeu de 1939 a 1945. Intensifica-se esse objetivo por meio do Tratado do Eliseu, em 1963, desenvolvido por Charles de Gaulle e por Adenauer (UNIÃO EUROPEIA, 2015a). Realizou-se o passo seguinte rumo à União Europeia em 1957, por meio dos Tratados de Roma, que formaram a Comunidade Econômica Europeia e a Comunidade Europeia da Energia Atômica (BORCHARDT, 2011). Tais conquistas foram possíveis sob o mandato de Adenauer, porém seu sucessor, Willy Brandt, possuía princípios divergentes.

³² *German Democratic Republic* (Tradução de Langenscheidt)

³³ *Federal Republic of Germany* (Tradução de Langenscheidt)

³⁴ *Border location* (Tradução de Langenscheidt)

³⁵ *FRG (Federal Republic of Germany)* (Tradução de Langenscheidt)

Magnoli (2001) relata que Willy Brandt executou a *Ostpolitik*³⁶ em uma configuração marcada pela *détente*³⁷. Ele sugere que o social-democrata haveria visualizado a política de reconhecimento mútuo entre a RFA e a RDA em prol de uma futura reunificação alemã. Em suma, o ex-prefeito de Berlim Ocidental implementava, com a ajuda de Egon Bahr, medidas com o intuito de fomentar a unidade adquirida em 1871 e, para isso, a quebra da *Westbindung*³⁸. Desse modo, o apoio da URSS tonou-se fundamental, mormente após a elevação do Muro de Berlim, em 1961. Em face de tal contexto, Kundnani (2015a, p. 31) alega que “*above all Adenauer had neglected reunification, which was incompatible with integration into the West*”. O autor relembra que Helmut Schmidt, chanceler da República Federal da Alemanha entre 1974 e 1983, conservou a *Ostpolitik*, embora a utilizasse por meio de uma vertente voltada a uma política externa de caráter econômico. Contudo, embora a RFA configurasse um *trading state*, a dependência de sua segurança dos EUA e a crescente *Kultur der Zurückhaltung*, formada pela dívida histórica do holocausto, formavam seu calcanhar de Aquiles. Defronte a isso, aponta Kundnani (2015a, p. 38), *litteris*:

By the 1980s, a consensus had emerged among the West German foreign policy establishment, based largely on Adenauer’s approach to the rehabilitation of West Germany, about the foreign policy lessons of the Nazi past: a “culture of restraint” and in particular a rejection of the use of military force; the Westbindung and European integration; and responsibility for the security of Israel.

Sob as rédeas de Helmut Kohl, que assume o cargo de chanceler em 1983, a reunificação alemã tornou-se realidade. A queda do Muro de Berlim, em 1989, ocorreu em uma conjuntura repleta de pressões internas na *DDR*³⁹, onde a Democracia Cristã e a Social Democracia, partidos da RFA, haviam angariado porcentagem majoritária de votos (MAGNOLI, 2001). Ademais, Erich Honecker, líder comunista da Alemanha Oriental, possuía a árdua tarefa de lidar com cidadãos da RDA que conseguiam fugir do país através de brechas presentes na Cortina de Ferro e com protestos crescentes contra seu governo. Gorbachev correspondia a uma peça-chave no entrave de 1989, já que clamava por medidas mais flexíveis da *Deutsche Demokratische Republik*, a exemplo dos precedentes de seu gerenciamento da URSS. A queda de Honecker e a ascensão de Egon Krenz formaram o

³⁶ *Eastern policy* (Tradução de Langenscheidt)

³⁷ *Relaxation* (Tradução de Langenscheidt)

³⁸ *Integration with the West* (Tradução de Langenscheidt)

³⁹ *GDR (German Democratic Republic)* (Tradução de Langenscheidt)

prelúdio da inevitável destruição do Muro de Berlim, que aconteceria no dia 9 de novembro de 1989 (OCT., 2009).

A reunificação alemã, concretizada em 1990, levou diversas questões à tona. Além da preocupação acerca da integração da RDA na Alemanha Ocidental, receios em relação à robustez do país emergiam de forma recorrente (MAGNOLI, 2001). A primeira-ministra britânica à época, Margaret Thatcher, opunha-se veementemente à unidade alemã e reforçava que “*we beat the Germans twice, and now they’re back*”. Mitterrand, em contrapartida, enxergava o horizonte presente após a reunificação da Alemanha de forma mais otimista, uma vez que o país encontrava-se integrado em instituições multilaterais (VOLKERY, 2009). O presidente da França que vivenciou a queda do Muro de Berlim comunga da opinião de teóricos que não exibem um temor diante da junção dos dois Estados alemães.

De acordo com Hans Maull (1990), embora a presença da Alemanha e do Japão em uma aliança liderada pelos EUA a fim de fazer frente à URSS tivesse sido um componente fundamental para a ordem internacional pós-guerra, não haveria um motivo plausível capaz de sustentar a preocupação acerca de um revanchismo alemão ou japonês. O autor, ao apontar previsões em 1990, sugere que as duas ex-potências do Eixo ter-se-iam tornado potências civis, quer dizer, que admitiriam a necessidade de cooperação, priorizariam os objetivos econômicos em detrimento da força militar e possuiriam um desejo de desenvolver estruturas supranacionais. Kundnani (2011), todavia, embora apoie a visão de Maull (1990) no referente ao aspecto militar alemão, defende que o país unificado em 1871 não poderia ser relacionado como uma potência civil. Para ele, a Alemanha exibiria claramente uma vontade de apoderar-se em instituições multilaterais, conquanto mantivesse sua resistência contra a transferência de soberania. A partir disso, em um embate evidente com as ideias de Maull (1990), Kundnani (2011, p. 41) assevera, *in verbis*:

The concept of geo-economics now seems particularly helpful as a way of describing the foreign policy of Germany, which has become more willing to impose its economic preferences on others within the European Union in the context of a discourse of zero-sum competition between the fiscally and the fiscally irresponsible.

Kundnani (2011) destaca a postura assertiva germânica no campo econômico, que destoava de sua abstenção militar. Para Martins (2013), a reunificação haveria transformado a Alemanha no maior Estado-Membro da União Europeia, que, ao possuir a maior população e

a economia mais robusta da região, teria acarretado um redimensionamento do bilateralismo franco-alemão. Para ele, instaurava-se também um maior peso relativo do país na equação europeia, ou seja, uma reconfiguração do equilíbrio de poder continental. Martins (2013) comunga do argumento de Hobsbawm (1994, p. 38), que revela, *litteris*:

Na verdade, a posição dominante de uma Alemanha duas vezes derrotada e sem pretensões a potência militar na Europa era mais incontestada no início da década de 1990 do que as pretensões da Alemanha militarista jamais haviam sido antes de 1945.

Como afirma Corn (2011), a dinâmica da política externa alemã possuiu o mecanismo de um pêndulo ao longo dos séculos. Se, entre 1818 e 1864, a Prússia não lançou mão do caráter militar, só realizou a unificação alemã, em 1871, por via bélica. Verifica-se novamente esta constante, interrompida após a formação da unidade, durante a execução dos planos expansionistas de Guilherme II na Primeira Guerra Mundial. Ademais, durante o curto período da República de Weimar e após a Segunda Grande Guerra, a postura de *Zivilmacht*⁴⁰, novamente adotada pelos alemães, deixou claro que o poder civil sobrepunha-se, em uma visão geral, ao aspecto militar. Todavia, isso não expurgou os temores da Europa em relação à ameaça germânica ao continente.

Corn (2011) assevera que o *civil power* seria interpretado pelo Estado alemão como uma forma de poder econômico, capaz de estabelecer elementos coercitivos. Além disso, as três décadas da Alemanha reunificada introduziram uma nova perspectiva acerca do poderio do país na Europa. O temor em relação à hegemonia alemã no continente tornou-se claro devido ao protagonismo de Merkel diante dos efeitos da crise financeira global deflagrada em 2008 na União Europeia, configurada mediante o Tratado de Maastricht, assinado em 1992. Destarte, a tônica da política externa alemã desde sua reunificação, formada por Kohl, por Schröder e pela *Bundeskanzlerin*, deve ser minuciosamente examinada, assim como as instituições da UE. Por meio disso, uma conclusão mais clara acerca de uma possível hegemonia alemã no bloco pode ser apresentada.

⁴⁰ *Civil power* (Tradução de Langenscheidt)

2 ENTRE O TRATADO DE MAASTRICHT E SCHRÖDER: UMA ANÁLISE DE HEGEMONIA INSTITUCIONAL

A reunificação da Alemanha transformou o futuro da Europa em uma incógnita. A possível transfiguração do equilíbrio de poder presente no continente fundamentava-se na extensão territorial e na elevada quantidade de habitantes do país. Não obstante, um temor em volta de uma tática militar alemã nos moldes das tentativas de 1914 e de 1939 aflorou de forma imediata, uma vez que a Segunda Grande Guerra constituía um fenômeno histórico recente. Diante disso, Maior (2009) ilustra que o cessar do conflito bipolar definidor do século XX formava um desafio ao bloco, que podia verificar se a tendência belicista germânica prevaleceria em um cenário marcado por um ensaio de cooperação iniciado poucos anos após o fim da Segunda Guerra Mundial. Ao contrário, a conjuntura formada sobretudo depois do Tratado de Maastricht, ou Tratado da União Europeia (TUE), forneceu à Alemanha uma chance de defender seus interesses sem a utilização de meios militares.

Além do TUE, a fundação do Banco Central Europeu, durante o governo Kohl, e a ascensão de Schröder imprimiram um novo ritmo não apenas no âmbito da União Europeia, mas também na política externa alemã de forma geral. Defronte a todas essas mudanças, uma investigação concisa no que diz respeito à conjuntura oriunda do Tratado de Maastricht e às transições de chanceleres torna-se primordial para que seja possível realizar, no capítulo seguinte, um exame das circunstâncias com que Merkel deparou-se ao galgar o cargo de *Bundeskanzlerin*. De forma mais específica, analisar-se-á o papel que as instituições da UE desempenham na suposta formação de uma hegemonia alemã no bloco. Tal exame é primordial, uma vez que, conforme indica Cox (2007, p 117), o período hegemônico americano – que se teria estendido, segundo o autor, de 1945 a 1965 – seria similar ao britânico, “mas com instituições e doutrinas ajustadas a uma economia mundial mais complexa e a sociedades nacionais mais sensíveis às repercussões políticas das crises econômicas”. Este estudo, portanto, priorizará, além do BCE, as instituições consideradas o tripé da União Europeia, ou seja, o Parlamento, o Conselho e a Comissão.

2.1 Kohl, o Tratado de Maastricht e o Parlamento Europeu

Como afirma Kundnani (2015a), a interpretação da normalidade alemã como um afrouxamento da *Westbindung* e como o ressurgimento do militarismo germânico não se concretizou durante o governo de Helmut Kohl, que se estende até 1998. A permanência da Alemanha na OTAN e seu trajeto no sentido de um fortalecimento da integração europeia, além da permanência de sua cultura de contenção, comprovaram, segundo o autor, uma *Mittellage* distinta daquela decorrente dos esforços de Bismarck. Contudo, verifica-se que a insistência da Alemanha possuía claras intenções de exorcizar os temores gerados por sua revitalização de 1990. Tal argumento é reforçado por depoimentos de integrantes do parlamento alemão à época.

Voigt Karsten, um membro social-democrata do *Bundestag*⁴¹, afirmou que “*we wanted to bind Germany into a structure which practically obliges Germany to take the interests of its neighbors into consideration. We wanted to give our neighbors assurances that we won’t do what we don’t intend to do anyway*” (PERLEZ, 1997), em uma clara referência à expansão e à permanência do país na OTAN. Para Jervis (1997, p.58), isso indicaria um caso de ‘*deep self-binding*’, ou seja, “[...] *an attempt to shape not only future German behavior, but also future German preferences over outcomes*”. De forma similar, Ikenberry (2001, p. 60), a mencionar a *self-restraint*, expõe, *litteris*:

Postwar ordering institutions need to be sufficiently determinative of future state behavior to make them attractive to both the leading and weaker states. The leading state needs to be certain that there will be continuity in the broad policy orientation of the other states – at least to the point that it is willing to impose self-restraints on its own autonomy in policy making and discretionary exercise of power.

No entanto, em contraposição a Karsten, Fücks (2015) sustenta que um nível mais alto de aglutinação dos Estados-Membros da Comunidade Europeia formaria uma questão essencial porque estes, inclusive a Alemanha, seriam, de forma isolada, muito fracos para um ambiente internacional multipolar. A complementar isso, Martins (2013) indica que se constata o arrefecimento das relações entre os dois maiores membros da Comunidade Europeia, a Alemanha e a França, a partir do Tratado de Maastricht, que entra em vigor em 1993. Este, além de possuir a incumbência de conceder uma unidade política ao bloco,

⁴¹ *Lower House (of the German Parliament)* (Tradução de Langenscheidt)

modelou uma União Econômica e Monetária, isto é, a União Europeia, um projeto franco-alemão. O TUE configura um novo passo no processo de integração europeia, a julgar por seus três pilares: as Comunidades Europeias, a Política Externa e de Segurança Comum e a cooperação policial e judiciária em matéria penal. Não apenas a criação da UEM, mas também o robustecimento do Parlamento Europeu formam os resultados da Cimeira de Maastricht, que enraizou avanços do Ato Único Europeu (EUR-LEX, 2010). Suas medidas construíram uma ponte aos objetivos do Estado alemão no que se refere a seu grau de influência no bloco.

O primeiro pilar do TUE encontra-se constituído pela CECA e pela Euratom e envolve os âmbitos em que os Estados desempenham a soberania conjuntamente por meio das instituições do bloco. Como afirma Warleigh (2002, p. 5), *“moreover, despite the fact that the EU’s institutions were created to be partially independent from the national governments, this independence must not be exaggerated”*. Dessa forma, dar-se-á início a uma verificação do nível de influência da Alemanha na estrutura do bloco, a começar pelo órgão legislativo, um dos sustentáculos da UE.

A consagração do Parlamento Europeu ocorre por meio da Convenção de 1957, que aplica o processo de fusão de todas as assembleias, a da CECA, a da CEE e a da CEEA. Entretanto, sua alcunha oficial surge somente com o TUE (BORCHARDT, 2011). Além disso, por meio do Tratado de Maastricht, o Parlamento Europeu expandiu seu leque de funções e tornou-se capaz de elaborar atos de codecisão com a Comissão, inclusive no mecanismo de investidura (EUR-LEX, 2010). Por meio deste, submeteu-se a nomeação do presidente e dos demais membros da Comissão ao Parlamento, questão aperfeiçoada mediante o Tratado de Amsterdã (1997). Este, por sua vez, sujeitou a escolha do presidente da Comissão à aprovação do órgão legislativo (PARLAMENTO EUROPEU, 2015a). Não menos importante, a missão do Parlamento de representar os cidadãos da União Europeia demonstra sua importância simbólica e prática no âmbito do bloco, e sua composição comprova a capacidade de prestígio que o Estado alemão adquire por seus procedimentos. Os Estados-Membros mais populosos usufruem de mais lugares do que aqueles com menos habitantes. Assim, a Alemanha, que se destaca no continente europeu devido a seu vigor populacional e territorial, desfruta de uma vantagem incontestável no aspecto institucional (BORCHARDT, 2011).

Os privilégios alemães no Parlamento Europeu tornam-se mais evidentes quando se constata que, enquanto o número mínimo de cadeiras que um Estado-Membro pode possuir

no Parlamento Europeu corresponde a seis, 96 formam o limite. Outrossim, o Tratado de Lisboa, que entrou em vigor em 2009, confere aos alemães a capacidade de dispor de 99 deputados. Por outro lado, a França, que possui a segunda maior economia da UE, tem o direito de possuir até 74 representantes no Parlamento Europeu, e a Grécia não pode ultrapassar a marca de 22 deputados (BORCHARDT, 2011). Contudo, a capacidade de barganha do maior país da UE expande-se quando outros pontos são avaliados.

Martin Schulz, deputado alemão na presidência do Parlamento Europeu desde 2012, garantiu sua reeleição em 2015 (EUROPEAN PARLIAMENT, [2015?]). Isso fortalece a averiguação de um maior peso da Alemanha na instituição que, ao lado da Comissão e do Conselho da União Europeia, constitui o triângulo institucional da UE (COMISSÃO EUROPEIA, 2008). A confirmar essa alegação, uma reportagem da *Spiegel* aponta a coalizão da CDU, partido de Merkel, com o SPD, a que está afiliado Schulz. A revista expõe que a chanceler estaria disposta a implementar uma reforma na União Europeia e que, apesar de não o fazer abertamente, a primeira-ministra apoiaria a ascensão de Schulz ao cargo de presidente da Comissão Europeia (MÜLLER et al, 2013). No referente à relação entre Merkel e a Comissão, argumenta Proissl (2010, p. 36), *in verbis*:

Furthermore, the Merkel government has a general mistrust of the Commission and its President Barroso in particular. Seen from Berlin the institution is motivated by a power grab and has not shown its capacity to carry out effective budgetary surveillance. As a result Germany wants as much decision-making responsibility as possible at intergovernmental level.

A nomeação de Schulz não se concretizou (Jean-Claude Juncker assumiu a presidência do órgão executivo em 2014), o que exige um debate mais profundo acerca da equação institucional europeia. Alguns autores discutem sobre os diferentes níveis de importância dos diferentes órgãos da UE, mormente em relação às três bases do bloco. Contudo, as denúncias no tocante à formação de uma hegemonia alemã na Europa do século XXI surgem de forma mais contundente em 1998, ano de fundação do Banco Central Europeu.

2.2 Kohl e o Banco Central Europeu

Nos debates que envolviam a formação de uma moeda comum, Kohl demonstrava seu apoio incondicional ao euro, a expor uma postura pró-europeia. A ausência de objeções provenientes do chanceler nas sessões organizadas para o ajuste do Tratado de Maastricht

corroborar a convivência daquele que assumiu o cargo de *Bundeskanzler* após a reunificação da Alemanha com a substituição do marco. Sua atitude favorável à formação do euro ressoava mormente no Leste do país, que associava o processo a uma oportunidade de aproximação ao Ocidente (VON HELLFELD, [201-?]). No entanto, o papel influente de Kohl não passou incólume por posições internas.

Ante as mudanças engendradas pelo Tratado da União Europeia, a Alemanha iniciou uma série de exigências. Busch (2005, p. 103-105 apud SCHWEIGER, 2015, p. 17) assegura esse fato ao abordar a pressão que a *Bundesbank*⁴² exerceu sobre o governo de Helmut Kohl (1982-1998) a fim de manter uma estabilidade monetária sob uma moeda única:

The government therefore insisted on the introduction of a stability and growth pact for eurozone ('Maastricht criteria') and the establishment of a politically independent European Central Bank, which closely resembled the model of the German Bundesbank.

Kundnani (2015a), que confirma os pontos de Busch (2005 apud SCHWEIGER, 2015), ilustra que o novo Banco Central Europeu estaria baseado na *Bundesbank*. Em outros termos, aquele se encontraria autônomo de controle político e seria conduzido com o intuito de manter a estabilidade, além de possuir sede em Frankfurt am Main. Além disso, como afirma Cox (2007, p. 119), uma hegemonia na esfera internacional equivale à extensão de uma hegemonia interna estabelecida por uma classe dominante. O teórico crítico conclui que “as instituições econômicas e sociais, a cultura e a tecnologia associadas a essa hegemonia nacional tornam-se modelos a serem imitados no exterior”. Contudo, outras alegações no referente à formação de uma hegemonia alemã mediante o BCE se baseiam na oposição germânica à forte presença francesa na instituição.

Schweiger (2015), a reforçar os argumentos de Martins (2013), assinala que as respostas negativas dos alemães em relação às demandas francesas no concernente à formulação da nova instituição do bloco econômico indicavam uma aversão da Alemanha ao papel central da França. Como ponto nevrálgico do enfraquecimento dos laços franco-alemães, o autor expõe a recusa do *Bundeskanzler* no tocante ao apoio a Jean-Claude Trichet para o posto de presidente do Banco Central Europeu em 1998. Todavia, um julgamento convincente acerca do protagonismo da Alemanha no BCE exige uma visualização da

⁴² *German Central Bank* (Tradução de Langenscheidt)

estrutura deste, considerado, segundo Borchardt (2011), o cerne da União Econômica e Monetária.

O Banco Central Europeu é constituído por três órgãos: o Conselho, a Comissão Executiva e o Conselho Geral. Os dois primeiros são considerados os órgãos tomadores de decisão principais, enquanto o último possui um caráter transitório e deve permanecer até que todos os Estados-Membros da UE adotem a moeda do bloco. Visualiza-se a relevância do Conselho e da Comissão Executiva mediante a constatação de que suas funções perpassam o governo do BCE. Prova disso é seu controle sobre o Eurosistema e sobre o Sistema Europeu de Bancos Centrais, que abrange os bancos centrais de todos os Estados-Membros do bloco (SCHELLER, 2004). No entanto, análises em particular sobre os dois órgãos principais do BCE devem ser realizadas para que se chegue a uma conclusão apurada no referente a um predomínio alemão na instituição.

De forma específica, o Conselho, formado pelos seis integrantes da Comissão Executiva e pelos governadores dos bancos centrais dos países da zona do euro, possui diversas atribuições. Seu repertório abrange, além da tomada de decisões e da concessão de diretrizes ao Eurosistema, a elaboração de políticas monetárias, a incluir deliberações em relação às metas monetárias, às taxas de juros diretores e à formação de reservas. Outrossim, sua importância provém de reuniões periódicas, a cada seis semanas, com o intuito de avaliar o progresso econômico e monetário, além de elaborar decisões no escopo da política monetária (BANCO CENTRAL EUROPEU, 2016a). Por outro lado, o segundo órgão tomador de decisão importante possui em seu quadro o presidente e o vice-presidente do BCE, assim como outros quatro membros, todos nomeados pelo Conselho Europeu por maioria qualificada. Sua lista de funções abarca a organização das reuniões do Conselho do BCE, a aplicação de políticas monetárias em consonância com os critérios e com as decisões do órgão precípua do banco do bloco, além de administrar a atividade diária do BCE e de desempenhar determinados poderes que lhe são concedidos pelo Conselho do Banco Central Europeu (BANCO CENTRAL EUROPEU, 2016b). O papel deste, portanto, sobressai-se e é apontado por alguns autores como o degrau que transforma a instituição formada em 1998 em um títere alemão. Sob esse prisma, Petrova (2009, p. 7), a descrever a estrutura do BCE, pontua, *in verbis*:

Germany has had a representative on the Executive Board since the ECB's establishment. Also, it is part of the Governing Board and General Council. The German Dominance Hypothesis claims that the decisions made by the

ECB are influenced by the prevailing voting power of Germany as the biggest economic force in the Eurozone.

A União Europeia concede ao Estado alemão os instrumentos de que este necessita para oferecer um peso maior a seus interesses e para coordenar o bloco. Dessa forma, Petrova (2009) completa sua ideia ao apontar que alguns Estados-Membros possuem um voto adicional por possuir um representante na Comissão Executiva, condição preenchida pelos alemães. Conclui-se, portanto, que as instituições do bloco facilitam a definição da Europa de acordo com preceitos germânicos. Baun (2005, p. 372), a utilizar também o aspecto institucional para justificar os privilégios alemães na UE, não detecta um domínio no bloco, e sim um sinal hegemônico, portanto afirma, *litteris*:

A key to this German hegemony was the supranational economic and political structures of the EU. While these would serve to alleviate concerns about German power and interdependence, they would also be increasingly dominated and shaped by Germany. The plan for European Economic and Monetary Union (EMU), agreed to at the December 1991 Maastricht conference, was emblematic of this emerging German hegemony, the product of German economic, political, and cultural power exercised indirectly through European institutions.

Embora seja confirmada a presença de regalias alemãs dentro do Parlamento Europeu e, principalmente, no âmbito do BCE, mais dois pilares devem ser examinados. Tal apuração, no entanto, não pode prescindir da explicação da conjuntura oriunda do processo de mudança de *Bundeskanzler* após a permanência por 16 anos de Helmut Kohl no poder. A tônica advinda da ascensão de Schröder formará, destarte, a pedra angular do estudo sobre o Conselho e, sobretudo, da Política Externa de Segurança Comum, ponto indispensável para este debate.

2.3 A Comissão, o Conselho e a era Schröder

Warleigh (2002), embora verifique uma mudança no equilíbrio de poder interinstitucional da União Europeia, ou seja, uma transferência de delegações da Comissão ao Parlamento, constata que o órgão que representa os cidadãos da UE ainda não ameaçaria o vigor do Conselho e da Comissão. Ainda assim, Borchardt (2011) relata que estes sofreriam influência do Parlamento, dado que o procedimento de investidura implica a aceitação por parte dos deputados europeus do nome sugerido pelo Conselho Europeu ao posto de presidente da Comissão Europeia. Ademais, como afirma o autor, o órgão executivo da UE

submete-se à supervisão do Parlamento, basta ver o Relatório Geral sobre a Atividade da União Europeia. Elaborado pela Comissão, o relatório deve reportar as iniciativas e os resultados atingidos pelo bloco durante o ano (UNIÃO EUROPEIA, 2015b). No entanto, Warleigh (2002) e Borchardt (2011) destacam o protagonismo assumido pela Comissão no quadro europeu.

Conforme relata Borchardt (2011), o órgão executivo da UE corresponde ao principal motor do bloco e encontra-se na gênese de todas as ações da União, a possuir a obrigação de agir quando esta assim lhe exige. Ademais, o autor sublinha o papel da Comissão de guardião do direito da União e suas capacidades de recorrer ao Tribunal de Justiça e de aplicar sanções. Tais fatos também são mencionados por Warleigh (2002, p. 54), o qual pontua, no tangente à Comissão, que “*as the EU watchdog, or ‘the guardian of the Treaties’, it must supervise and enforce the application of agreed Community legislation*”. Nesse contexto, todavia, torna-se imprescindível mencionar o Conselho da UE, que, ao lado da Comissão e do Parlamento, forma a base institucional do bloco.

O Conselho da União Europeia realiza atividades fundamentais, como a aprovação da legislação europeia em diversos domínios ao lado do Parlamento e a celebração de acordos internacionais entre a UE e outros países ou organizações internacionais. Contudo, o órgão que representa os Estados-Membros do bloco constitui um dos pilares do bloco, uma vez que é responsável por elaborar e por aplicar a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) (COMISSÃO EUROPEIA, 2008). Outrossim, Borchardt (2001) expõe a relação entre o Conselho e o Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, cargo criado por meio do Tratado de Lisboa e com o papel de Presidente do Conselho de Assuntos Externos. Torna-se primordial elaborar uma discussão sobre a PESC, visto que o Alto Representante da União elabora propostas ao Conselho e ao Conselho Europeu em relação a esta política, além de aplicar as decisões tomadas (EUR-LEX, 2015).

Giegerich e Berenskoetter (2010) defendem que o aparecimento da Política Externa e de Segurança Comum teria refletido uma transformação de ideias da Europa dentro do quadro da OTAN com o intuito de alcançar uma independência da Aliança Atlântica. Os autores concedem relevância à identidade de potência civil da Alemanha, que divergiria da postura assertiva dos Estados Unidos. Waltz (2000, p. 20), por outro lado, expõe que “*realists, noticing that as alliance NATO has lost its major function, see it mainly as a means of maintaining and lengthening America’s grip on the foreign and military policies of European states*”. Em outras palavras, o realista atribui a contradição da permanência da OTAN após a

Guerra Fria a uma tentativa dos Estados Unidos de manter sua influência na Europa. Para o autor, a formulação da PESC constituiria, então, uma tentativa alemã de obter autonomia diante dos americanos na questão de segurança. Contudo, também é possível identificar uma falha na tentativa europeia de elaborar uma política externa mais desvincilhada dos Estados Unidos.

Koops (2012) realça a influência americana sofrida pela UE não apenas no aspecto institucional, mas também no operacional e no identitário. Logo, partir de seu argumento-chave, Koops (2012, p. 161) atesta, *litteris*:

If we recall that 11 out of 15 EU member states also belonged to NATO at the time of the ESPD's setting up phase in 1999, then it becomes clear that, as the national level, the majority of defence ministry officials and officers involved in the early stages of ESPD were also NATO-trained and NATO-gearred.

O autor menciona a *Common Security and Defence Policy*, uma das peças da PESC. A Política Comum de Segurança e Defesa envolve operações militares e missões civis da União, porém foi absorvida pelos Tratados da União Europeia apenas em 1999 (PARLAMENTO EUROPEU, 2015b). Por conseguinte, traçar paralelos entre o governo de Kohl, que se estende até 1998, e o de seu sucessor, Schröder, forma um elemento fulcral para uma boa compreensão acerca dos desdobramentos da política externa alemã, principalmente no que tange à OTAN.

Giegerich e Berenskoetter (2010, p. 430) sustentam que “[...] *the Kohl government stressed the need for a diplomatic solution*”. Em conformidade com os autores, Kundnani (2015a) detecta um traço proveniente da cultura de contenção da Alemanha sob o comando de Kohl, embora indique a pressão realizada pela OTAN sobre o chanceler. A confirmar isso, Daehnhardt (2013) assevera que, durante o período marcado pelo conflito bipolar, a Alemanha teria agido de acordo com o multilateralismo, com a lealdade à aliança (OTAN) e com uma aversão ao uso da força militar. A autora relata que a reunificação não alterou esse padrão, a *Kultur der Zurückhaltung*, oposta à tendência mundial de intervenções humanitárias da década de 1990. Uma série de restrições alemãs nos anos subsequentes a sua reunificação devem ser, portanto, trazidas à baila.

Kundnani (2015a) informa que Kohl justificou a abstinência da *Bundeswehr*⁴³ da Guerra do Golfo mediante o artigo 87 da *Grundgesetz*⁴⁴, o qual determinava que a Alemanha não poderia envolver-se em operações ‘fora de área’. Contudo, Becker (2013, p.50) denuncia o caráter anacrônico da Constituição Alemã ao afirmar, em relação à *Bundeswehr*, que “[...] *the German armed forces were created as a part of the larger deterrence strategy against the Soviet Union, which means the Bundeswehr was an army that was trained ‘to fight in order not to have to fight’*”. A autora ainda destaca que o caráter tímido militar da Alemanha constituía um pré-requisito para a aceitação de suas Forças Armadas pelos Aliados, o que mudaria com a reunificação. Kundnani (2015a) complementa a ideia de Becker (2013) com a alegação de que, conquanto Kohl defendesse o emprego de tropas no cenário global, o primeiro-ministro expunha reservas a partir da *Kultur der Zurückhaltung*. O autor reitera seu ponto de vista ao afirmar que o primeiro-ministro defendia a utilização da *Bundeswehr* dentro do quadro multilateral e fora de territórios ocupados pela *Wehrmacht*⁴⁵. O padrão da política externa de Kohl apontado por Kundnani (2015a) coaduna-se com o receio do sistema internacional quanto à força militar alemã.

Para Fücks (2015), após os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, desencadeada por uma aspiração hegemônica da Alemanha, exigia-se que esta atuasse desarmada ou em uma aliança europeia e transatlântica. O presidente da Heinrich-Böll-Stiftung exprime, ainda, que qualquer atuação alemã isolada no campo de defesa esfacelaria a arquitetura de segurança europeia. Em relação a esse paradoxo, afirma Dias (2014, p. 66), *in verbis*:

As exigências de maior participação (política, económica e militar) alemã são sempre lançadas num tom contraditório de receio e crítica: por um lado, receia-se o protagonismo político excessivo, por outro, critica-se a falta de participação do mero papel de espectador-pagador nos conflitos internacionais.

Apesar do impasse em que se encontrava a *Bundeswehr*, consoante Kundnani (2015a), a Alemanha atuou no Camboja em 1992 e na Somália em 1993, além de ter aplicado sanções da ONU contra a Iugoslávia em 1992 devido ao massacre bósnio. Ações desse caráter configuravam um aspecto contraditório à postura de Kohl de não atacar áreas anteriormente

⁴³ (*German*) *armed forces* (Tradução de Langenscheidt)

⁴⁴ *German constitution* (Tradução de Langenscheidt)

⁴⁵ *Wehrmacht (1934-1945 name of the armed forces of the Third Reich, founded in 1921 as Reichswehr)* (Tradução de Langenscheidt)

agredidas pela *Wehrmacht*. No entanto, solucionou-se tal ponto, como afirma o autor, em 1994, quando a Corte Constitucional liberou a utilização das Forças Armadas da Alemanha em operações ‘fora de área’. Por outro lado, outra contradição vinha à tona em decorrência disso.

Segundo Maull (2013), a esquerda alemã – representada pelo SPD e pelo *Die Grünen*⁴⁶ – opunha-se absolutamente às operações da *Bundeswehr* no exterior, que seriam incoerentes com a posição de *Zivilmacht* do país. No entanto, como afirma o autor, uma abstenção total das Forças Armadas remeteria à formação de uma *Friedensmacht*⁴⁷. Ele conclui que o termo ‘potência civil’ não denotaria uma renúncia ao aspecto militar, elemento essencial, em alguns casos, para a manutenção da civilidade das relações internacionais. Kundnani (2015a) reforça essa linha de pensamento ao indicar a oscilação de raciocínio de alguns membros do Partido Verde, os quais, na metade dos anos 1990, demonstraram um apoio a intervenções militares. Conforme expõe o autor, eles haviam sido convencidos por argumentos de Volker Rühle, ministro da Defesa de Kohl, que reforçava a necessidade de realizar atividades na Bósnia, onde haveria situações análogas ao Holocausto. Joschka Fischer, um dos atingidos por essa mudança de concepção, tornar-se-ia o ministro das Relações Exteriores de Schröder e seria confrontado pelo imbróglio do Kosovo. Assim, Daehnhardt (2013) complementa a concepção de Kundnani (2015a), *litteris*:

Para o ministro dos Negócios Estrangeiros, Joschka Fischer, a fórmula da Guerra Fria, ‘nunca mais guerra’, deveria ser ampliada pela fórmula ‘nunca mais Auschwitz’, segundo a qual um Estado democrático tinha a obrigação moral de intervir militarmente num conflito por razões humanitárias para evitar um genocídio. Neste sentido, a guerra tinha “deixado de ser o epítome de falha para ser um instrumento necessário do humanitarismo”.

A chegada de Schröder ao cargo de chanceler, em 1998, imprimiu um novo ritmo à política externa alemã. Como afirma Dias (2014), após 16 anos sob o comando de Kohl, a Alemanha assumiu uma política externa menos discreta, e a transferência da capital de Bonn a Berlim, em 1999, simbolizou um marco político. A confirmar o pressuposto de Dias (2014), Kundnani (2015a) assevera que a Alemanha iniciou uma grande valorização de seus interesses econômicos e uma notória repulsa aos preceitos americanos. No entanto, isso não se tornou, de forma imediata, a espinha dorsal do governo de Schröder, que, além de ter enviado

⁴⁶ *The Greens (party)* (Tradução de Langenscheidt)

⁴⁷ *Peace power* (Tradução de Langenscheidt)

tropas ao Kosovo, prometeu solidariedade ilimitada aos Estados Unidos após o 11 de Setembro.

Conforme afirma Becker (2013), a intervenção no Kosovo constitui a primeira participação significativa da *Bundeswehr* desde a Segunda Guerra Mundial. A autora destaca o fato de a coalizão vermelho-verde – formada pelo Partido Social-Democrata (Schröder) e pelo *Die Grünen* (Fischer) – ter encaminhado soldados à Iugoslávia apesar da falta de um consenso no Conselho de Segurança da ONU a respeito da intervenção. Em relação à participação das tropas alemãs ao lado da OTAN no Kosovo, Kundnani (2015a) defende que, pela primeira vez, a Alemanha ter-se-ia posicionado como uma *Ordnungsmacht*⁴⁸. Assim, o autor sugere que o país haveria, de forma inédita, realizado uma intervenção em prol da manutenção da ordem global, o que teria reforçado seu destaque como *Zivilmacht*. Contudo, a presença germânica repleta de restrições no Afeganistão e a recusa de Schröder a um apoio militar aos americanos no Iraque configuraram uma clara ruptura da constante alemã desde o término da Segunda Guerra Mundial.

Daehnhardt (2013), em oposição a Kundnani (2015a), sugere que, ao contrário da contingência do Kosovo, o conflito afegão, que se desdobrava fora do continente europeu, pressupunha um desafio global aos alemães. Além disso, a autora destaca as ressalvas alemãs no Afeganistão, visto que se empregava a *Bundeswehr* com o intuito de estabilizar e de reconstruir o país. Em outras palavras, as Forças Armadas da Alemanha evitavam zonas de conflito, onde operavam outros membros da Força Internacional de Assistência para Segurança (ISAF). No entanto, se Daehnhardt (2013) sublinha a resistência do governo alemão contra a operação das tropas no Afeganistão, nos argumentos de Kundnani (2015a), sobressai-se a oposição pública a uma possível participação da *Bundeswehr*. Para o autor, isso teria compelido Schröder a negar uma ajuda militar aos EUA, um marco divisório nas relações teuto-americanas.

Szabo (2004, p. 1) assevera que “*if the Cold War ended with the fall of the Berlin Wall and the unification of Germany, the post-Cold War period in the German-U.S. relationship ended with the war in Iraq*”. A complementar essa ideia, Kundnani (2015a, p. 56) indica que “*the underlying reality was that Germany and the US were no longer as important to each other as they were during the Cold War*”. O argumento de Kundnani (2015a), no

⁴⁸ *Peacekeeper* (Tradução de Langenscheidt)

entanto, forma uma contradição aos autores que associam a Alemanha a uma *Mittelmacht*⁴⁹. Para Baring (2003), o maior país da Europa teria fracassado definitivamente em face de sua condução isolada de *Großmachtpolitik*⁵⁰ durante a Segunda Guerra Mundial. Ele indica que, como uma *Mittelmacht*, a Alemanha deveria possuir o apoio de uma grande potência, principalmente em razão do ambiente geográfico de viés político-estratégico em que o país se encontra. O autor descarta o sucesso de uma aliança com a França e reforça que a força motriz da política externa alemã deveria corresponder a um reconhecimento da função central dos EUA aos germânicos. Outros estudiosos, todavia, concedem relevância ao papel autônomo a que aspirava Gerhard Schröder. Assim, expõe Szabo (2004, p. 119), *litteris*:

Much of Schröder's policy toward the United States was based on his belief that Germany had earned a place at the table by committing its armed forces in Kosovo and Afghanistan and behaving as a 'normal' nation. As the Iraq crisis demonstrated, he was bitter when he felt he was not consulted and involved in decisionmaking.

A corroborar com Szabo (2004), Daehnhardt (2013) alvitra que Schröder buscava fortalecer sua voz perante a OTAN e que o chanceler teria almejado elaborar o eixo da paz com a Rússia e com a França tendo em vista um contrapeso aos EUA. Becker (2013) sustenta que o *Bundeskanzler* à época fundamentava seu argumento mediante o adágio '*nie wieder Krieg*'⁵¹, que substituíra a concepção contrária à condução de outros genocídios ('*nie wieder Auschwitz*'⁵²). Contudo, como ilustram Giegerich e Berenskoetter (2010), o *Bundestag*, diante de uma operação coordenada pela França, autorizou o envio de tropas à República Democrática do Congo, ato incoerente com a máxima de 'nunca mais guerra'. Os autores visam, entretanto, ressaltar o reatamento dos laços franco-germânicos, que, segundo Martins (2013), haver-se-iam deteriorado mediante o Tratado de Maastricht. Por conseguinte, Giegerich e Berenskoetter (2010, p. 446) atestam que "*in April 2003, on the heels of criticizing the U.S.-led invasion of Iraq, Germany together with France, Belgium, and Luxembourg called for an autonomous EU operational planning capability*". Sem embargo, encontra-se uma fissura na Política de Defesa e de Segurança Comum nessa conjuntura.

⁴⁹ *Middle-size power* (Tradução de Langenscheidt)

⁵⁰ *Superpower politics* (Tradução de Langenscheidt)

⁵¹ '*No more war*' (Tradução de Langenscheidt)

⁵² '*No more Auschwitz*' (Tradução de Langenscheidt)

Kundnani (2015a) identifica respostas dissonantes de variados governos europeus no atinente à intervenção militar no Iraque. Se, segundo Giegerich e Berenskoetter (2010), a Alemanha encontrava-se alinhada à França, à Bélgica e a Luxemburgo, Kundnani (2015a, p. 59) assegura, *litteris*:

A week later the heads of government of eight EU member states, including Spanish Prime Minister José Maria Aznar and British Prime Minister Tony Blair, signed a letter of support for US policy that was published in the Wall Street Journal. The 'letter of eight' was followed by another letter of support from the 'Vilnius 10' – a group of ten Baltic, central European and Balkan states. In short, if France and Germany were attempting to lead Europe in opposition to US policy, it was a disastrous failure.

Sob esse enfoque, Overhaus (2006) sugere que a incapacidade alemã de unir posturas distintas dentro da UE teria danificado a política externa europeia. Kagan (2004), por outro lado, salienta a unidade política europeia ao apontar que a Europa agiria além da esfera de poder, dado que atuaria em um mundo impregnado de leis, de regras, de negociação transnacional e de cooperação. Ele expõe que, enquanto os europeus agiriam em um ambiente marcado pela realização da paz perpétua, no sentido kantiano da terminologia, os Estados Unidos ainda exerceriam poder em uma conjuntura anárquica hobbesiana. Kagan (2004, p. 4) baseia-se na prioridade estadunidense, o poder militar, e conclui que “[...] *Americans are from Mars and European are from Venus: they agree on little and understand one another less and less*”. Em contraposição a isso, Baring (2003) explica que não haveria uma unidade europeia e que Kagan (2004) referir-se-ia à Alemanha pacifista do século XXI ao retratar os europeus. Ele esclarece que os franceses e os ingleses, assim como os países do Leste Europeu, estariam mais próximos de Marte do que de Vênus, onde se encontrariam os alemães.

Em suma, o caráter político da UE ainda se encontra repleto de fragmentações. A integração europeia após o Muro de Berlim colheu seus louros, porém seu vigor econômico destoa de sua inépcia política. Dessa forma, o protagonismo tomado pelos EUA nos Balcãs, a ausência de uma harmonia europeia quanto à contenda no Iraque e um desacordo do bloco em relação à independência do Kosovo refletiram a incapacidade da Europa de falar em uníssono (MAIOR, 2009). Em outras palavras, ao passo que a PESC, como pontua Overhaus (2006), não constitui um intento alemão bem-sucedido, o lado econômico, o qual atravessou um significativo processo de desenvolvimento no contexto pós-Muro de Berlim, revela um alto grau de influência alemã.

Apesar de a estrutura do Parlamento Europeu explicitar um favorecimento ao maior Estado-Membro, o Banco Central Europeu exibe um privilégio germânico no campo mais próspero da União Europeia e possibilita à Alemanha o papel de mediadora econômica do bloco. Dessa forma, faz-se uma associação a Cox (1993), que aponta para o fato de as instituições econômicas e sociais, espelhos da hegemonia nacional, serem emuladas no âmbito externo. Contudo, comentar-se-ia a possível hegemonia alemã na UE de forma recorrente alguns anos após o impasse no referente à participação da Europa no Iraque. Os traços de fragilidade transmitidos pela economia grega demonstrariam, então, o protagonismo de Merkel na esfera europeia, que se tornaria incontestável. Contudo, sob um prisma gramsciano, faz-se crucial efetuar uma interpretação do cenário interno do maior país da UE. Não obstante, a condução da política externa da primeira chefe de governo da Alemanha e um consenso acerca de suas medidas correspondem a fatores fundamentais para uma elucubração lapidada acerca da presença de uma hegemonia no bloco europeu.

3 ENTRE MERKEL E A UE: A CRISE GREGA E A HEGEMONIA ALEMÃ

A entrada de Merkel no *Bundeskanzleramt*⁵³, em 2005, instaurou uma expectativa de mudança no cenário político alemão. A retirada da coalizão vermelho-verde e o retorno da *Christlich Demokratische Union Deutschlands*⁵⁴, partido de centro-direita, justificavam o prenúncio de uma política externa distinta daquela empregada por Schröder. O caráter conservador da CDU e a vertente pró-Estados Unidos de Angela Merkel contrastavam com o viés de esquerda da SPD e com a resistência aos EUA do chanceler anterior (KORNELIUS, 2015). Contudo, há pouco mais de uma década, não se podia pensar que a pupila de Kohl permaneceria na chefia de governo por pelo menos três mandatos. Ao longo dos doze anos como *Bundeskanzlerin*, Merkel enfrentou diferentes circunstâncias e deparou-se com desafios, principalmente a partir de 2008, quando o prelúdio da crise grega assombrou a Europa.

Neste capítulo, será realizada, a princípio, uma análise acerca da política externa da presidente da CDU, a destacar constâncias e mudanças de paradigma no cenário europeu e no âmbito mundial desde 2005. Contudo, outros pontos devem ser abordados para que seja possível conduzir uma averiguação referente à suposta hegemonia alemã na UE. Na segunda parte, far-se-á, de forma mais específica, um exame acerca da crise grega, deflagrada em 2008 e agravada nos anos seguintes. Outrossim, um embasamento teórico de Relações Internacionais será utilizado com o intuito de concluir se a UE corresponde a um projeto de hegemonia alemã. Por fim, realizar-se-á uma investigação sobre o status do maior país da UE que não se limita ao aspecto hegemônico. Portanto, a Alemanha também será retratada, por exemplo, como uma potência civil ou geoeconômica, além de colocar-se a ideia de hegemonia em oposição à de domínio.

3.1 A trajetória de Merkel: uma *Ostdeutsche*⁵⁵ na Chancelaria

Nascida em Hamburgo, em 1954, Angela Merkel experimentou uma dicotomia durante grande parte de sua vida. A mudança a Templin, ocasionada pelo ofício de seu pai, pastor, exigiu da futura chanceler da Alemanha uma adaptação a novos valores. Crescer na RDA e experimentar a ausência de liberdades, como a de locomoção, após a construção do

⁵³ *Federal Chancellery* (Tradução de Langenscheidt)

⁵⁴ *Christian Democratic Party of Germany* (Tradução de Langenscheidt)

⁵⁵ *DDR: East German* (Tradução de Langenscheidt)

Muro de Berlim, em 1961, marcaram a vida de Merkel, assim como os princípios protestantes a que foi exposta (PALMER, 1991). No entanto, a *Bundeskanzlerin* atravessou diversas fases, e seus diferentes sobrenomes demonstram tal fato.

Filha de Horst Kaźmierczak, Angela possui raízes polonesas, conquanto esse dado tenha-se tornado público recentemente. Aos 4 anos de idade, a forma germânica de seu sobrenome à época, Kasner, tornou-se oficial. No entanto, o avô da hamburguense era natural de Poznan, uma cidade que, ao longo da história, pertenceu ora aos teutões, ora aos poloneses. Ludwig Kaźmierczak, avô de Angela, nasceu na Poznan prussiana e futuramente alemã, cujo fim seria decretado após a Primeira Guerra Mundial, quando o Tratado de Versalhes decretou o pertencimento da cidade à Polônia. Dividida entre a Alemanha Ocidental e a RFA, entre o comunismo e o protestantismo, além de possuir origem polonesa, fato velado durante anos, a biografia de Angela Merkel constitui uma obra controversa e vendável. Seu atual sobrenome, proveniente de Ulrich Merkel, seu primeiro marido, tornar-se-ia sinônimo de poder (HEBEL, 2013). Eleita, em 2015, a segunda pessoa mais poderosa do mundo e a mulher mais influente por dez anos consecutivos, ela percorreu um longo caminho antes de galgar o cargo de chanceler (FORBES, 2015).

Lançada à cena política por Helmut Kohl, Merkel obteve o comando do Ministério das Mulheres e da Juventude em 1991 e tornou-se ministra do Meio Ambiente em 1994 (KOHRT, 2005). Segundo, Krauel (2015), o *Bundeskanzler* da Alemanha recém-reunificada aspirava inserir em seu governo uma alemã oriental que não se desestabilizasse devido à falta de uma experiência ocidental. Kohl, portanto, viu em Merkel o potencial necessário para que esta se transformasse em sua ‘*Mädchen*’⁵⁶, como a denominava. Todavia, a derrota do ‘chanceler da reunificação’ diante de Gerhard Schröder, nas eleições de 1998, pavimentou o caminho de Merkel na União Democrata-Cristã. Assim, afirma Hockenos (2015, p. 4), *litteris*:

By the time Kohl was finally ousted in 1998, his CDU/CSU had once again become a stuffy party, out of touch with the times and with ordinary Germans. The party desperately needed a new face and fresh ideas to rejuvenate conservatism for a new generation of Germans in the reunified republic, now governed from Berlin.

⁵⁶ ‘*Girl*’ (Tradução de Langenscheidt)

Como afirma Packer (2015), a reviravolta na carreira da mulher de 61 anos ocorreria, todavia, em 1999, quando o mentor de Merkel, envolvido em um esquema de financiamento de campanha, foi denunciado pela própria pupila. O sucessor de Kohl na presidência do partido, Wolfgang Schäuble, também se encontrava vinculado ao escândalo, fato que possibilitou a chegada da secretária-geral da CDU desde 1998 à presidência do partido em 2000. Não obstante, o ano de 2005 formaria um marco na política alemã, uma vez que a CDU voltaria a ditar a política alemã, além do fato de uma *Ostdeutsche* comandar o país concretizar-se.

3.2 12 anos de Merkel e de CDU: um balanço

A União Democrata-Cristã descreve sua vida estatal como um encontro entre preceitos cristãos, democráticos e federais. A primeira presidência do partido foi assumida por Konrad Adenauer, chanceler da RFA entre 1949 e 1964, que marcou a história da legenda. Desde sua fundação, o partido defende não apenas a integração europeia da Alemanha mas também a integração com o Ocidente por meio da Comunidade Europeia e da OTAN. Sem embargo, a CDU da DDR, a *Christlich Demokratische Union Deutschlands*⁵⁷ (CDUD), deparava-se com a pressão do socialismo e, dessa forma, submetia-se à Frente Nacional da *Sozialistische Einheitspartei Deutschlands*⁵⁸ (SED). A independência política da CDU da RFA foi conquistada em 1989 e culminaria, em março de 1990, nas primeiras vitórias eleitorais na *Volkskammer*⁵⁹ mediante uma aliança com o *Demokratischer Aufbruch*⁶⁰ (DA) e com a *Deutsche Soziale Union*⁶¹ (DSU). Todavia, a união da CDU da RFA com a da RDA ocorreria apenas em outubro de 1990, e a força do partido continuaria a ser potencializada pela *Christlich-Soziale Union*⁶² (CSU), partido-irmão bávaro desde 1946 (CHRISTLICH DEMOKRATISCHE UNION, 2016). A trajetória e as aspirações da CDU, portanto, correspondem à história e aos princípios de Angela Merkel.

Como indica Kornelius (2015), a mulher que se tornou dirigente da *Christlich Demokratische Union Deutschlands* na Jornada Partidária da CDU em Essen (2000) preza a

⁵⁷ União Democrata-Cristã da Alemanha (Tradução minha)

⁵⁸ *German Socialist Unit Party* (Tradução de Langenscheidt)

⁵⁹ *People's Parliament; (HIST) former East German parliament* (Tradução de Langenscheidt)

⁶⁰ *Democratic Awakening* (Tradução de Langenscheidt)

⁶¹ *German Socialist Union* (Tradução de Langenscheidt)

⁶² *Christian Social Union* (Tradução de Langenscheidt)

liberdade, a solidariedade e a justiça. Conforme relata o autor, tais valores são promovidos por Merkel desde então, embora sejam, originalmente, princípios provenientes do catálogo da legenda a que se afilia. Merkel, no entanto, reforça o mote da CDU constantemente, ocorrência que pode ser explicada em virtude de seu passado, repleto de restrições de um governo totalitarista. Assim, a ressaltar o traço de *Realpolitikerin*⁶³ da alemã oriental, Kornelius (2015, p. 78) também assegura que “ela é a antítese a qualquer político movido pelo impulso, a antítese de qualquer ideólogo”, ponto que a difere de Schröder. Confirmam-se as discordâncias entre o chanceler da Alemanha de 1998 a 2005 e Merkel mediante uma contribuição desta ao *The Washington Post* em 2003.

Por meio do jornal americano, a líder da oposição à época teceu críticas ferrenhas ao então comandante da coligação vermelho-verde. Em ‘*Schroeder Doesn’t Speak for All Germans*’, Merkel questiona a postura do *Bundeskanzler* no referente às relações com os Estados Unidos. Para ela, a Alemanha devia priorizar as relações teuto-americanas, e, por conseguinte, possuía a incumbência de promover um apoio aos EUA na Guerra do Iraque. Angela Merkel clamava por uma Europa unida na resolução do conflito, uma vez que, além de elaborar um desfecho satisfatório para a crise, tal postura garantiria paz, liberdade e segurança mediante boas relações com “[...] *the only remaining superpower*” (MERKEL, 2003).

A futura primeira chanceler alemã expõe que “[...] *military force cannot be the normal continuation of politics by other means* [...]”, porém sustenta que o uso da força militar corresponderia ao meio último na lida com ditadores, em uma alusão clara a Saddam Hussein (MERKEL, 2003). Dessa afirmação depreende-se que Merkel, como membro da oposição, distanciava-se da *Kultur der Zurückhaltung*, haja vista a perspectiva de Maull (2003) sobre a necessidade da utilização do aspecto militar, sob determinadas circunstâncias, em prol da civilidade internacional. Contudo, a quebra de padrão de política externa da futura primeira-ministra torna-se visível em sua alegação no atinente à resistência francesa no contexto da intervenção no Iraque.

Merkel assevera que “*Germany needs its friendship with France, but the benefits of that friendship can be realized only in close association with our old and new European partners, and within the transatlantic alliance with the United States*”. A garota criada na República Democrática Alemã, que vislumbrava conhecer os Estados Unidos, o bastião da

⁶³ *Political pragmatist (f)* (Tradução de Langenscheidt)

democracia e da liberdade, é detectada de forma mais exata quando Merkel equipara a importância do país que admira à relevância do bloco a que pertence a Alemanha. Desse modo, a presidente da CDU, a referir-se à nova época, iniciada pela queda do Muro de Berlim, finaliza sua participação no *The Washington Post*, *in verbis*:

For the party that I lead, our close partnership with the United States is just as much a fundamental element of Germany's national purpose as European integration. But both will be successful only if it is possible to build new trust and we are able to formulate or own interests. There is no acceptable alternative to this way forward at the beginning of this new epoch (MERKEL, 2003).

Tal discurso reforça as ideias da CDU, defensora da integração europeia e da OTAN. Contudo, a legenda permaneceria na oposição até 2005, ano em que Angela Merkel tornou-se *Bundeskanzlerin*. Até alcançar o cargo mais cobiçado da Alemanha, ela atou metódica e analiticamente, não buscou executar um ‘xeque-mate pastor’, e sim demonstrou ser uma ‘enxadrista’ paciente e estratégica. Esse pragmatismo político seria verificado ao longo de toda a carreira de Angela Merkel, que, em 2002, assistiu à reeleição de Schröder. A ‘menina de Kohl’ havia cedido a candidatura ao cargo de chanceler federal para Edmund Stoiber, governador da Baviera e presidente da CSU, partido-irmão. Contudo, a derrota do bávaro fortaleceu Merkel, que, a despeito das resistências que sofria dentro do próprio partido, conquistou a liderança da bancada composta pela CDU e pela CSU no *Bundestag*. A filha de Horst Kázmierczak tornar-se-ia, em 2005, a primeira chefe de governo de seu país por meio de uma aliança forçada com o SPD, o que lhe garantiu 397 de 611 votos no Parlamento Alemão (MERKEL, 2005). Desde novembro de 2005, Angela Merkel coordenou três gestões, e cada uma destas possuiu uma dinâmica distinta.

3.2.1 Primeiro mandato (2005-2009)

O governo que se estendeu de novembro de 2005 a outubro de 2009, formado pelo casamento entre a CDU/CSU e a SPD, não enfrentou desafios significantes. Conforme Kornelius (2015), durante seu primeiro mandato, Merkel não lançou uma agenda ambicionada de política externa, e seus atritos com Frank-Walter Steinmeier, chefe de Chancelaria da era Schröder e afiliado ao SPD, tornaram-se notáveis. Steinmeier, ministro do Exterior do primeiro e do atual mandato de Merkel, rechaçou, em 2008, o convite à Chancelaria que a *Bundeskanzlerin* havia feito a Dalai Lama. Com o intuito de evitar um incidente diplomático

entre a China e a Alemanha, o *Bundesminister des Auswärtigen*⁶⁴ recusou realizar a recepção do líder religioso e criticou Merkel arduamente (BERLIN, 2008). De acordo com Kornelius (2015, p.113), Steinmeier, que visualizava a *Realpolitik* adotada pela chanceler, não acreditava na ‘política externa orientada por valores’ da primeira-ministra. O autor explica que aquele, que se tornou vice-chanceler no segundo semestre de 2007, já havia percebido que esta “[...] era capaz de abandonar a orientação pelos valores quando a política real o exigia”. No entanto, como indica o jornalista da *Süddeutsche Zeitung*, apesar de algumas desavenças, Merkel e Steinmeier não se distanciam muito no que concerne à função da Alemanha no mundo, com exceção de um tema.

Após a vitória de Medvedev na corrida presidencial russa, Frank-Walter Steinmeier exaltou o presidente recém-eleito de forma eufórica. Em seu discurso, o ministro alemão das Relações Exteriores sugeriu a criação de laços mais fortes entre a União Europeia e a Rússia (AUSWÄRTIGES AMT, 2008). Isso, contudo, conforme indica Kornelius (2015), foi acompanhado por uma resposta do chefe de Estado, que não mencionou a presença da OTAN em uma parceria entre a UE e a Federação Russa. Porém, Merkel, que interpretou tal discurso como uma forma de desestabilizar a Organização do Tratado do Atlântico Norte, contrapôs-se à iniciativa de seu futuro adversário nas eleições de 2009 no atinente à Rússia.

A espinha dorsal da política externa da chanceler é formada pelas relações com a UE e com a OTAN, além de conter os compromissos com a Carta da ONU e com Israel. Portanto, no âmbito externo, o governo rubro-negro foi marcado por alguns choques entre Steinmeier e Merkel. Acima disso, no segundo ano de mandato da chanceler, a Alemanha conquistou a presidência do G-8 e a da UE, vitórias de destaque. A primeira gestão experimentaria apenas um sinal de alerta, a falência da *Lehman Brothers*, que ocorreu em sua reta final. Todavia, se Merkel não privilegiou a política externa em seus primeiros anos como chefe de governo, o segundo mandato, marcado pela crise grega, exigiria outra dinâmica (KORNELIUS, 2015). Afinal, como afirma Nye (2009, p. 239), “com maior interdependência, até mesmo países fortes podem se encontrar sensíveis a mudanças econômicas além de suas fronteiras”. Conquanto, conforme indica Kornelius (2015), para a *Bundeskanzlerin*, a política europeia corresponda à interna, a prática em seu governo revela o contrário. Portanto, sua reeleição implicaria um nível mais alto de destreza em face dos desafios externos.

⁶⁴ *Federal Foreign Minister* (Tradução de Langenscheidt)

3.2.2 Do segundo mandato ao terceiro

O segundo mandato de Merkel constituiu-se de uma união entre a CDU/CSU e a *Freie Demokratische Partei*⁶⁵. A quantidade de parlamentares desse casamento demonstrava uma margem superior no *Bundestag* em relação à oposição, comandada pela SPD, uma vez que as duas coalizões congregaram, respectivamente, 332 e 290 parlamentares. O presidente do novo partido da aliança e amigo de Merkel, Guido Westerwelle, assumiu o Ministério das Relações Exteriores e a vice-chancelaria (SCHWARZ-GELB, 2009). No entanto, como afirma Kornelius (2015), a junção da FDP com a União Democrata-Cristã, almejada desde a era Kohl, foi recheada de atritos. No âmbito interno, uma série de desentendimentos emergiu, o que desencadeou diferentes entraves. Destes, a discórdia sobre a política de impostos constitui um tópico emblemático, visto que o ministro das Finanças (CDU) ambicionava realizar um equilíbrio orçamentário. Por outro lado, a FDP, além de exigir uma redução tributária, divergia do partido de Merkel no concernente à política da família e à reorganização da *Bundeswehr* (PINZLER et al, 2013). Todavia, se o distanciamento entre os dois partidos governantes ditou o ritmo da política interna entre outubro de 2009 e novembro de 2013, o âmbito externo obteve destaque em consequência de dois problemas específicos.

A Primavera Árabe, cuja origem remete a dezembro de 2010, quando os protestos na Tunísia inflamaram-se, atingiu seu ápice na Líbia, em fevereiro de 2011. Kornelius (2015) menciona a abstenção de Berlim no Conselho de Segurança da ONU referente a uma intervenção sob liderança da OTAN no país do Magreb. A elaborar essa ideia, Kundnani (2015a) assevera que, por meio da relutância de fazer contribuições à segurança no quadro multilateral, a Alemanha haveria colocado em risco as relações com os EUA e com a França. Identifica-se, dessa maneira, uma contradição com a postura de Merkel em 2003, quando esta criticou Schröder pela falta de engajamento no Iraque. Assim, Kundnani (2015a, p. 100), *litteris*:

There was a striking contrast between Germany's approach to this crisis and its approach to the militar intervention in Kosovo twelve years earlier, not just because this time it refused to participate in, or even support, the military intervention, but also because the Holocaust – which was used to justify German involvement in Operation Allied Force in 1999 – was entirely absent from the discussion.

⁶⁵ *Free Democratic Party* (Tradução de Langenscheidt)

O autor aborda, ainda, o acordo secreto realizado pelo governo alemão com a Arábia Saudita algumas semanas após a reunião do Conselho de Segurança. O compromisso fechado entre o maior país da UE e os árabes previa a venda de tanques a estes. Contudo, os sauditas haviam enviado tropas ao Bahrein, com a intenção de abafar protestos pró-democracia no território vizinho (KUNDNANI, 2015a). A incompatibilidade da atitude de Berlim em relação à Líbia e à Arábia Saudita pôs em xeque o status de *civilian power* da Alemanha, uma vez que a *Bundesregierung*⁶⁶ não se teria preocupado, fundamentalmente, com a civilidade global. Na realidade, a política externa alemã, no tangente à relação entre gastos militares e produção de armamentos, possui uma grande contradição, ponto comprovado por meio de dados estatísticos dos últimos anos.

Segundo o *Stockholm International Peace Research Institute*, a Alemanha possui o sétimo maior investimento militar do mundo, atrás, por exemplo, da Índia, do Reino Unido e da França. O gasto com defesa de apenas 46,5 bilhão de dólares de Berlim denota uma incongruência com o tamanho do PIB do país, cuja fatia destinada ao dispêndio militar representa apenas 1,2%, ou seja, não atinge o patamar mínimo de 2% exigido pela OTAN (STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE, 2015). Esses dados, portanto, esbarram na ideia de ‘hegemonia’ de Menzel (2010), cujo argumento propõe que o *hegemon* deve possuir superioridade em todas as dimensões. De maneira semelhante, Mearsheimer (2015) destaca a importância do caráter econômico para a ampliação do poder militar, elemento inerente, segundo o realista ofensivo, à consolidação hegemônica. Em contrapartida, embora a Alemanha não se destaque neste aspecto, sua primazia econômica na esfera europeia é incontestável. Para manter seu poderio geoeconômico, contudo, Berlim interrompe a promoção da civilidade internacional.

Como informou o *Wirtschaftsministerium*⁶⁷ em resposta à organização *Waffenexporte*, em 2015, o governo alemão aprovou um nível de exportação de armamentos correspondente a aproximadamente 12 bilhões de dólares, o que forma um aumento de 96% em relação ao ano anterior. Além disso, dentre os dez maiores consumidores de armamentos alemães, seis não são membros da UE ou da ONU, de forma que a Arábia Saudita encontra-se na sétima posição (VAN AKEN, 2016). Outrossim, a Alemanha, a despeito da guerra civil da Síria, faturou cerca de 12 milhões de euros mediante a venda de armas ao país entre 2012 e

⁶⁶ *Federal Government* (Tradução de Langenscheidt)

⁶⁷ *Economics Ministry* (Tradução de Langenscheidt)

2014 (CAMPAGIN AGAINST ARMS TRADE, 2013). Destarte, em relação à conduta de Merkel sobre a exportação de instrumentos beligerantes, afirma-se que:

The chancellor points out that her foreign policy is ‘committed to the values’ of democracy and human rights. And yet she permits weapons shipments – in the name of stability – to unsavory regimes whose human rights records are often appalling (GERMAN, 2012).

O segundo e o terceiro mandato de Merkel, todavia, depararam-se com um imbróglio na esfera externa mais controverso do que a abstenção alemã no Conselho de Segurança sobre a intervenção na Líbia. A crise grega, que atingiu seu ápice em 2015, foi acompanhada pela renúncia de Christian Wulff, em 2012. O presidente, acusado de favorecimento político, esquentou o cenário político interno, porquanto Merkel havia pleiteado sua eleição após o afastamento do chefe de Estado anterior, Horst Köhler, em 2010 (ACUSADO, 2012). Entretanto, a crise econômica que assolou a Europa, considerada, até o zênite da crise de refugiados, o maior desafio da UE desde sua formação, ofuscou os demais problemas com que Berlim deparava-se. Como ilustra Palmer (1991), a talentosa aluna Angela Kasner decidiu estudar Física no ensino superior devido à dificuldade que possuía com a matéria. Porém, sua capacidade de lidar com desafios seria testada, de forma contundente, a partir de 2010.

3.3 A crise grega e a hegemonia alemã

Em 2001, a Grécia, integrante da Comunidade Europeia desde 1981, transformou-se no décimo segundo membro da UE a aderir à zona do euro. O Banco da Grécia tornou-se parte do Eurosistema mediante uma decisão do Conselho da União Europeia, o qual, em 2000, decidiu que o país preenchia as condições necessárias para a adoção da moeda única. Tal acontecimento destoou da interpretação de 1998 do mesmo órgão do bloco, cuja decisão destacou a incompatibilidade da República Helênica com os pré-requisitos da terceira fase da UEM, que compreende a centralização das políticas monetárias e a introdução do euro. Contudo, a consolidação da União Econômica e Monetária culminaria em uma série de conflitos, uma vez que, enquanto as políticas monetárias e cambiais desnacionalizaram-se, a direção econômica permaneceu com os Estados-Membros (SCHELLER, 2004). Assim, Beck (2013) afirma que os gregos tornaram-se o símbolo dessa discrepância, embora outros países também colham diversas restrições em uma ‘Europa de duas velocidades’.

A substituição efetiva do drachma pelo euro ocorreu em 2002, mas, dois anos depois, a Comissão Europeia emitiu um aviso formal à Grécia referente aos dados de orçamento deficitários adulterados por Atenas durante os preparativos para adesão à Eurozona. A dramaticidade do cenário tornou-se inegável em dezembro de 2009, quando a nota de crédito grega foi rebaixada por uma das três maiores agências de classificação do mundo (GREECE, 2015). Assim, a retratar conjuntura alemã durante o início da crise grega, Proissl (2010, p. 36) discorre, *litteris*:

Former finance minister Peer Steinbrück said for the first time in February 2009 that there would be rescue measures for Greece if it needed. But there was no follow-up because his remark temporarily calmed the markets and no one in Germany wanted to be associated with the topic before the federal elections later on that year. When the Greek crisis became serious again at the beginning of 2010, Merkel also at first chose to wait and see.

Ainda no fim dos anos 2000, o primeiro-ministro do país mediterrâneo, George Papandreou, anunciou uma série de cortes públicos. No entanto, as medidas de austeridade aprovadas no começo de 2010 revelaram o lado mais obscuro da sede das Olimpíadas de 2004, a qual presenciou uma sequência de greves e de protestos (GREECE, 2015). Diante desse contexto, os outros Estados-Membros da União Europeia necessitavam agir para que se evitasse um *default* grego. Contudo, como afirma Kundnani (2015a), Angela Merkel, líder da maior economia do bloco, recusava-se a aplicar um *bailout*. A postura da chanceler alemã fundamentava-se no artigo 125 do Tratado de Lisboa, que determina, *litteris*:

Sem prejuízo das garantias financeiras mútuas para a execução conjunta de projetos específicos, a União não é responsável pelos compromissos dos governos centrais, das autoridades regionais ou locais, ou de outras autoridades públicas, dos outros organismos do setor público ou das empresas públicas de qualquer Estado-Membro, nem assumirá esses compromissos. Sem prejuízo das garantias financeiras mútuas para a execução conjunta de projetos específicos, os Estados-Membros não são responsáveis pelos compromissos dos governos centrais, das autoridades regionais ou locais, ou de outras autoridades públicas, dos outros organismos do setor público ou das empresas públicas de outros Estados-Membros, nem assumirão esses compromissos (EUR-LEX, 2012).

Apesar da disposição do tratado que alterou o TUE, Merkel autorizou, em maio de 2010, um pacote de resgate de 750 bilhões de euros e a criação do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira. Ainda assim, Berlim exigiu o envolvimento da *troika*, formada pela Comissão Europeia, pelo BCE e pela FMI, no processo de concessão de empréstimos. A

Grécia foi, outrossim, forçada a realizar um balanço orçamentário mais vigoroso e um corte de salários (KUNDNANI, 2015a). A corroborar a rigidez da chanceler alemã, Kornelius (2015) destaca a resistência de Merkel aos *Eurobonds*, que unificariam os fundos públicos europeus. Sob a justificativa de que as políticas europeias não atuavam em consonância, contudo, a mulher mais poderosa do mundo negou-se a aliviar a penúria grega em detrimento da economia da Alemanha.

A atitude da primeira-ministra alemã em relação aos *Eurobonds* se encaixa na perspectiva de Mearsheimer (1995, p. 11), cuja premissa acerca dos ganhos relativos indica que “*states in the international system aim to maximize their relative power position over other states*”. Embora o neorrealista destaque o poder militar, restringido na Alemanha após a Segunda Grande Guerra, alguns autores evidenciam a outra forma de *hard power*. Conforme Beck (2013), a Alemanha não necessitaria de um investimento vigoroso em defesa, dado que o país lograria instaurar seus desejos na Europa por meio do viés econômico. Contudo, a resposta negativa de Merkel aos *Eurobonds*, segundo as premissas de Menzel (2010, p. 16), contradiriam as medidas de um *hegemon*, uma vez que, como afirma o autor, *in verbis*:

*Hegemonialmächte (3) nehmen eine internationale Führungsrolle wahr, indem sie internationale bzw. globale öffentliche bzw. kollektive Güter zur Verfügung stellen. Internationale öffentliche Güter sind definiert als solche, von deren Nutzung niemand ausgeschlossen werden kann, deren Nutzer nicht um das Gut konkurrieren und deren Nutzung unentgeltlich ist [...] Wichtige internationale öffentliche Güter sind Frieden und wirtschaftliche Stabilität [...] Der Hegemon stellt dieser Güter bereit und kommt für die Kosten auf. Er tut das, weil er selber den größten Nutzen daraus zieht und weil andere nicht oder nur unzulänglich in der Lage sind. Er befindet sich im klassischen Freiwilligendilemma.*⁶⁸

Identifica-se, portanto, uma similitude entre o argumento de Menzel (2010) e o de Gilpin (1981), que destaca os gastos provenientes da manutenção de uma ordem. Traça-se, ainda, um paralelo entre tal ideia e Ikenberry (2001), que aponta para a necessidade da legitimação da liderança mediante uma cooperação institucionalizada voluntária, fato alcançado por meio da eliminação de qualquer receio dos Estados secundários em relação à

⁶⁸ Potências hegemônicas (3) assumem um papel internacional de liderança a disponibilizar bens internacionais, ou melhor, globais, ou melhor, coletivos. Bens públicos internacionais são definidos como aqueles de cuja utilização ninguém pode ser excluído, cujos usuários não podem concorrer pelo bem e cujo uso é gratuito [...] Bens públicos internacionais importantes são a paz e a estabilidade econômica [...] O *hegemon* fornece esses bens e paga os custos. Ele faz isso porque é ele mesmo quem mais lucra assim e porque outros ou não são capazes ou o são de forma insuficiente. Ele se encontra no clássico dilema do voluntário.

dominação do *leading state*. Além disso, Cox (2007, p. 117) expõe que, a fim de se tornar um *hegemon*, “[...] um Estado teria de fundar e proteger uma ordem mundial que fosse universal em termos de concepção, isto é, uma ordem em que um Estado não explore os outros diretamente, mas na qual a maioria desses [...] possa considerá-la compatível com seus interesses”. No entanto, Merkel insistia em não prover bens públicos internacionais aos países endividados. Berlim, que demonstrava uma resistência a medidas solidárias, não promovia a estabilidade econômica, uma vez que não se encontrava disposta a assumir custos de membros da UE sob efeitos da crise. Como afirma Melchiorre (2012), a chanceler, a despeito da conjuntura vigorosa da economia alemã diante das outras, não pretendia assumir o fardo proveniente de um débito comum europeu. O alastramento da situação calamitosa pela UE, que instaurou um alto nível de desigualdade ao longo do bloco, em contraste com a ausência dos *Eurobonds*, confirmaria isso. Desse modo, os países-membros da União Europeia afetados pela crise consideravam seus interesses incompatíveis com os da Alemanha, ferrenhamente defendidos por Merkel.

Como indica Kornelius (2015, p. 241), em referência ao início da crise na Europa, “no centro deste cenário, estava a Grécia, ainda que a Irlanda em novembro de 2010 e Portugal em maio de 2011 também fossem transferidos para a UTI”. A Itália e a Espanha também se juntaram ao grupo dos endividados, o que declarou, de maneira incontestável, dois ritmos diferentes dentro da União Europeia. Conforme Beck (2013), que verifica uma ‘Europa de duas velocidades’, caracterizada por um abismo entre os países do Sul e os do Norte, haveria uma situação de dependência no bloco. O sociólogo alemão infere uma circunstância de subordinação dos países pertencentes à zona do euro que necessitam da assistência financeira de outros Estados-Membros aos credores. Aqueles se teriam tornado, segundo o autor, a ‘classe inferior’ do bloco e seriam compelidos a subjugarem-se diante da perda de soberania e de orgulho nacional. Contudo, a Alemanha conseguia sobrepor-se não apenas na ‘periferia’ mas também no ‘centro’.

Conforme afirma Kornelius (2015), apesar da resistência inicial de Nicolas Sarkozy a Merkel, o presidente da França entre 2007 e 2012 seguiu a cartilha da chanceler até outubro de 2011, o que o fez ajustar seu país a uma passagem para a austeridade. Proissl (2010) menciona, ainda, o descontentamento de Sarkozy com a participação do FMI no plano de resgate para a Grécia, fato que se concretizou devido ao apoio incondicional da *Bundeskanzlerin*. O controle exercido sobre a maior segunda economia da União Europeia evidenciou a influência que Merkel exercia no bloco. Ademais, como afirma Kundnani

(2015a, p. 96), a aprovação do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira pela Corte Constitucional e a elaboração do compacto fiscal pelo Conselho Europeu, em 2011, reforçaram as imposições germânicas. Então, o autor atesta, *in verbis*:

The fiscal compact, which was agreed at the European Council in December 2011, required all eurozone countries to enact an equivalent of the constitutional amendment passed by Germany in 2009 that required it to maintain a balanced budget.

O *Six-Pack*, como também é denominado o compacto fiscal, é válido para os 27 membros da UE e mantém regras específicas direcionadas aos componentes da zona do euro, relacionadas principalmente a sanções fiscais. Por fim, o pacote de seis aviva o Pacto de Estabilidade e Crescimento, o qual classifica valores de déficit governamental superiores a 3% do PIB e índices de dívida pública superiores a 60% como excessivos (EUROPEAN COMMISSION, 2013). Contudo, nos anos 2000, a Alemanha havia violado o PEC a fim de estimular sua economia, que possuía baixas taxas de crescimento à época.

Em 2003, o déficit governamental da Alemanha, assim como o francês, ultrapassou a marca de 3% de seu Produto Interno Bruto, porém o Conselho de Assuntos Econômicos e Financeiros da UE rejeitou a recomendação da Comissão Europeia de aplicar retaliações. O maior país da União Europeia, por conseguinte, manteve o incumprimento do *Stability and Growth Pact* e, na prática, suspendeu-o até 2005, quando este foi reformado. As incongruências do discurso político de Berlim, que não reconheceu o papel dos empréstimos desenfreados dos bancos alemães na formação da ruína grega, indica um pragmatismo voltado para o lado econômico (KUNDNANI, 2015a). No entanto, Merkel também sofreu derrotas na condução da crise econômica que assolou a União Europeia. Em outubro de 2010, a chanceler alemã e Sarkozy idealizaram a suspensão do direito de voto dos Estados-Membros da UE que desrespeitassem o Pacto de Estabilidade e Crescimento, o que demandaria a revisão do Tratado de Lisboa. Porém, a resposta negativa de vários países do bloco e da Comissão Europeia impossibilitou a proposta de ‘Merkozy’ (MERKEL, 2010). Todavia, o revés mais importante de Merkel talvez tenha ocorrido em junho de 2012.

Kornelius (2015) relata o fracasso alemão de 2012 no Conselho Europeu. A cúpula do dia 28 de junho lidou com as dívidas bancárias espanholas e com uma possível necessidade italiana de recorrer ao programa de resgate. Como descreve o autor, Mario Monti visava subverter os duros pré-requisitos estabelecidos pela Alemanha para a concessão de dinheiro. A resistência do primeiro-ministro italiano da época ao pacto de crescimento gerou

um entrave no jogo político de Merkel, que esperava a votação das leis sobre o programa permanente de regaste, o Mecanismo de Estabilidade Europeu, e sobre o pacto fiscal. O apoio do SPD, no entanto, dependia do pacto que Monti planejava barrar, fato que fez Merkel ceder às exigências de Roma. Kornelius (2015) conclui, portanto, que a facilidade com que os bancos receberiam, a partir de então, uma ajuda direta e o acesso italiano sem entraves ao plano de resgate significaram um grande triunfo sobre Berlim. Em alusão à derrota alemã coordenada por Mario Monti, por François Hollande e por Mariano Rajoy, Kundnani (2015a, p. 96), informa, *litteris*:

They agreed to enable the European Stability Mechanism (ESM), the permanent successor to the EFSF, to recapitalise banks in crisis countries directly. While in much of Europe it was seen as breakthrough that finally broke the “feedback loop” between bad banks and sovereign debt, in Germany it was seen as a defeat – Spiegel called it “the night Merkel lost”.

Tanto o *European Stability Mechanism* quanto o *European Financial Stability Facility* visam manter uma estabilidade financeira na zona do euro, além de dispor do mesmo quadro de funcionários e de possuir escritórios em Luxemburgo. Contudo, o último, um mecanismo temporário de resolução de crise, iniciou suas operações em junho de 2010 e encerrou-as para a Grécia em junho de 2015. Conquanto o *EFSSF* não conceda mais assistência financeira, ainda atua, por exemplo, no processo de repagamento de empréstimo de países beneficiários. Por outro lado, o *ESM* adentrou o âmbito prático em outubro de 2012 e corresponde ao único mecanismo que atende a novos pedidos por assistência dos Estados-Membros da Eurozona. Assim, o Mecanismo Europeu de Estabilidade já proporcionou ajuda financeira ao Chipre, à Espanha e à Grécia (EUROPEAN FINANCIAL STABILITY FACILITY, 2016?). Além de ser considerada o indício da derrota de Merkel na condução da crise grega, a aprovação do MEE remete à situação em que a Alemanha de Bismarck encontrava-se.

Segundo Kundnani (2015b), a apreensão de Bismarck ao *cauchemar des coalitions*, em 1871, possuía uma similaridade com a situação alemã na lida com a crise grega. O autor explica que, assim como no século XIX, haveria na Alemanha um receio em relação a um contrapeso, embora este não fosse mais militar, e sim uma *Einkreisung*⁶⁹ geoeconômica. Nesse contexto, convém mencionar Luttwak (1990), autor cuja ideia central

⁶⁹ *Encirclement* (Tradução de Langenscheidt)

sustenta que os métodos comerciais teriam substituído os militares. Para ele, essa mudança não significaria o fim da lógica do conflito, ou seja, prevaleceria a dinâmica conflituosa de soma zero, também defendida por Mearsheimer (1995), embora este destaque a importância do poder econômico para a obtenção do militar. Por sua vez, Luttwak (1990) ressalta a substituição da geopolítica, marcada pela importância da vertente militar, pela geoeconomia no centro do sistema internacional, que inclui a UE. Tal alegação pode ser confirmada, por exemplo, diante da batalha conjunta dos primeiros-ministros italiano e espanhol com o presidente francês na cúpula do dia 28 de junho. Sob um prisma gramsciano, o *cauchemar des coalitions* de Merkel não indicaria um status hegemônico, e sim dominante.

Cox (2007, p. 199) defende que “em geral, as instituições e regras internacionais se originam do Estado que estabelece a hegemonia”. Baseado nesse argumento, o autor assevera que o Estado mais forte busca a aprovação de outros mediante o sistema hierárquico de poderes na estrutura hegemônica de Estados. Cox (2007, p. 200) conclui, então, que “o consentimento de ao menos alguns dos países mais periféricos é solicitado”. Portanto, para que se verifique o apoio de outros membros da UE à Alemanha, faz-se necessário analisar a evolução da crise grega até o seu ápice, em julho de 2015. À época, havia uma grande expectativa acerca da *Grexit*, tema que se tinha tornado um *hot topic* nos meios de comunicação mundiais.

Em novembro de 2011, George Papandreou renunciou ao cargo de premiê grego. A saída do líder do PASOK (Movimento Socialista Pan-Helênico) foi motivada pela pressão de Merkel, que havia conseguido travar a execução de um referendo na Grécia à respeito do acordo de plano de resgate financeiro no mês anterior. O quadro de insatisfação popular que Atenas tinha de suportar manteve-se, e, apenas meio ano após tal entrave, Antónis Samarás, presidente do partido da oposição (Nova Democracia), assumiu a chefia de governo (KORNELIUS, 2015). Contudo, a nomeação de um novo primeiro-ministro não desencadeou o término de políticas fiscais escorchantes. O líder da ND, em uma aliança com o PASOK e com grupos menores, buscou seguir o programa de austeridade exigido pela UE. A impopularidade de Samarás tornou-se patente em maio de 2014, quando a coalizão de esquerda radical do Syriza venceu as eleições europeias, e em janeiro de 2015, momento em que Aléxis Tsípras conquistou o cargo de primeiro-ministro (GREECE, 2015). A partir de então, uma resistência contundente às decisões alemãs seria realizada pela Grécia.

A crise grega adentrava o terceiro mandato de Merkel, que se iniciou em dezembro de 2013 por meio de um novo casamento com o CSU. Contudo, a ascensão do líder

da Coligação de Esquerda Radical instaurou um cenário marcado pelo conflito de Angela Merkel e de Wolfgang Schäuble com Aléxis Tsípras e Yánis Varoufákis, ou seja, uma luta entre os chanceleres e ministros das Finanças da Alemanha e da Grécia. Em julho de 2015, o *default* de Atenas em relação ao FMI implicou o congelamento dos fundos de emergência do BCE e o fechamento dos bancos gregos, além de controles de capital. A conjuntura adversa atingiu seu clímax no mesmo mês, quando a população grega recusou, mediante um referendo, os termos de *bailout* (GREECE, 2015). Por conseguinte, afirma Greven (2015), a respeito do “debacle de Merkel”, *litteris*:

*Angela Merkel galt bis zum Sonntag als mächtigste Frau Europas. In der Eurokrise wie auch in vielen anderen Fragen folgte die EU ihrem Kommando. Und das hieß: sparen, sparen und reformieren. In Spanien, Portugal, Irland und Zypern beugten sich die Regierungen diesem Diktat. Doch nun hat sich nicht nur die Linksregierung in Athen ihren Sparvorgaben widersetzt. Auch das griechische Volk hat sich mit klarer Mehrheit dagegen entschieden, auch wenn es damit in Kauf nimmt, dass das Land in ein noch tieferes Chaos stürzt.*⁷⁰

Merkel, além de lidar com a resistência grega, possuía a árdua tarefa de controlar os ânimos ao longo da União Europeia. Após o referendo que confirmou a inconformidade dos helenos com suas medidas, a chanceler alemã esbarrou em François Hollande, que aplicava um contrapeso à chanceler alemã de forma vigorosa, diferentemente de seu antecessor, Sarkozy. O presidente francês socialista, assim como Tsípras, clamava por uma Europa mais solidária. A seguir a tendência francesa, o Chipre e a Irlanda, de Enda Kenny, apoiaram o resultado do referendo, uma vez que, como Estados-Membros na penúria, aspiravam a uma reestruturação da dívida. Em contrapartida, a Finlândia, a Áustria, a Holanda e a Bélgica aprovavam procedimento impassível de Merkel no atinente à República Helênica. De maneira mais veemente, a Eslováquia, os países bálticos e a Polônia não aceitavam o ‘*oxi*’ grego, a pleitear até a *Grexit* (QUAL, 2015). Portanto, Merkel possuía, sim, o consentimento de alguns dos países da União Europeia, o que demonstra que o Estado mais forte, o alemão,

⁷⁰ “Angela Merkel era considerada até domingo a mulher mais poderosa da Europa. Na crise do euro, assim como em muitas outras questões, a UE seguia seu comando. E isso queria dizer: economizar, economizar e reformar. Na Espanha, em Portugal, na Irlanda e no Chipre, os governos curvavam-se a esse ditado. Agora, não apenas o governo de esquerda de Atenas opôs-se a suas diretrizes de austeridade. Também o povo grego, com clara maioria, decidiu-se contra estas, por mais que, com isso, tenha de levar em conta que o país caia em um caos ainda mais profundo.” (Tradução nossa)

preenchia a necessidade apontada por Cox (2007). Mesmo assim, o status de *hegemon* não corresponderia ao papel da Alemanha na lida com a crise grega.

Cox (2007) explica que, para Gramsci, na esfera internacional, as grandes potências seriam dotadas de uma liberdade relativa de designar suas políticas externas baseadas em interesses nacionais, enquanto os Estados mais fracos possuiriam menos autonomia. O autor, ainda sob a ótica gramsciana, defende que a vida econômica das nações mais fortes penetraria a das mais fracas. Se por um lado é possível afirmar que a Alemanha aplica, por exemplo, uma política de austeridade da zona do euro, os reveses sofridos por Merkel são incontestáveis. Como elabora Kornelius (2015, p. 258), “como sempre, porém, vale para Merkel: ela fala sério e ela quer impor sua vontade, ainda que demore anos”. Essa atitude da chanceler, contudo, denota uma dominância sobre os outros Estados-Membros da UE.

Em agosto de 2015, um mês após o referendo, Atenas e seus credores fecharam um acordo sobre o terceiro plano de resgate, o que significou mais cortes na Grécia para que o país não fosse à falência ou saísse da Eurozona (BBC, 2015). Apesar de sua inclinação contra as políticas de austeridade, Tsípras almejava preservar seu país na zona do euro e, conseqüentemente, encorajou os membros do Parlamento a votar na aprovação do novo programa de *bailout*. O êxito de seu intento, todavia, gerou uma onda de resistência dentro do Syriza, e sua renúncia, aliada à convocação de novas eleições, confirmava sua fragilidade, embora o primeiro-ministro tenha sido reeleito (HENLEY, 2015). Varoufakis (2016), que se afastou do Ministério das Finanças após a aprovação do terceiro pacote de resgate, defende, *litteris*:

Moreover, the Eurogroup, where most of Europe’s important economic decisions are taken, is a body that does not even exist in European law, that keeps no minutes of its procedures and insists its deliberations are confidential – that is, not to be shared with the citizens of Europe. It operates on the basis – in the words of Thucydides – that “strong do as they please while the weak suffer what they must”. It is a set-up designed to preclude any sovereignty derived from the people of Europe.

O Eurogrupo constitui um órgão informal que congrega todos os ministros das Finanças dos Estados-Membros da Eurozona e possui a incumbência de coordenar as políticas econômicas de seus integrantes (CONSELHO EUROPEU, 2016). Varoufakis (2016) menciona sua resistência a Jeroen Dijsselbloem, presidente do Eurogrupo, e a Berlim durante as negociações para o terceiro plano de resgate. O ex-ministro das Finanças da Grécia, que

identifica a força de Merkel no órgão, não apoiava as árduas medidas de austeridade e exigia a redução da dívida grega. Yanis destaca a inflexibilidade de Wolfgang Schäuble, que justificava o sacrifício da soberania da Grécia baseado no tamanho e na falência da Grécia. O ministro das Finanças da Alemanha, como afirma Varoufakis (2016), opunha-se resolutamente à diminuição das metas do superávit primário grego de 4,5% para 1,5%, valor mais condizente com a economia da República Helênica, e à redução da dívida desta. Sim, Berlim, com sua postura intransigente, possuía um papel decisivo na formação do terceiro pacote de resgate, a exemplo da renúncia de Varoufakis. Contudo, não havia um consenso no governo alemão nem na *troika*, que, ao lado do Eurogrupo, trilhava a renegociação do programa econômico grego.

Merkel possuía, no referente às exigências dos helenos, uma conduta mais leniente do que Schäuble. Seu ministro das Finanças cogitava uma suspensão da Grécia da zona do euro por um período de cinco anos, enquanto, para a chanceler, a *Grexist* não se encontraria na cartilha de soluções. No entanto, a postura menos rígida de Merkel resultou de uma conjunção de constrições que cercavam a Alemanha. Assim, assinala Greven (2015), *in verbis*:

Immerhin ist Griechenland ein wichtiges Nato-Land an der südöstlichen Flanke der Gemeinschaft . Deshalb ist es auch den USA nicht egal, was dort passiert. Und Merkel kann es schon gar nicht egal sein, wenn das Land in Chaos ableitet und dort eine schwere humanitäre Not ausbrechen sollte.⁷¹

A crise humanitária seria deflagrada meses depois, quando o fluxo de refugiados à Europa intensificou-se. Além disso, a importância da Grécia para a ONU e, de forma mais específica, aos EUA, formava um fator que pressionava Merkel a não admitir a *Grexist*. Greven (2015) menciona, ainda, o perigo de o governo de esquerda de Tsípras direcionar-se à Rússia. Em outras palavras, Merkel encontrava-se em uma encruzilhada e não podia adotar medidas à revelia de outros vetores essenciais. O Fundo Monetário Internacional, que formou a *troika* mediante o apoio de Merkel, recusava sua participação no novo plano de resgate da Grécia sem o alívio da dívida do país. A recusa de Christine Lagarde, diretora do FMI, implicava a sobrecarga dos Estados-Membros da zona do euro por meio do Mecanismo de

⁷¹ “Todavia, a Grécia é um país importante da OTAN no flanco ao sudeste da comunidade. Por isso, os EUA não são indiferentes ao que acontece lá. E Merkel não pode, de forma alguma, ser indiferente se o país mergulha no caos e se lá uma difícil urgência humanitária irrompe”. (Tradução nossa)

Estabilidade Europeu (KHAN, 2015). Contudo, se faltava aquiescência no âmbito externo, a ausência de consenso na esfera interna configurou o grande percalço de Merkel.

Segundo Cox (2007, p. 18), “[...] uma hegemonia mundial é, em seus primórdios, uma expansão para o exterior da hegemonia interna (nacional) estabelecida por uma classe social dominante”. Embora o *Bundestag* tenha aprovado o terceiro pacote de resgate, em agosto de 2015, alguns detalhes da votação não formavam um cenário animador para Angela Merkel. Dos 631 membros da câmara baixa, 439 manifestaram-se a favor, 119 externaram uma resposta negativa, e 40 abstiveram-se. Porém, deve-se destacar a falta de consenso presente no bloco de centro-direita da chanceler, o qual possui 311 parlamentares. Deste contingente, 228 mantiveram lealdade a Merkel, 63 opuseram-se ao novo acordo de *bailout*, três abstiveram-se, e 17 não compareceram. O número de dissidentes na união nunca havia atingido um nível tão alto, e percebe-se que as três deliberações acerca dos pacotes de resgate à Grécia possuíram números crescentes de opositores (BUNDESTAGSRADAR, 2015).

Como se verifica no ‘APÊNDICE A’, em maio de 2010, data da votação sobre o primeiro *Hilfspaket*⁷², apenas quatro parlamentares da CDU/CSU manifestaram-se contra a ajuda a Atenas, enquanto, em fevereiro de 2012, quando se decidiu a liberação do segundo pacote de resgate, havia 13 desviantes na coalizão. No dia 30 de novembro de 2012, data em que o *Bundestag* avaliou as mudanças do segundo programa de ajuda, foram 12 votos contrários, porém o número subiu de três para sete. Em fevereiro de 2015, quando os parlamentares reuniram-se para determinar a segunda extensão, 29 parlamentares da coligação de centro-direita manifestaram-se em oposição a Merkel. Posteriormente, no dia 17 de julho de 2015, durante o processo de negociação do terceiro pacote de resgate, 60 deputados da bancada da chanceler recusaram a medida (GRIECHENLANDHILFEN, 2015). Por conseguinte, Hockenos (2015, p. 3) indica que “*many of the most relevant fault lines in the Federal Republic today run straight through the CDU and its Bavarian sister party, the Christian Social Union (CSU)*”. No entanto, a popularidade de Merkel decaía não apenas em seu reduto partidário mas também entre população alemã.

Segundo dados da *YouGov* compilados entre os dias 14 e 17 de julho de 2015, 56% dos alemães observavam criticamente a concessão do pacote de resgate de aproximadamente 86 bilhões de euros aos gregos, enquanto apenas 29% aprovavam a medida, e 15% não possuíam uma opinião formada acerca do assunto. O cenário torna-se mais

⁷² *Aid Package* (Tradução de Langenscheidt)

dramático para Merkel quando se consideram as estatísticas dos grupos de eleitores separadamente: ao passo que 49% e 54%, respectivamente, dos apoiadores da SPD e do Partido Verde rejeitavam o terceiro plano de ajuda a Atenas, 57% dos adeptos da CDU/CSU não a consentiam. O nível de desaprovação da união não superou somente o da *Die Linke*, partido de esquerda cujos 70% dos apoiadores condenaram o novo *bailout* (SCHMIDT, 2015). Conforme elabora Hockenos (2015, p. 6), Merkel conseguia incluir ideais do Partido Verde e do SPD em sua agenda, além de satisfazer as expectativas de diversos grupos, como mulheres, jovens, homossexuais, ateus e imigrantes, por meio de uma guinada ao centro. Contudo, o autor argumenta que a perda de consenso de Merkel iniciou-se em 2014, resultado de um viés de extrema-direita que ganhava força na Alemanha. Assim, pontua Hockenos (2015, p. 6):

This changed dramatically in 2014, and it recast the country's electoral arithmetic more than outsiders realize. The challenge – in the form of a far-right party, the Alternative for Germany (AfG), and the eurosceptic, Islamophobic movement Patriotic Europeans Against an Islamization of the Homeland (Pegida) – has manifested itself in exactly that space on the right.

Como o analista político expõe, a *Alternative für Deutschland*⁷³ surgiu em 2013 de um sentimento de oposição à zona do euro e ao papel central de Berlim nos pacotes de resgate aos países endividados. O autor explica que a bancada da CDU/CSU, apesar de ser pró-europeia, também é capaz assegurar os interesses alemães. Devido a isso, para ele, Merkel teria adotado um sentimento antigrego durante as negociações da crise do euro, além de ter defendido medidas de austeridade à revelia dos sistemas financeiros e dos orçamentos dos países endividados. Contudo, a chanceler tinha de colher, ao lado da crítica crescente aos pacotes de ajuda, uma insatisfação na Eurozona no atinente à rígida disciplina fiscal que exigia. Assim, a mencionar o surgimento de correntes eurocéticas no bloco, explana Dokos et al (2013, p. 11) que “*movements such as the M5S, Syriza and Indignados claim that their governments have been unable to defend the rights of their citizens, yielding instead to German hegemony over EU economic policies*”. Por outro lado, Bulmer e Paterson (2014, p. 1401) atentam ao fato da ausência de uma hegemonia alemã ao afirmar, litteris:

⁷³ *Alternative for Germany* (Tradução de Langenscheidt)

Germany's ability to offer additional propulsion is compounded by domestic 'gearbox problems' and European resistance. EU politicians are consequently more likely to be at the mercy of financial markets. Consensus on deeper integration may be confined to smaller groups: perhaps smaller than the current eurozone. German hegemony is only likely to be convincing in the event of a break-up of the eurozone and the emergence of a closely knit group of northern European states: a development which could, of course, have adverse consequences for the German economy itself.

Todavia, o aumento da onda de hostilidade doméstica ainda configura o maior desafio de Merkel. Desse modo, Hockenos (2015) indica que a liderança do partido de Frauke Petry advém da margem de direita da FDP e da aliança CDU/CSU, o que deixa transparecer um sentimento de insatisfação extremo à *Bundeskanzlerin*. Ele comprova que a popularidade do Pegida e da AfD reside, principalmente, na Alemanha Oriental, onde o nível de desemprego atinge altos índices. Portanto, verifica-se que Merkel possui a difícil tarefa de lidar com diferentes clivagens no âmbito interno. Além disso, embora a Alemanha seja a maior credora da Grécia, verifica-se que, afinal, a maior economia da União Europeia depende do bloco para manter seu status de *economic powerhouse*. Conforme afirma Kundnani (2015a), a fraqueza do euro em relação ao marco constitui um ponto essencial à Alemanha, cuja economia, baseada na exportação, decairia mediante a adoção de uma moeda mais forte e o fim da facilitação do comércio intrabloco. Constata-se a importância da UE para Berlim de forma mais nítida quando se analisam os gastos e os lucros obtidos pelos germânicos durante a fase crônica da crise grega.

Apesar de corresponder ao maior credor da República Helênic, a Alemanha faturou, entre 2010 e 2015, 110 bilhões de euros por meio da crise grega, valor equivalente a mais de 3% do PIB do país. Por outro lado, a participação de Berlim nos programas de *bailout* não ultrapassou a marca de 90 bilhões de euros. Outrossim, se os gregos não repagarem nenhum de seus empréstimos, os germânicos possuirão um rendimento que pode tornar-se substancial caso Atenas efetue uma devolução parcial ou total (HALLE INSTITUTE FOR ECONOMIC RESEARCH, 2015). Em outras termos, Merkel opôs-se veemente à *Grexit*, além de ter defendido os pacotes de resgate à revelia de grande parte de sua bancada, da população alemã e de muitos outros europeus, porque visualizava a importância não só da Grécia mas também de toda a União Europeia para a economia de seu país. A saída de um Estado-Membro da UE poderia abrir um precedente capaz de colocar em risco a moeda única e o comércio intrabloco, ou seja, as exportações da maior economia do Velho Continente. Assim, expõe Kundnani (2015a, p. 110), in verbis:

Since the crisis began, Germany has exported rules but not norms. Many in other eurozone countries see the rules as serving Germany's national interest rather than their own. Thus they have often submitted only reluctantly to German demands. They have sought to resist, to drag their feet and backtrack on commitments they have made. In other words, there has been no hegemonic consent – one of the features of hegemony that distinguishes it from empire. There is no 'Berlin Consensus' analogous to the 'Washington Consensus'. In some ways, Germany is now even less of a hegemon than the Bonn Republic was. As a 'cooperative hegemon' together with France before German reunification and EU enlargement, it successfully 'uploaded' its own preferences with the consent of its European partners.

Em face disso, cabe retratar o conceito de 'império'. Como afirma Menzel (2010, p. 6), “*‘Imperium’ kommt aus dem Lateinischen und heißt Herrschaft, in anderer Bedeutung auch Reich, Befehl, Macht, Gewalt*”⁷⁴. O cientista político alemão contrapõe o conceito de ‘império’ ao de ‘hegemonia’, que, segundo Menzel (2010, p. 7), “[...] *kommt aus dem Griechischen (ἡγεμονία) und heißt Führerschaft, impliziert damit ein Element der Freiwilligkeit*”⁷⁵. A ênfase que Menzel (2010) confere ao contraste entre ‘domínio’ e ‘hegemonia’ revela seu viés gramsciano. O autor admite este fato ao ressaltar a imprescindibilidade do *soft power* para uma *Führungsmacht*⁷⁶ na determinação das orientações culturais e das concepções de valor de outras culturas e de outros Estados, fato importante para a formação de um consenso. Por fim, Menzel (2010) indica que o status de império pressupõe uma superioridade militar. Assim, Beck (2013) alega que trazer à tona a possível existência do ‘Quarto Reich’ configuraria um absurdo, dado o fato de a Alemanha não utilizar a força militar para impor suas vontades aos outros Estados-Membros da UE. Em contrapartida, Cohen (1973, p. 16), em referência ao conceito de ‘império’, expõe que “*it simply refers to any relationship of effective domination or control, political or economic, direct or indirect, of one nation over another*”. Ao contrário de Menzel (2010), Cohen (1973, p. 15) conclui, *litteris*:

For example, given the existence of international inequality and the interactions of specific groups and organizations, imperial control may be

⁷⁴ “‘Império’ vem do Latim e significa domínio, em outro sentido também *Reich*, ordem, poder, violência”. (Tradução nossa)

⁷⁵ [...] vem do Grego (*ἡγεμονία*) e significa liderança, implica com isso um elemento da voluntariedade.” (Tradução nossa)

⁷⁶ Leading power (Tradução de Langenscheidt)

imposed directly, through the extension of formal political sovereignty; or it may be accomplished indirectly, through informal diplomatic or military pressures or economic penetration.

Por meio do poder econômico, Berlim exerceu uma dominação principalmente sobre Atenas e inviabilizou a estabilidade da UE. Desse modo, Kundnani (2015a) indica, que o papel central da Alemanha na resolução da crise econômica europeia, em vez de estabilizar o bloco, tornou-o mais instável. O autor afirma que a liderança exigida por Schäuble, sob a justificativa de que a União Europeia necessitava de um estabilizador, constituiria um argumento infundado, haja vista a ausência de um poder esclarecido como o exercido pelos EUA após 1945. Ele destaca a recusa alemã de adotar medidas para reduzir seu superávit comercial, para permitir um aumento moderado da inflação ou para agir como um consumidor de última instância, ponto capaz de ajudar as economias endividadas a sair da recessão e, portanto, de aliviar suas dívidas. Os esforços germânicos realizados para manter o euro teriam sido realizados, por conseguinte, com o propósito de evitar o retorno do marco alemão, mais forte do que a moeda única. Isso, conseqüentemente, não se encaixa na teoria da estabilidade hegemônica, uma vez que, conforme afirma Gilpin (1981), a manutenção de uma ordem exige que a potência estabilizadora, além de conceder ajuda externa, arque com os custos associados à manutenção da economia internacional. No entanto, a Alemanha, ao recusar os *Eurobonds*, não atuou como um *hegemon* e tornou a UE mais instável. Ademais, segundo Ikenberry (2001), o país que se encontra no centro da Europa nunca instaurou uma nova ordem.

Ikenberry (2001) expõe que os grandes reordenamentos do sistema internacional ocorreram após grandes guerras. O neoinstitucionalista ressalta os anos de 1648, de 1712, de 1815, de 1919 e de 1945, quando os Estados vencedores encontraram-se em uma posição confortável para moldar a política mundial. Ikenberry (2001, p. 8) afirma, ainda, que “*the postwar settlements of 1919 and 1945 saw postwar order-building strategies that were even more far-reaching in their use of institutions to bind and reassure potential adversaries*”. O autor assevera que a formação da ordem americana, marcada, por exemplo, pela Organização do Tratado do Atlântico Norte, a que a Alemanha encontra-se vinculada, culminaria na ocupação e na reconstrução do maior país da Europa Ocidental e do Japão. Além disso, como pontua Wallerstein (1996, p. 102):

We also restrict the use of ‘hegemony’ only to one power at a time, and in relation to the world-system as a whole. Thus, we do not term regional

strengths 'local hegemonies' since that misses the point that the hegemonic power, if there is one, sets the rules for how regional blocs work as well.

Sob tal perspectiva, portanto, a presença da hegemonia dos Estados Unidos neutralizaria uma ambição alemã maior na UE. Embora haja divergências no que tange à manutenção ou ao declínio da *Pax Americana* no campo de Relações Internacionais, a influência dos EUA ainda é determinante para os desdobramentos do continente europeu. Afinal, de acordo com Ikenberry (2001, p. 10), “*in both economic and military spheres, the United States leads its nearest rival by a larger margin than has any other leading state in the last three centuries*”. Ademais, Berlim não demonstra interesse em subverter a ordem mundial. A corroborar isso, Kundnani (2015a) pontua que a Alemanha, conquanto imponha suas preferências a outros Estados-Membros da UE, não possui o objetivo de projetar seu poder para fora da Europa, além de rejeitar o uso da força militar. Essa postura germânica, consequentemente, colide no argumento de Mearsheimer (1995), o qual destaca a necessidade de adquirir poder militar às custas de potenciais rivais para se tornar o *hegemon* do sistema. A Alemanha, contudo, embora busque vantagens relativas no âmbito econômico, não aspira realizar altos investimentos nas Forças Armadas. Além disso, a posição de Berlim não possui a capacidade de tornar-se mais vigorosa sem uma unidade política consistente da UE.

De acordo com Habermas (2015), o vislumbre de Winston Churchill de formar os ‘Estados Unidos da Europa’ estaria fadado ao fracasso enquanto a união monetária não possuísse uma unidade política. Ele afirma que a estrutura do bloco permite que seus membros realizem decisões soberanas no concernente a questões fiscais, orçamentárias e econômicas. Assim, indica Ikenberry (2001, p. 53):

The more institutionalized the order, the more that participants within the order act according to defined and predictable rules and modi operandi. To get this willing and institutionalized cooperation, however, the leading state must overcome weaker and secondary state fears of domination and abandonment.

Todavia, a Grécia não seguiu o manual austero de Merkel sem resistências, consequência da falta de um arcabouço político completo no bloco. Por conseguinte, Habermas (2015, p. 8) expressa que “*the reforms adopted leave the sovereignty of the member states intact, if not the facto, then formally*”. Logo, constata-se que a lida alemã com os outros sistemas políticos do bloco não pode ocorrer sem conflitos, haja vista a ausência de um consenso. Como argumentou Morgenthau (2003, p. 935), “o que a Convenção da Filadélfia

fez foi substituir uma constituição, uma soberania e um Estado por outras instâncias equivalentes, mas, no caso, tanto umas como outras repousam sobre a mesma comunidade preexistente”, isto é, o povo americano surgiu antes de seu Estado. No entanto, a UE, embora pareça haver firmado a identidade europeia diante das diversas nacionalidades que abarca, enfrenta outro óbice.

Segundo Maior (2009, p. 202), “sendo certo que a transformação das CE na UE acrescentou lastro político à integração europeia, não se pode perder de vista que os Estados-Membros são as unidades fundamentais no processo”. A explicar esse fenômeno, alega Habermas (2015, p. 39), em uma alusão à prioridade dada pelos europeus ao próprio Estado-Nação, que “*their suspicion is directed more against the supranational paternalism of a superstate than against the forms of life and mentalities of neighbouring peoples rejected as foreign*”. Um superestado com traços de dominância alemã, no entanto, engendra uma desconfiança no bloco, e, como afirma o teórico crítico, a federação supranacional não deveria se basear em uma hierarquia. Habermas (2015, p. 39) conclui que “*the supranational federation should instead be constructed in such a way the heterarchical relationship between the member states and the federation remains intact*”. Contudo, como defende Beck (2014), como resultado da crise do euro, os ganhos positivos provenientes do bloco transformaram-se em um jogo de soma zero, de modo que a cooperação assentou-se em uma relação hierárquica. Além disso, sob o espectro de Habermas (2015), esse sistema vertical, caracterizado pelo peso decisivo de Berlim sem uma aquiescência no bloco, configura um empecilho à consolidação de uma federação supranacional europeia.

Segundo Beck (2013), Merkel utilizaria a hesitação como um meio de coerção, uma vez que a retirada ou a recusa da concessão de crédito significaria o desmoronamento dos países devedores. Para o autor, a política de austeridade da *Bundeskanzlerin* formaria uma forma de dominação involuntária, resultado da ameaça alemã de negar o *bailout* em um cenário fortuito caracterizado pela crise grega. A ausência de um consenso não apenas no âmbito doméstico mas também no europeu, contudo, indica a impossibilidade de classificar a Alemanha como um *hegemon*. Por sua vez, Merkel, em referência ao papel de Berlim na Europa, afirma que “*we are in Europe what the Americans are in the world: the unloved leading power*” (THE, 2015). Contudo, as imposições emanadas de Berlim não traduzem uma liderança, mas um domínio decorrente do poderio geoeconômico do maior credor da Grécia. A recusa da chanceler de aliviar o débito dos países atingidos pela crise,

especialmente o da República Helênica, revela a indisposição – ou a impossibilidade – alemã de arcar com os custos que um projeto hegemônico demanda.

CONCLUSÃO

Este estudo realizou uma investigação concernente a uma suposta hegemonia alemã na União Europeia. Para que isso fosse possível, recorreu-se, primeiramente, a uma observação histórica capaz de assinalar as tentativas hegemônicas perpetradas pela Alemanha. Por meio de tal intento, verifica-se que, diferentemente de 1914 e de 1939, o país encontra-se impregnado pela cultura de contenção, haja vista seu comedimento no referente a intervenções e ao investimento nas Forças Armadas. A Alemanha de hoje, ao contrário do Segundo e do Terceiro *Reich*, exerce um domínio mediante o poder geoeconômico. Portanto, percebe-se que a *self-restraint* germânica limita-se ao aspecto bélico, em contraste com o caráter econômico assertivo no escopo europeu, que gera um sentimento de desconfiança baseado no passado. Além disso, a análise realizada posteriormente retratou os benefícios de que goza a maior economia do bloco.

O tripé da UE, isto é, o Parlamento Europeu, a Comissão e o Conselho, concedem à Alemanha um maior peso decisório no âmbito institucional. Outrossim, como foi indicado, a estruturação do Banco Central Europeu, base da Eurozona, à imagem da *Bundesbank*, assegura à Alemanha um grau de influência diferenciado. Porém, convém lembrar, ainda, que as principais instituições do bloco, conquanto sejam favoráveis aos alemães, também infligiram derrotas a Merkel. A interdependência assimétrica possibilita aos Estados-Membros mais fracos uma resistência e, eventualmente, triunfos sobre as imposições da primeira-ministra. Além disso, verifica-se que, ao passo que a face econômica do bloco possui um alto grau de desenvolvimento, seu aspecto político carece de um acabamento. Isso significa que a transferência de soberania às instituições da UE não ocorre de forma integral, fato que garante a seus Estados-Membros a aplicação de certas medidas à revelia de outros, inclusive da Alemanha. A decisão do povo grego de não efetuar o pagamento da dívida aos alemães, além da postura oposicionista do Syriza a Merkel, confirma tal assertiva. Não obstante, o sistema internacional como um todo envolve Berlim de constrições.

A presença da Alemanha em esferas multilaterais, não apenas na UE mas também na OTAN, gera um conjunto de restrições ao país. A fidelidade de Berlim à Organização do Tratado do Atlântico Norte, somada à fragmentação da Política Externa de Segurança Comum, significa o reconhecimento da importância dos Estados Unidos na região que a UE abrange. Junto a isso, a prioridade que Angela Merkel atribui à União Europeia, baseada na *rule of law*, não exclui uma série de imposições da primeira-ministra. A capacidade da

chanceler de aplicar medidas na esfera europeia sem recorrer ao domínio não parece ser possível, haja vista a inexistência de um ‘Consenso de Berlim’. A revitalização econômica da Alemanha ocorreu na década passada, ou seja, seu poderio geoeconômico não se encontra consolidado e ainda é incapaz de arcar com o custos que os *Eurobonds* acarretariam. O país nunca se encontrou em uma posição que lhe permitisse estabelecer, isoladamente, normas internacionais, ao contrário dos EUA, que o fizeram mediante o Consenso de Washington. A aquiescência regional atingida pela Alemanha tornou-se possível antes de sua reunificação por meio do compartilhamento das responsabilidades da RFA com a França. Ademais, apesar de Merkel não ter planejado a crise do euro, utilizou-a como um instrumento para arrecadar mais benefícios aos alemães. Nesse contexto, a segunda economia do bloco também se debilitou, fato que inseriu Berlim no centro do jogo decisório, a ofuscar Bruxelas, sede da União Europeia.

Merkel não deseja – ou não pode – realizar medidas solidárias aos gregos. A estabilidade que a chanceler, a fim de defender os interesses alemães, visa instaurar na UE baseia-se em um receituário austero. Contudo, sua *Realpolitik* parece haver fracassado, visto que, na prática, a rigidez fiscal convulsiona o bloco. Os duros pré-requisitos dos pacotes de resgate à Grécia apontam para a incapacidade alemã de estabelecer, unilateralmente, um programa similar ao Plano Marshall. Outrossim, um déficit governamental com limite de 3% do PIB demonstra o sistema de relatividade presente na UE, a exemplo do não cumprimento alemão do *Stability and Growth Pact* sob a batuta de Schröder, cuja gestão permaneceu imune a sanções. Merkel, portanto, em vez de amenizar a crise grega, expõe a intenção de extrair mais ganhos sob a ótica de um jogo de soma zero. Em outras palavras, a primeira-ministra não lidera a UE, e sim exerce um domínio sobre esta, a propor retaliações que envolvem até a exclusão do direito de voto de alguns Estados-Membros. Ademais, a *Bundeskanzlerin* deparou-se com a objeção de parte significativa de sua base aliada e de grande contingente da população alemã no referente à concessão de pacotes de resgate à Grécia, além de haver cruzado com o crescimento da AfD. Nesse contexto, elucida-se, ainda, o cercamento sofrido pela Alemanha na crise do euro.

A obtenção de um poder econômico vigoroso na Europa pelos alemães propagou desconfiança pela UE. O caráter assertivo emanado de Berlim na lida com a crise grega engendrou denúncias relacionadas às intenções hegemônicas de Hitler. Além do mais, Merkel encontrou-se envolta por contrapesos provenientes de outros Estados-Membros, situação semelhante àquela que Bismarck temia, o *cauchemar des coalitions*. A rígida condução de

Merkel da crise grega traduziu, apesar dos escassos gastos militares do país, o emprego impassível do poder geoeconômico. Subjacente a isso, a exportação de produtos da indústria bélica alemã não condiz com um poder civil.

O poder alemão encontra-se repleto de controvérsias. Embora Berlim tenda a abster-se de intervenções militares, a venda de armamentos, que compõe um contingente importante de seu comércio exterior, é realizada também para países em conflito. Dessa maneira, Merkel não promove a civilidade internacional, mas a economia alemã, isto é, outro instrumento de *hard power*, o econômico, é utilizado de forma vigorosa no continente europeu. Não obstante, conquanto seja muito grande para a Europa, em uma posição estratégica, na *Mittellage*, a Alemanha é pequena na conjuntura global. Sua dependência da União Europeia torna-se clara não apenas em decorrência dos lucros advindos do comércio intrabloco, da crise do euro e da moeda única, mas também da relevância mundial que o bloco lhe concede. Devido a isso, Merkel desconsidera a *Grexit*, fato que poderia abrir um precedente para a saída de outros Estados-Membros do bloco. A importância do quadro europeu para Berlim exige da chanceler a criação de regras árduas capazes de evitar a desintegração do bloco. Contudo, um efeito contrário é gerado, a julgar pelo cenário instável verificado na UE após as determinações alemãs. Engendra-se uma relutância, e Merkel executa suas decisões austeras a duras penas. Alguns reveses gerados na crise europeia à chanceler, como o referendo grego, são neutralizados mediante o uso do domínio, basta ver os rígidos termos dos pacotes de resgate à Grécia.

Em suma, se os países-membros endividados da UE dependem da concessão de créditos, a Alemanha também necessita do bloco, dado que este assegura seus interesses em escopo mundial. Convém sustentar que as acusações relacionadas à hegemonia alemã na Europa desconsideram um conjunto de vetores que determinam o sistema internacional. Tais denúncias ignoram o papel americano na Europa e, conseqüentemente, a impossibilidade de um *hegemon* apenas regional. Contudo, o maior país-membro da União Europeia não parece – nem pode – ter a intenção de subverter a ordem internacional. Sua tentativa hegemônica recente, além da manutenção da UE, coloca-o em uma esfera marcada por um conjunto de oposições. A União Europeia não se transformou em um projeto de hegemonia alemã, porquanto Berlim não arca com os custos que uma liderança pressupõe. Na verdade, Merkel reforçou as assimetrias da UE e instabilizou-a por meio da austeridade. Dessa forma, o bloco defronta-se com a possibilidade de desmembramento, dadas as ameaças da *Grexit* e da *Brexit*, o que dificulta o avanço do projeto europeu.

Em suma, uma *Pax Germanica* é palpável apenas por meio da presença da Alemanha na União Europeia, uma vez que o país é muito pequeno para competir com os EUA ou com a China. Além disso, o governo alemão demonstra um interesse maior em manter seu status de potência geoeconômica e na preservação da ordem internacional, ainda marcada pela superioridade dos Estados Unidos, que lhe oferecem um guarda-chuva de segurança. Em justaposição a isso, a dissonância entre a coerção da Alemanha dentro da UE e seu desempenho modesto no resto do mundo demonstram que as ações severas de Merkel são implementadas por meio de um domínio continental. Assim, as medidas unilaterais da chanceler, que se tornariam mais notáveis após o agravamento da crise de refugiados, isolam gradualmente a Alemanha no bloco e deterioram os índices de popularidade da CDU na esfera doméstica, o que coloca em xeque uma quarta gestão. Nessas circunstâncias, sob um espectro coxiano, a busca por um consenso dentro da Alemanha transforma-se progressivamente em uma tarefa de difícil realização. Por conseguinte, a projeção da hegemonia interna para o âmbito europeu torna-se inexecutável.

REFERÊNCIAS

1918: fim do império dos Habsburgos. *Deutsche Welle*, [201?]. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt/1918-fim-do-império-dos-habsburgos/a-672182>>. Acesso em: 15 out. 2015

ACUSADO de corrupção, presidente da Alemanha renuncia. *GI*, 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/02/acusado-de-corrupcao-presidente-da-alemanha-renuncia.html>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

ANTON, John P. Greece, Germany, and the Complex Issue of War Reparations. *Mediterranean Quarterly*: vol. 22, no. 2, pp. 11-19, 2011. Available at: <http://muse.jhu.edu/login?auth=0&type=summary&url=/journals/mediterranean_quarterly/v022/22.2.anton.html>. Last access: 16 Mar. 2015.

AUSWÄRTIGES AMT. *Federal Minister Steinmeier congratulates Medvedev on his election victory in Russia*. Mar. 2008. Available at: <<http://www.auswaertigesamt.de/EN/Infoservice/Presse/Meldungen/2008/080303-BM-Wahl-RUS.html>>. Last access: 10 Mar. 2016.

AUCH ein verlorener Sohn. *Spiegel*, Apr. 1950. Verfügbar unter: <<http://magazin.spiegel.de/EpubDelivery/spiegel/pdf/44448150>>. Letzter Zugriff: 10. März 2016.

BANCO CENTRAL EUROPEU. *O Conselho do BCE*. Frankfurt am Main, 2016a. Disponível em: <<https://www.ecb.europa.eu/ecb/orga/decisions/govc/html/index.pt.html>>. Acesso em: 2 mai. 2016.

BANCO CENTRAL EUROPEU. *Comissão Executiva*. Frankfurt am Main, 2016b. Disponível em: <<https://www.ecb.europa.eu/ecb/orga/decisions/eb/html/index.pt.html>>. Acesso em: 2 mai. 2016.

BARING, Arnulf. Einsame Mittelmacht: ohne die USA gibt es keine Zukunft für Deutschland. *Internationale Politik*, Berlin, SS. 51-56, Dec. 2003.

BAUN, Michael. Germany and Central Europe: hegemony re-examined. *German Politics*, Chemnitz, vol. 14, no. 3, pp. 371-389, Sep. 2005.

BECK, Ulrich. *German Europe*. Cambridge: Polity, 2013.

BECKER, Sophia. Germany and War: understanding strategic culture under the Merkel government. *Paris Papers*: Paris, Institut de Recherche Stratégique de l'École Militaire, no. 9, pp. 7-70, 2013.

BERENSKOETTER, Felix; GIEGERICH, Bastian. From NATO to ESDP: a social

constructivist analysis of German strategic adjustment after the end of Cold War. *Security Studies*: London, pp. 407-452, no. 19, Aug. 2010.

BERLIN Divided over Tibet: German minister criticized for planned meeting with Dalai Lama. *Spiegel International*: May 2008. Available at: <<http://www.spiegel.de/international/germany/berlin-divided-over-tibet-german-minister-criticized-for-planned-meeting-with-dalai-lama-a-553844.html>>. Last access: 23 Mar. 2016.

BEW, John. The real origins of Realpolitik. *The National Interest*: Mar./Apr. 2014. Available at: <<http://nationalinterest.org/article/the-real-origins-realpolitik-9933>>. Last access: 20 Sep. 2015.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. 11. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1983.

BORCHARDT, Klaus-Dieter. *O ABC do direito da União Europeia*: serviço de publicações da União Europeia, 2011.

BULMER, Simon; PATERSON, William E. Germany as the EU's reluctant hegemon? Of economic strength and political constraint. *Journal of European Public Policy*: London, vol. 20, no. 10, pp. 1387-1405, Aug. 2014. Available at: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13501763.2013.822824#.VTQWkGRViko>>. Last access: 20 Feb. 2015.

BUNDESTAGSRADAR: Diese Parlamentarier sagen Nein zu neuen Milliarden für Griechenland. *Spiegel*: Aug. 2015. Verfügbar unter: <<http://www.spiegel.de/politik/deutschland/bundestag-diese-abgeordneten-stimmten-gegen-das-dritte-griechenland-paket-a-1048849.html>>. Letzter Zugriff: 22. März 2016.

CAMPAIGN AGAINST ARMS TRADE. *EU arms exports*. London, 2013. Available at: <<https://www.caat.org.uk/resources/export-licences-eu/licence.en.html?source=Germany&destination=Syria>>. Last access: 19 Mar. 2016.

CHRISTLICH DEMOKRATISCHE UNION. *Geschichte der CDU*. Berlin, 2016. Verfügbar unter: <<https://www.cdu.de/partei/geschichte>>. Letzter Zugriff: 19. März 2016.

CLARK, Christopher. *Iron Kingdom: the rise and downfall of Prussia, 1600-1947*. Cambridge: Belknap, 2008.

COHEN, Benjamin J. *The question of imperialism: the political economy of dominance and dependence*. New York: Basic Books, 1973.

COLLINS. English-French Dictionary. 2015. Available at: <<http://www.collinsdictionary.com/dictionary/english-french>>. Last access: 12 Sep. 2015.

COMISSÃO EUROPEIA. *Como funciona a União Europeia*: guia das instituições da União Europeia. Bruxelas, 2008. Disponível em:

<<http://www.ore.org.pt/filesobservatorio/pdf/ComofuncionaaUniaoEuropeia.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2015.

_____. *Konrad Adenauer: um democrata pragmático e um unificador incansável*. Bruxelas, 2015. Disponível em: <http://europa.eu/about-eu/eu-history/founding-fathers/pdf/konrad_adenauer_pt.pdf>. Acesso em: 20 set. 2015.

CONSELHO EUROPEU. *Eurogrupo*. Bruxelas, 2016. Disponível em: <<http://www.consilium.europa.eu/pt/council-eu/eurogroup/>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

CORN, Tony. Toward a gentler, kinder German Reich? *Small Wars Journal*: Nov., 2011. Available at: <<http://smallwarsjournal.com/jrnl/art/toward-a-gentler-kinder-german-reich>>. Last access: Sep. 10, 2015.

COX, Robert W. Gramsci, Hegemonia e Relações Internacionais: um ensaio sobre o método In: GILL, Stephen (Org.). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

DAEHNHARDT, Patrícia. A Alemanha e as intervenções militares internacionais: a persistência da ‘Kultur der Zurückhaltung’. *Relações Internacionais*, Lisboa, n. 40, p. 133-156, dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S164591992013000400009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 jan. 2015.

DIAS, Mónica. O momento da Alemanha: que rumo para a política externa alemã num mundo em transformação? *Relações Internacionais*, Lisboa, n. 43, p. 65-74, set. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992014000300006>. Acesso em: 16 set. 2015.

DOKOS, Thanos et al. Eurocriticism: the Eurozone crisis and anti-establishment groups in southern Europe. *IAI Working Papers*: Rome, pp. 1-17, Dec. 2013. Available at: <https://www.academia.edu/5974137/Eurocriticism_The_Eurozone_Crisis_and_Anti-Establishment_Groups_in_Southern_Europe>. Last access: 16 Mar. 2015.

DROZ, Jacques. *História da Alemanha*. Lisboa: Europa-América, 2005.

EUROPEAN FINANCIAL STABILITY FACILITY. *About EFSF*. Luxembourg, 2016?. Available at: <<http://www.efs.europa.eu/about/index.htm>>. Last access: 7 mar. 2016.

EMERY, Henry C. What is Realpolitik? *International Journal of Ethics*: Chigaco, vol. 25, no. 4, pp. 448-468, July, 1915. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2376875>>. Last access: Aug. 28, 2015.

EUR-LEX. *O Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*. 2015. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=uriserv:ai0009>>. Acesso em: 8 nov. 2015.

EUR-LEX. *Tratado de Maastricht sobre a União Europeia*. 2010. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=URISERV:xy0026&from=EN>>. Acesso em: 16 out. 2015.

EUR-LEX. *Versões consolidadas do Tratado da União Europeia e do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia - Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (versão consolidada) - protocolos - anexos - declarações anexadas à Ata Final da Conferência Intergovernamental que adotou o Tratado de Lisboa assinado em 13 de dezembro de 2007 - quadros de correspondência*. 2012. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:12012E/TXT&from=EN>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

EUROPEAN COMMISSION. *Six-pack? Two-pack? Fiscal compact? A short guide to the new EU fiscal governance*. Brussels, 2013. Available at: <http://ec.europa.eu/economy_finance/articles/governance/2012-03-14_six_pack_en.htm>. Last access: 10 Mar. 2016.

EUROPEAN PARLIAMENT. *The President: former European Parliament Presidents*. Brussels, [2015?]. Available at: <<http://www.europarl.europa.eu/the-president/en/president/html/former-european-parliament-presidents;jsessionid=5ADEB8CBC7FBDCB3E621B0085655EA79>>. Last access: 20 Oct. 2015.

FÜCKS, Ralf. Eingebunden im Westen: europäisches Deutschland oder deutsches Europa? *Internationale Politik*, Berlin, SS. 118-127, Mai/Juni 2015. Verfügbar unter: <<https://zeitschrift-ip.dgap.org/de/ip-die-zeitschrift/archiv/jahrgang-2015/mai-juni/eingebunden-im-westen>>. Letzter Zugriff: 18. Okt. 2015.

FULLER, Joseph V. Bismarck and the Failure of Realpolitik. In: SOWARDS, Kellley J. (Ed.). *Makers of the Western Tradition: portraits from history*. 5th ed., vol. 2. New York: St. Martin's, J. Kelley Sowards, 1991, pp. 116-131.

FURIOUS Greeks lampoon German 'overlords' as Nazis with picture of Merkel dressed as an SS guard. *Daily Mail*: Oct. 2011. Available at: <<http://www.dailymail.co.uk/news/article-2054406/Furious-Greeks-lampoon-German-overlords-Nazis-picture-Merkel-dressed-SS-guard.html>>. Last access: 17 mar. 2016.

GABRIELE, Matthew. *An empire of memory: the legend of Charlemagne, the Franks, and Jerusalem before the First Crusade*. New York: Oxford University, 2011.

GERMAN Weapons for the World: how the Merkel Doctrine is changing Berlin Policy. *Spiegel International*: Dec., 2012. Available at: <<http://www.spiegel.de/international/germany/german-weapons-exports-on-the-rise-as-merkel-doctrine-takes-hold-a-870596.html>>. Last access: Mar. 18, 2016.

GERMANY profile: timeline. *BBC*, Jan. 2016. Available at: <<http://www.bbc.com/news/world-europe-17301646>>. Last access: 29 Mar. 2016.

GILPIN, Robert. *War and Change in World Politics*. New York: Cambridge University, 1981.

GREECE profile: timeline. *BBC*: Aug. 2015. Available at: <<http://www.bbc.com/news/world-europe-17373216>>. Last access: 16 Mar. 2016.

GREVE, Ludwig. Merckels Debakel. *Zeit*: Juli 2015. Verfügbar unter: <<http://www.zeit.de/politik/deutschland/2015-07/griechenland-referendum-merkel>>. Letzter Zugriff: 22. März 2016.

GRIECHENLANDHILFEN: die Wut der Unionabweichler in Zahlen. *Spiegel*: Aug. 2015. Verfügbar unter: <<http://www.spiegel.de/politik/deutschland/bundestag-wie-in-der-union-der-unmut-ueber-die-hilfspakete-waechst-a-1048360.html>>. Letzter Zugriff: 10. März. 2016.

HABERMAS, Jürgen. *The Lure of Technocracy*. Cambridge: Polity, 2015.

HALLE INSTITUTE FOR ECONOMIC RESEARCH. *Germany benefited substantially from the Greek crisis*. Halle (Salle), 2015. Available at: <<http://www.iwh-halle.de/e/publik/presse/30-15.pdf>>. Last access: 3 Apr. 2016.

HEBEL, Christina. All in the Family: Chancellor Merkel's heritage pleases Poles. *Spiegel International*: Mar., 2013. Available at: <<http://www.spiegel.de/international/germany/all-in-the-family-oles-pleased-to-learn-of-polish-heritage-of-angela-merkel-a-889207.html>>. Last access: Mar. 9, 2016.

HENLEY, Jon. Greek bailout: Alexis Tsipras steps down to trigger new elections. *The Guardian*: Aug. 2015. Available at: <<http://www.theguardian.com/world/2015/aug/20/greek-bailout-alexis-tsipras-call-snap-elections>>. Last access: 15 Mar. 2016.

HEILBRUNN, Jacob. A House that Bismarck built. *The National Interest*: no. 116, pp. 81-91, Nov./Dec. 2011.

HISTORY: Charlemagne (c. 747-c. 814). *BBC*, 2014. Available at: <http://www.bbc.co.uk/history/historic_figures/charlemagne.shtml>. Last access: 29 Mar. 2016.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX*. 2. ed. São Paulo: Schwarcz S.A., 2014.

HOCKENOS, Paul. Germany's Deceptive Calm: the hidden rifts in Merkel's consensus. *World Politics Review*: New York, pp. 1-14, Jan. 2015.

HOLBORN, Hajo. Bismarck's Realpolitik. *Journal of the History of Ideas*: Pennsylvania, vol. 21, no. 1, pp. 84-98, Jan./Mar. 1960. Available at: <<http://www.jstor.org/stable/2708000>>. Last access: 28 ago. 2015.

HUBER, Joachim. Die "Bild", eisern doof. *Der Tagesspiegel*: Juli. 2015. Verfügbar unter: <<http://www.tagesspiegel.de/medien/merkel-mit-pickelhaube-die-bild-eisern-doof/12022934.html>>. Letzter Zugriff: 29. Aug. 2015.

IKENBERRY, G. John. *After Victory*. Princeton: Princeton University, 2001.

JERVIS, Robert. Realism, neoliberalism and cooperation: understanding the debate. *International Security*, vol. 24, no. 1, pp. 42-63, 1999.

KAGAN, Robert. *Of paradise and power: America and Europe in the new world order*. New York: Vintage Books, 2004.

KENT, George O. *Bismarck e seu tempo*. Brasília: Universidade de Brasília, 1978.

KEOHANE, Robert O. *After Hegemony: cooperation and discord in the world political economy*. Princeton: Princeton University Press, 1984.

KHAN, Mehren. Greek government on its 'last legs' while Angela Merkel faces growing rebellion in Berlin. *The Telegraph*: Aug. 2015. Available at: <<http://www.telegraph.co.uk/finance/economics/11807076/Greek-government-on-its-last-legs-while-Angela-Merkel-faces-growing-rebellion-in-Berlin.html>>. Last access: 29 Mar. 2016.

KOVRT, Wolfgang. Das andere Mädchen. *Berliner Zeitung*: Sept. 2005. Verfügbar unter: <<http://www.berliner-zeitung.de/helmut-kohl-machte-zwei-junge-ostdeutsche-frauen-zu-ministerinnen--angela-merkel-und-claudia-nolte--die-erste-ist-nun-kanzlerkandidatin---die-zweite-sagt--sie-sei-nicht-neidisch-das-andere-maedchen-15705060>>. Letzter Zugriff: 8. März 2016.

KOOPS, Joachim A. NATO's Influence on the Evolution of the European Union as a Security Actor. In: COSTA, Oriol; JØRGENSEN, Knud E (Ed.). *The Influence of International Institutions on the EU*. New York: Palgrave Macmillian, 2012. pp. 155-179.

KORNELIUS, Stefan. *Angela Merkel: a chanceler e seu mundo*. 1. ed. São Paulo: nVersos, 2015.

KRAUEL, Torsten. Unabhängigkeit bedeutet Merkel alles. *Die Welt*, Aug. 2015. Verfügbar unter: <<http://www.welt.de/politik/deutschland/article145159949/Unabhaengigkeit-bedeutet-Merkel-alles.html>>. Letzter Zugriff: 5. März 2016.

KUNDNANI, Hans. Ein deutsches Europa: oder ein chaotisches? *Bundeszentrale für politische Bildung*: Dez. 2015b. Verfügbar unter: <<http://www.bpb.de/apuz/217304/ein-deutsches-europa-oder-ein-chaotisches?p=all>>. Letzter Zugriff: 15. März 2016.

_____. Leaving the West Behind: Germany looks East. *Foreign Affairs*: Jan./Feb. 2015. Available at: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/western-europe/leaving-west-behind>>.

Last access: Sep. 8, 2015.

_____. Germany as a geo-economic power. *The Washington Quarterly*: Washington, pp. 31-45, Summer 2011. Available at: <<http://csis.org/files/publication/twq11summerkundnani.pdf>>. Last access: Mar. 5, 2015.

_____. *The Paradox of German Power*. New York: Oxford University Press, 2015a.

LANGENSCHIEDT. *German-English Dictionary*. 2015. Available at: <<http://en.langenscheidt.com/german-english/>>. Last access: 29 Apr. 2016.

LUTTWAK, Edward N. From geopolitics to geoeconomics. *The National Interest*: no. 20, pp. 17-23, Summer 1990. Available at: <<http://www.jstor.org/stable/42894676>>. Last access: Mar. 4, 2016.

MAGNOLI, Demétrio. *O mundo contemporâneo*. São Paulo: Moderna, 2001.

MAIOR, Paulo V. A União Europeia após a queda do Muro de Berlim: sucessos e desafios. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*: Porto, n. 6, 2009, p. 196-205. Disponível em: <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1329/1/196-205_FCHS06-4.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2015.

MARTINS, Estevão C. Parcerias intraeuropeias: 50 anos do Tratado do Eliseu (1963-2013). *Revista Brasileira de Política Internacional*: Brasília, vol. 56, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292013000100004>>. Acesso em: 5 fev. 2015.

MAULL, Hans. Germany and Japan: the new civilian powers. *Foreign Affairs*: New York, 1991. Available at: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/46262/hanns-w-maull/germany-and-japan-the-new-civilian-powers>>. Acesso em: 5 fev. 2015.

MAULL, Haans. 'Zivilmacht': Karriere eines Begriffs. Trier: Universität Trier, 3. Mai 2013, Abschiedsvorlesung. Verfügbar unter: <https://www.uni-trier.de/fileadmin/fb3/POL/Mitarbeiter/Maull__Hanns_W/Abschiedsvorlesung_Rev.pdf>. Letzter Zugriff: 13. Okt. 2015.

MCKITTERICK, Rosamond. *Charlemagne: the formation of a European identity*. New York: Cambridge University, 2008.

MENZEL, Ulrich. Imperium oder Hegemonie? Die Hierarchie der Staatenwelt. *Forschungsberichte aus dem Institut für Sozialwissenschaft (ISW)*, Braunschweig, Bd. 13, Nr. 95, SS. 1-42, März 2010.

MEARSHEIMER, John J. The False Promise of International Institutions. *International Security*: vol. 19, no. 3, pp. 5-49, 1995.

_____. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: WW Norton, 2003.

_____. Why is Europe Peaceful Today? *European Political Science*: Aug., 2010. Available at: <<http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/A0055.pdf>>. Last access: Feb. 5, 2015.

MELCHIORRE, Matthew. Angela Merkel's Bismarckian Euro diplomacy. *Forbes*: Aug., 2012. Disponível em: <<http://www.forbes.com/sites/realspin/2012/08/02/angela-merkels-bismarckian-euro-diplomacy/#2464c75951a1>>. Last access: Mar. 15, 2016.

MERKEL, Angela. Schroeder doesn't speak for all Germans. *The Washington Post*: Feb., 2003. Available at: <<https://www.washingtonpost.com/archive/opinions/2003/02/20/schroeder-doesnt-speak-for-all-germans/1e88b69d-ac42-48e2-a4ab-21f62c413505/>>. Last access: Mar. 16, 2016.

MERKEL, primeira mulher a a chefiar o governo na Alemanha. *Deutsche Welle*: nov. 2005. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt/merkel-primeira-mulher-a-chefiar-governo-na-alemanha/a-1736627>>. Acesso em: 7 mar. 2016.

MERKEL e Sarkozy não conseguem impor suspensão do direito de voto. *Deutsche Welle*: out. 2010. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt/merkel-e-sarkozy-nao-conseguem-impor-suspensao-do-direito-de-voto/a-6163326>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

MORGENTHAU, Hans J. *A Política entre as Nações: a política pelo poder e pela paz*. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

MÜLLER, Peter et al. European reform: Merkel's surprising new Ally in Brussels. *Spiegel International*: Oct., 2013. Available at: <<http://www.spiegel.de/international/europe/angela-merkel-has-a-new-ally-in-brussels-in-social-democrat-martin-schulz-a-930258.html>>. Last access: Oct. 25, 2015.

NYE, Joseph S. *Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais*. Gente, 2009.

OCT. 7, 1989: How 'Gorbi' spoiled East Germany's 40th birthday party . *Spiegel International*: Oct., 2009. Available at: <<http://www.spiegel.de/international/germany/oct-7-1989-how-gorbi-spoiled-east-germany-s-40th-birthday-party-a-653724.html>>. Last access: Sep. 26, 2015.

OLTERMANN, Philip. Merkel 'gambling away' Germany's reputation over Greece, says Habermas. *The Guardian*: July 2015. Available at: <<http://www.theguardian.com/business/2015/jul/16/merkel-gambling-away-germanys-reputation-over-greece-says-habermas>>. Last access: 27 Aug. 2015.

OVERHAUS, Marco. *Civilian Power under Stress: Germany, NATO, and the European Security and Defense Policy*. In: MAULL, Hanns W (Ed.). *Germany's uncertain power: foreign policy of the Berlin Republic*. New York: Palgrave Macmillian, 2006. pp. 66-78.

PACKER, George. A alemã tranquila: a ascensão de Angela Merkel, a mulher mais poderosa do mundo. *Revista Piauí*: mar. 2015. Disponível em: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-102/carta-de-berlim/a-alema-tranquila>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

PALMER, Hartmut. “Besser sein als alle anderen”. *Spiegel*, Sept. 1991. Verfügbar unter: <<http://www.spiegel.de/spiegel/print/d-13491704.html>>. Letzter Zugriff: 11. März 2016.

PARLAMENTO EUROPEU. *O Parlamento Europeu*: poderes. Bruxelas, 2015a. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_1.3.2.html>. Acesso em: 20 out. 2015.

_____. *Política Comum de Segurança e Defesa*. Bruxelas, 2015b. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_6.1.2.html>. Acesso em: 6 nov. 2015.

PERLEZ, Jane. Blunt Reason for Enlarging NATO. *The New York Times*: Dec., 1997. Available at: <<http://www.nytimes.com/1997/12/07/world/blunt-reason-for-enlarging-nato-curbs-on-germany.html>>. Last access: Oct. 8, 2015.

PETROVA, Teodora D. How European is the European Central Bank’s Monetary Policy. *Honors Projects*: pp. 1-24, 2010. Available at: <http://digitalcommons.iwu.edu/econ_honproj/109>. Last access: Mar. 5, 2015.

PINZLER, Petra et al. CDU + FDP =. *Zeit*: jul. 2013. Verfügbar unter: <<http://www.zeit.de/2013/28/bundesregierung-oekonomische-bilanz>>. Letzter Zugriff: 13. März 2016.

PLOECKL, Florian. The Zollverein and the formation of a customs union. *Oxford Economic and Social History Working Papers*, Oxford, no. 84, pp. 1-37, Aug. 2010. Available at: <<http://www.nuff.ox.ac.uk/Economics/History>>. Last access: 10 Sep. 2015.

PROISSL, Wolfgang. Why Germany Fell Out of Love with Europe. *Bruegel Essay and Lecture Series*, Brussels, pp. 1-49, June 2010. Available at: <http://bruegel.org/wp-content/uploads/imported/publications/WPessay_2010_01_160710-1.pdf>. Last access: 3 Apr. 2016.

QUAL a posição dos outros países europeus sobre a Grécia? *BBC Brasil*: jul. 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150707_grecia_europa_jf>. Acesso em: 20 mar. 2016.

RAPPORT, Mike. *1948: year of revolution*. New York: Basic Books, 2008.

SHELLER, Hanspeter K. *The European Central Bank: history, role and functions*. Frankfurt

am Main: European Central Bank, 2004. Available at: <<https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/other/ecbhistoryrolefunctions2004en.pdf>>. Last access: 15 Aug. 2015.

SCHMIDT, Matthias. Griechenland: Mehrheit der Deutschen sieht Rettungspaket kritisch. *YouGov*: Juli 2015. Available at: <<https://yougov.de/news/2015/07/23/griechenland-mehrheit-der-deutschen-sieht-rettungs/>>. Last access: 3. Apr. 2016.

SCHWARZ-GELB verwehrt Merkel volle Zustimmung. *Zeit*: Okt. 2009. Verfügbar unter: <<http://www.zeit.de/politik/deutschland/2009-10/merkel-kabinett-vereidigung-kanzlerin>>. Letzter Zugriff: 2. Apr. 2016.

SCHWEIGER, Christian. The ‘Reluctant Hegemon’: Germany in the EU’s post-crisis constellation. In: DEMETRIOU, Kyriakos N. (Ed.). *The European Union in Crisis*. Springer International, Switzerland, 2015, pp. 15-32.

SMITH, Thomas W. *History and International Relations*. London: Routledge, 1999.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. *Trends in World Military Expenditure, 2014*. Available at: <<http://books.sipri.org/files/FS/SIPRIFS1504.pdf>>.

SZABO, Stephen F. *Parting Ways: the crisis in German-American relations*. Washington, D.C., The Brookings Institution, 2004.

‘THE Fourth Reich’: what some Europeans see when they look at Germany. *Spiegel International*: Mar., 2015. Available at: <<http://www.spiegel.de/international/germany/german-power-in-the-age-of-the-euro-crisis-a-1024714.html>>. Last access: Feb. 12, 2016.

THE world’s most powerful people. *Forbes*: 2015. Available at: <<http://www.forbes.com/profile/angela-merkel/>>. Last access: Mar. 13, 2016.

UNIÃO EUROPEIA. *Relatório Geral: atividade da União Europeia*. Bruxelas, 2015b. Disponível em: <http://europa.eu/publications/reports-booklets/general-report/index_pt.htm>. Acesso em: 3 nov. 2015.

_____. *Uma Europa pacífica: início da cooperação*. Bruxelas, 2015a. Disponível em: <http://europa.eu/about-eu/eu-history/1945-1959/index_pt.htm>. Acesso em: 20 set. 2015.

VAN JAKEN, Jan. Rüstungsexporte 2015. *Waffenexporte*: Febr. 2016. Verfügbar unter: <http://www.waffenexporte.org/wp-content/uploads/2015/06/Auswertung-Ru-stungsexporte-2015-Jan_van_Aken19.02.16.pdf>. Letzter Zugriff: 17. März 2016.

VAROUFAKIS, Yanis. Yanis Varoufakis: why we must save the EU. *The Guardian*: Apr. 2016. Available at: <<http://www.theguardian.com/world/2016/apr/05/yanis-varoufakis-why-we-must-save-the-eu>>. Last access: 6 Apr. 2016.

VOLKERY, Carsten. The Iron Lady's views on German reunification: 'the Germans are back'. *Spiegel International*: Sep., 2009. Available at: <<http://www.spiegel.de/international/europe/the-iron-lady-s-views-on-german-reunification-the-germans-are-back-a-648364.html>>. Last access: Sep. 26, 2015.

VON HELLFELD, Matthias. Coroação de Carlos Magno marcou início do 'Renascimento carolíngio'. *Deutsche Welle*: mai. 2009a. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt/coroa%C3%A7%C3%A3o-de-carlos-magno-marcou-in%C3%ADcio-do-renascimento-carol%C3%ADngio/a-4204041>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

_____. Moeda da Europa unificada começou a circular em 2002. *Deutsche Welle*: [201-?]. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt/moeda-da-europa-unificada-começou-a-circular-em-2002/a-4497265>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

_____. Revolução Alemã de 1848 marcou busca pela unificação em um reino. *Deutsche Welle*: jun. 2009b. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt/revolução-alemã-de-1848-marcou-busca-pela-unificação-em-um-reino/a-4321622>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

WALLERSTEIN, Immanuel. The inter-state structure of the modern world-system, in: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia (Org.). *International Theory: positivism and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, pp. 87-107.

WALTZ, Kenneth F. Structural Realism after the Cold War. *International Security*: pp. 45-51, vol. 25, no. 1, 2000.

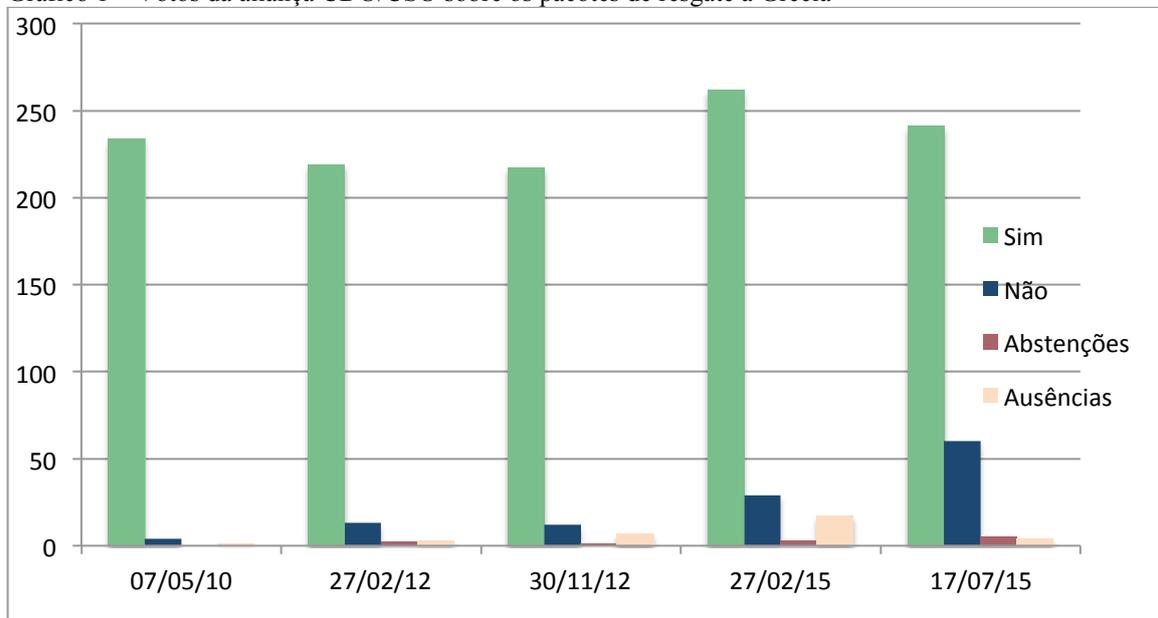
WARLEIGH, Alex. *Understanding European Institutions*. London/New York: Routledge, 2002.

WILLIAMS, Ernest E. *Made in Germany*. 5. ed. London: William Heinemann, 1897.

YIN, Robert K. *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. 3. ed. Bookman Companhia, 2005.

APÊNDICE A – GRÁFICO REFERENTE AOS VOTOS DA ALIANÇA CDU/CSU SOBRE OS PACOTES DE RESGATE À GRÉCIA

Gráfico 1 – Votos da aliança CDU/CSU sobre os pacotes de resgate à Grécia



Fonte: GRIECHENLANDHILFEN: Die Wut der Unionabweichler in Zahlen. *Spiegel*: Aug. 2015. Disponível unter: <<http://www.spiegel.de/politik/deutschland/bundestag-wie-in-der-union-der-unmut-ueber-die-hilfspakete-waechst-a-1048360.html>>. Letzter Zugriff: 10. März 2016.

Obs.: retiraram-se os dados da *Der Spiegel*, porém o gráfico foi formulado para este estudo.

ANEXO A – MERKEL COM UMA *PICKELHAUBE*⁷⁷Figura 1 – Merkel com uma *Pickelhaube*

Fonte: HUBER, Joachim. Die “Bild”, eisern doof. *Der Tagesspiegel*: Juli 2015. Disponível unter: <<http://www.tagesspiegel.de/medien/merkel-mit-pickelhaube-die-bild-eisern-doof/12022934.html>>. Letzter Zugriff: 29. Aug. 2015.

⁷⁷ Spiked helmet (Kaiser Helmet) (Tradução de Langenscheidt)

ANEXO B – MERKEL COM UM UNIFORME NAZISTA ADORNADO PELAS ESTRELAS DA UE

Anexo B – Merkel com um uniforme nazista adornado pelas estrelas da UE



Fonte: FURIOUS Greeks lampoon German ‘overlords’ as Nazis with picture of Merkel dressed as an SS guard. *Daily Mail*: Oct. 2011. Available at: <<http://www.dailymail.co.uk/news/article-2054406/Furious-Greeks-lampoon-German-overlords-Nazis-picture-Merkel-dressed-SS-guard.html>>. Last access: 17 Mar. 2016.